



UnB



UFPB



UFRN

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
PROGRAMA MULTI-INSTITUCIONAL E INTER-REGIONAL DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA TOMADA DE DECISÕES:
Um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande
João Pessoa**

MANUEL SOARES DA SILVA

**João Pessoa – PB
2010**

MANUEL SOARES DA SILVA

**UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA TOMADA DE DECISÕES:
Um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande
João Pessoa**

Dissertação apresentada ao Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante

**João Pessoa – PB
2010**

S586u Silva, Manuel Soares da.
Utilidade da informação contábil para tomada de decisões: um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa / Manuel Soares da Silva. – João Pessoa, 2010.
116f.
Orientador: Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante
Dissertação (Mestrado) – UFPB-UnB-UFRN

1. Contabilidade. 2. Contabilidade – micro e pequenas empresas. 3. Informação contábil. 4. Tomadas de decisão.

MANUEL SOARES DA SILVA

**UTILIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA TOMADA DE DECISÕES:
Um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande
João Pessoa**

Dissertação apresentada ao Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante
Orientador
UnB/UFPB/UFRN

Prof. Dr. Paulo Aguiar do Monte
Examinador Interno
UnB/UFPB/UFRN

Prof. Dr. Antonio Saporito
Examinador Externo
Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo

**JOÃO PESSOA – PB
2010**

Dedico esta conquista ao meu pai, Severino Soares da Silva (*in memoriam*), por ter me mostrado que caráter, honestidade e retidão independem de posição social, econômica e escolar.

AGRADECIMENTOS

Ao final de mais esta etapa de minha vida algumas pessoas não podem ser esquecidas, apesar de não poder citar todas neste escrito, pois colaboraram de forma direta ou indireta para esta vitória que pertence a todos.

Primeiramente, a Deus, o maior de todos os mestres: o Mestre da vida.

À minha família, que sempre está ao meu lado, dando-me força e compreensão pela minha ausência enquanto filho, esposo e pai. Em especial, à minha mãe, Alcinda Maria da Silva, à minha esposa, Mônica Sousa Alencar da Silva, e minha joia preciosa, minha filha Manuela Alencar Soares da Silva. Vocês são o que de melhor a vida me deu.

Aos colegas de turma do mestrado do Rio Grande do Norte: Daniela Rocha, Darlene Leite, Jorge Eduardo e Ricardo Biali. Como, também, o pessoal de João Pessoa: Anna Paola, Cristiane Gomes, Marília Caroline, Marcos Igor e Thiago Almeida. Tudo me fez acreditar que tudo é mais fácil quando você não está sozinho na invernada.

À Sr.^a Ivanaci, secretária do curso em João Pessoa, por sua presteza e dedicação para conosco, dando informações precisas e nos alertando quanto aos prazos a cumprir, documentos a serem entregues etc., como também à Sr.^a Ridam, secretária em Natal, pela ajuda dispensada enquanto lá me fazia presente.

A todos os docentes deste grandioso Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN, por proporcionarem a oportunidade de concluir um curso de mestrado, principalmente aos professores: Dr.^a Aneide Oliveira Araújo, Dr. César Augusto Tirbúcio Silva, Dr. Edilson Paulo, Dr. José Dionísio Gomes da Silva, Dr. Jorge Katsumi Niyama, Dr. Paulo Aguiar do Monte, Dr. Paulo Amilton Maia Leite de Medeiros, Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa e Dr. Rosivaldo de Lima Lucena.

Agradecimento especial vai ao professor Dr. José Matias Pereira (UnB), pelos préstimos dados ao meu projeto de pesquisa, ajudando-me a prosseguir com segurança no caminho escolhido para esta dissertação.

Também não poderia deixar de agradecer ao professor Dr. Guilherme de Albuquerque Cavalcante (UFPB), por sua contribuição na apreciação do meu projeto de pesquisa, além de sua postura exemplar de professor.

À professora MSc. Isabelle Carlos Campos Rezende, por sua valiosa ajuda na organização deste trabalho.

E, finalmente, porém com a mesma relevância, ao professor Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante, o qual me deu o privilégio de tê-lo como orientador desta dissertação. Sinônimo de sapiência e compromisso com o ensino, além de possuir uma das qualidades que mais se pode admirar no ser humano: simplicidade.

*Quem decide pode errar;
Quem não decide, já errou.*

(Herbert Von Karajan)

RESUMO

As micro e pequenas empresas, no Brasil, ocupam importante papel no contexto da geração de emprego e renda. Elas representam 98% de todas as empresas brasileiras, contemplam 67% das pessoas ocupadas e respondem por 20% do Produto Interno Bruto (PIB). Diante desse quadro, é possível admitir que esse segmento empresarial, como os demais, não deve prescindir do uso da informação contábil no processo de tomada de decisões, sob pena de comprometer a continuidade da entidade no contexto da otimização dos resultados. Nesse sentido, este estudo surgiu com o objetivo principal de explicar qual o nível de percepção que os gestores de micro e pequenas empresas da Grande João pessoa têm com relação à utilidade da informação contábil em suas tomadas de decisão. Para isso, a metodologia utilizada, quanto às técnicas da pesquisa, foi um estudo bibliográfico e uma pesquisa de campo. Quanto aos objetivos, a pesquisa se caracterizou como exploratória, explicativa e descritiva, cujo método de abordagem foi tanto o qualitativo como o quantitativo. No sentido de se mensurar essa percepção, foram realizados testes estatísticos do tipo não paramétricos, como: os testes do Qui-quadrado de Pearson (e também com correção de continuidade de Yates), teste H Kruskal-Wallis, teste binomial e o teste exato Fisher, a partir de uma combinação de variáveis previamente definidas. Foi verificado, após a realização da pesquisa, que não há percepção estatisticamente significativa ao nível de 5%, por parte dos gestores das micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa, quanto à utilidade da informação contábil no processo decisório, ou seja, esses gestores são indiferentes quanto à utilidade da informação contábil em seus processos de tomadas de decisão.

Palavras-chave: Micro e pequena empresa. Informação contábil. Tomadas de decisão.

ABSTRACT

Very small and small business in Brazil occupies important paper in the context of generating employment and income. They represent 98% of all Brazilian companies, include 67% of employed persons and account 20% of gross intern product. Given this context, it is possible to admit that this business segment, like others, should not exclude the use of accounting information in making decisions, otherwise jeopardize the continued existence of the entity in the context of optimization results. Thus, this study came up with the main objective of explaining what level of perception that managers of very small and small business of the Big João Pessoa, has about the usefulness of accounting information in their decision making. For this, the methodology used in the techniques of the research was a literature study and field research. As to the objectives, the research has been characterized as exploratory, descriptive and explanatory, whose method of approach was both qualitatively as quantitatively. In order to measure this perception, were realized statistical tests of type non-parametric as the Chi-square test (and also with Yates correction for continuity), Kruskal-Wallis test, binomial test and Fisher exact test, from a combination of variables previously defined. Was verified after finished the research, there is no perception statistically significant at level 5% by managers of very small and small business in the Big João Pessoa, on the usefulness of accounting information in decision making, in other words, these managers are indifferent as to the usefulness of accounting information in their processes of decision making.

Keywords: Very small and small business. Accounting information. Decision making.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conceito, objeto e finalidade da contabilidade	38
Figura 2 – Componentes de um sistema de informação	39
Figura 3 – Ambiente do sistema empresa.....	40
Figura 4 – Hierarquia de qualidades em contabilidade	43
Figura 5 – Contabilidade e processo de comunicação.....	46
Figura 6 – Teste estatístico gerado no SPSS 15.0	85
Figura 7 – Teste estatístico gerado no SPSS 15.0	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Causas mais comuns de falha nos negócios	36
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação de MPE empresa pelo número de empregados	23
Tabela 2 – Comparação de valores da receita bruta para enquadramento como pequena empresa.....	26
Tabela 3 – Porte da empresa por empregados	29
Tabela 4 – Classificação de MPE pela receita bruta – RFB.....	31
Tabela 5 – Classificação MPE pela receita bruta anual – BNDES	32
Tabela 6 – Número de micros e pequenas empresas – Brasil – 2006	34
Tabela 7 – Taxa de mortalidade da MPE – 2000 – 2005	36
Tabela 8 – Distribuição da MPE por segmento de atuação – 2006.....	37
Tabela 9 – Quantidade de MPEs no Estado da Paraíba – 2009.....	62
Tabela 10 – Quantidade de questionários enviados, recebidos e validados	63
Tabela 11 – Quantidade MPE por segmento de atividade – Grande João Pessoa.....	72
Tabela 12 – Tempo de existência da MPE – Grande João Pessoa	73
Tabela 13 – Receita bruta da MPE – Grande João Pessoa	73
Tabela 14 – Número de empregados da MPE – Grande João Pessoa.....	74
Tabela 15 – Fator mais prejudicial à MPE – Grande João Pessoa	74
Tabela 16 – Função dos gestores da MPE – Grande João Pessoa.....	75
Tabela 17 – Experiência gerencial dos gestores da MPE – Grande João Pessoa.....	75
Tabela 18 – Grau de escolaridade dos gestores da MPE – Grande João Pessoa.....	76
Tabela 19 – Formação superior dos gestores da MPE – Grande João Pessoa	76
Tabela 20 – Informações (meios) internas para utilização da MPE – Grande João Pessoa.....	77
Tabela 21 – Controle de atividades e itens na MPE – Grande João Pessoa.....	78
Tabela 22 – Acompanhamento mensal das operações na MPE – Grande João Pessoa	78
Tabela 23 – Vínculo do profissional contábil com a MPE – Grande João Pessoa.....	79
Tabela 24 – Nível do profissional contábil da MPE – Grande João Pessoa.....	79
Tabela 25 – Contabilista atual da MPE – Grande João Pessoa	80
Tabela 26 – Tempo do novo contabilista na MPE – Grande João Pessoa.....	80
Tabela 27 – Demonstração contábil recebida pelo gestor da MPE – Grande João Pessoa.....	81
Tabela 28 – Informação não estruturada recebida pelo gestor da MPE – Grande João Pessoa	82
Tabela 29 – Consulta ao contabilista para tomada de decisão pelo gestor da MPE – Grande João Pessoa	82
Tabela 30 – Quando o gestor da MPE não decide com ajuda do contabilista – Grande João Pessoa	83

Tabela 31 – Nível de escolaridade do gestor <i>versus</i> recebimento de informação contábil – Grande João Pessoa	85
Tabela 32 – Nível de escolaridade do gestor <i>versus</i> tomada de decisão com ou sem consulta ao contador – Grande João Pessoa	86
Tabela 33 – Experiência do gestor <i>versus</i> tomada de decisões com ou sem consulta ao contabilista – Grande João Pessoa	88
Tabela 34 – Tempo de existência da empresa <i>versus</i> recebimento de informação contábil – Grande João Pessoa	89
Tabela 35 – Segmento da empresa <i>versus</i> informação contábil – Grande João Pessoa	90
Tabela 36 – Sistema de informação da empresa <i>versus</i> tomadas de decisão com ou sem consulta ao contabilista – Grande João Pessoa.....	91
Tabela 37 – Categoria do contabilista <i>versus</i> informação contábil – Grande João Pessoa	92
Tabela 38 – Tomada de decisão sobre capital de giro, com ou sem consulta ao contabilista <i>versus</i> informação contábil – Grande João Pessoa	94
Tabela 39 – Tomada de decisão sobre aquisição de ativo imobilizado, com ou sem consulta ao contabilista <i>versus</i> informação contábil – Grande João pessoa.....	95
Tabela 40 – Tomada de decisão sobre planejar recursos financeiros <i>versus</i> informação contábil – Grande João Pessoa	96
Tabela 41 – Tomada de decisão sobre comprar para estocar <i>versus</i> informação contábil – Grande João Pessoa	96
Tabela 42 – Tomada de decisão sobre fazer promoção de vendas, com ou sem consulta ao contabilista <i>versus</i> informação contábil – Grande João Pessoa.....	97
Tabela 43 – Tomada de decisão com ou sem consulta ao contabilista – Grande João Pessoa	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APL – Arranjo Produtivo Local
- Art. – Artigo
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BP – Balanço Patrimonial
- BV – Balancete de Verificação
- CCB – Código Civil Brasileiro
- CF – Constituição Federal
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade
- CGSN – Comitê Gestor do Simples Nacional
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
- CPP – Contribuição Previdenciária Patronal
- CRC – Conselho Regional de Contabilidade
- DAS – Documento de Arrecadação do Simples Nacional
- DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
- Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DL – Decreto-lei
- DLPA – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
- DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Doar – Demonstração das Origens e Aplicação dos Recursos
- DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
- DVA – Demonstração do Valor Agregado
- EUA – Estados Unidos da América
- Fasb – *Financial Accounting Standards Board*
- Femip – Federação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte da Paraíba
- Fenabreve – Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos Automotores
- FPAS – Fundo da Previdência e Assistência Social
- Iasb – *International Accounting Standards Board*
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Intermunicipal e Interestadual de Transporte e Comunicações
- Ideme – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual
- IFRS – *International Financial Reporting Standards*
- IILS – *International Institute for Labour Studies*

IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ISS – Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza

Jucep – Junta Comercial do Estado da Paraíba

LC – Lei Complementar

ME – Microempresa

MP – Medida Provisória

MPE – Micro e Pequena Empresa

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

ORTN – Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional

PECPC – Programa de Educação Continuada dos Profissionais de Contabilidade

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PND – Programa Nacional de Desburocratização

Prime – Programa Primeira Empresa

Rais – Relação Anual de Informações Sociais

RFB – Receita Federal do Brasil

S/A – Sociedade por Ação

Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa

SFAC – *Statement of Financial Accounting Concepts*

Simplex – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

SME – *Small and Medium-Sized Entitie*

SPSS – *Statistical Package for Social Sciences*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA	19
1.2 HIPÓTESES DA PESQUISA	20
1.3 OBJETIVOS	21
1.3.1 Objetivo geral	21
1.3.2 Objetivos específicos	21
1.4 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA	21
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	23
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	25
2.1.1 Breve histórico da legislação sobre micro e pequena empresa no Brasil	25
2.1.2 Classificação de micro e pequena empresa	28
2.1.3 Papel das micro e pequenas empresas no Brasil	32
2.1.4 Micro e pequena empresa na Paraíba	37
2.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA MPE.....	38
2.2.1 Contabilidade como um sistema de informação	38
2.2.2 Informação contábil e seus usuários	42
2.2.3 Contabilidade para micro e pequena empresa	47
2.3 GESTÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	51
2.3.1 Importância do modelo de gestão	51
2.3.2 Planejamento e controle	53
2.3.3 Orçamento empresarial	54
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA	59
3.1.1 Quanto ao objetivo da pesquisa	59
3.1.2 Quanto às técnicas da pesquisa	60
3.1.3 Quanto ao método de abordagem	61
3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA	61
3.2.1 Universo da pesquisa	61

3.2.2 Amostra da pesquisa	62
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	63
3.3.1 Informações gerais sobre a empresa e o gestor.....	64
3.3.2 Informações sobre o sistema de informação na empresa.....	64
3.3.3 Informações sobre o responsável pelos serviços contábeis	64
3.4 MENSURAÇÕES DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES	65
3.5 ANÁLISE ESTATÍSTICA.....	68
3.5.1 Estatística descritiva.....	68
3.5.2 Estatística inferencial	68
4 TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	72
4.1.1 Dados referentes às micro e pequenas empresas	72
4.1.2 Dados referentes aos respondentes	74
4.1.3 Dados referentes ao sistema de informação na empresa.....	76
4.1.4 Dados referentes aos serviços contábeis	78
4.2 ANÁLISES DA ESTATÍSTICA INFERENCIAL	83
4.2.1 Analisando a hipótese básica	84
4.2.2 Analisando as hipóteses secundárias	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES	99
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE	109

1 INTRODUÇÃO

Muitas empresas brasileiras enfrentaram, nos anos de 2008 e 2009, problemas de ordem econômico-financeira em decorrência da crise econômica iniciada nos Estados Unidos da América no ano de 2008, verificada a partir do segundo semestre, e que atingiu diversos países pelo mundo, entre eles o Brasil. Um reflexo desse fato em nível de contas nacionais pode ser justificado pelo comportamento do Produto Interno Bruto (PIB)¹, que apresentou variação nos trimestres 4º/2008, 1º/2009, 2º/2009 e 3º/2009, em relação aos mesmos trimestres imediatamente anteriores, cujos percentuais foram 0,8%, (2,1%), (1,6%) e (1,2%), respectivamente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Em decorrência da referida crise, que afetou inicialmente as disponibilidades das linhas de crédito para o consumidor, o setor que primeiro sentiu o impacto foi o da indústria automobilística. De acordo com a Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos Automotores (Fenabrave), as vendas em novembro/2008 caíram 22,28% em relação ao mês de outubro do mesmo ano. Como precaução, visando atenuar a crise, o governo federal brasileiro, em dezembro de 2008, lançou um pacote de medidas que resultou na perda de arrecadação de 8,4 bilhões de reais, os quais passaram a circular na economia. Essas medidas foram: a) redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na venda de automóveis novos; b) isenção do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) na concessão de empréstimos às pessoas físicas; e c) modificação na tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, inserindo mais duas faixas de rendimentos, visando melhorar o poder aquisitivo da classe média.

Em qualquer situação de crise econômica é de se entender que os reflexos sobre as empresas se constituem em motivo de preocupação, especialmente no que diz respeito às empresas que não adotam em seu modelo de gerenciamento algum sistema de apoio ao planejamento e ao controle das ações, de modo particular as ações que envolvem os aspectos financeiros e econômicos, a fim de que possam mensurar adequadamente o impacto das decisões no contexto da crise.

Ainda que se admita que os efeitos de uma crise econômica recaiam sobre todos os segmentos empresariais, já que, em uma economia de mercado, as leis econômicas são quem regem a oferta e a procura por bens e serviços, é preciso compreender a necessidade de

¹ Produto Interno Bruto (PIB) é o somatório dos valores de todos os bens e serviços produzidos num determinado período e região geográfica, geralmente um país.

algumas medidas cautelares em relação a determinados segmentos de empresas, primordialmente aqueles que representam papel fundamental no sistema econômico de seu país, região etc.

No caso do Brasil, um segmento empresarial relevante para a economia e que requer cuidados especiais é aquele formado pelas Micro e Pequenas Empresas (MPEs).

Cabe notar que não é só no Brasil que esse segmento tem grande influência na economia. Para se ter uma ideia, de acordo com o *Small Business Administration* (órgão que cuida das pesquisas e estatísticas das pequenas empresas norte-americanas), essas representam 99,7% de todas as empresas daquele país, empregam mais da metade de trabalhadores no setor privado, pagam 44% da folha de salários, entre outros pontos de destaques.

Nesse sentido, é de se pensar que deva existir, por parte dos gestores públicos, um permanente acompanhamento sobre o desempenho econômico-financeiro dessas empresas em virtude de sua importância no desenvolvimento econômico do país. Nessa linha de raciocínio, espera-se, também, das autoridades governamentais, atenções especiais voltadas para melhores políticas de tributação e fomento ao crédito, bem como simplificação do processo burocrático ao qual se submetem todas as empresas no país.

De acordo com os dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2006), as MPEs correspondem a 98% das empresas brasileiras, são responsáveis por 67% das pessoas ocupadas no Brasil e representam 20% do PIB. Convém reforçar que a importância das empresas desse tipo é ainda maior nas regiões mais carentes, do ponto de vista econômico, em razão da existência de pouquíssimas ou nenhuma empresa de grande porte.

Não obstante a importância das MPEs para a economia brasileira, o índice de mortalidade verificado nesse segmento deixa transparecer que elas enfrentam, normalmente, problemas para continuar a desenvolver as suas atividades.

Ainda que pesquisa realizada nos anos de 2003, 2004 e 2005, nos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, aponte uma substancial diminuição da mortalidade das MPEs, o Sebrae concluiu que 28% delas não sobrevivem aos dois primeiros anos de atividade.

Essa é uma realidade cuja maior compreensão e correção pode contribuir de forma relevante para o fortalecimento da economia nacional de um modo em geral, notadamente no que diz respeito à geração de emprego e renda, bem como procurar fortalecer a economia para enfrentar momentos recorrentes de crises econômicas.

Ainda de acordo com a pesquisa desenvolvida pelo Sebrae, com relação à mortalidade das MPEs, foi constatado que o fato que mais contribuiu, de acordo com os respondentes, para o fracasso das MPEs foi a falta de capital de giro.

Deve ser compreendido que os gestores de qualquer organização estão sempre administrando recursos escassos. Nesse sentido, quanto maior a falta de um determinado recurso, melhor precisam ser as decisões a ele relativas, de modo que a continuidade da atividade não seja colocada em risco.

A literatura que trata do assunto realça, de forma farta, que o processo de gestão das organizações é suportado por um sistema de informações no âmbito do qual a informação contábil desempenha papel relevante, e é esse sistema de informações que deve suportar o processo decisório dos gestores das organizações. Mosimann e Fisch (2009) vêm nesse aspecto evidenciar que, no âmbito gerencial, o sistema de informação contábil deve habilitar a otimização de recurso que, sob o controle de um responsável, possa confrontar o real com o esperado.

Moscove, Simkin e Bagranoff (2002, p. 22) colocam que

Na era da informação, as empresas estão percebendo que o sucesso ou o fracasso depende cada vez mais de como gerenciam e usam as informações. Uma característica da era da informação é o emprego da maior parte da força de trabalho como trabalhadores do conhecimento.

Assim, faz-se necessário que os gestores, inclusive das MPEs, estejam permanentemente municiados das melhores informações para o momento exato em que precisam decidir sobre determinada ação a respeito da utilização dos recursos que estão à sua disposição, pelo simples fato de que, não procedendo dessa forma, podem simplesmente deixar de maximizar a utilização dos recursos e pôr em risco a continuidade da organização.

Conforme destaca Bio (1985, p. 45), “a essência do planejamento e do controle é a tomada de decisão”. Esta, por sua vez, depende de informações oportunas, de conteúdo adequado e confiável.

“Informação é o dado processado de forma a ser entendido pelo receptor. A transferência de informação é a comunicação”. (PADOVEZE, 2002)

Diante de uma variedade de informações que podem estar à disposição dos empresários, um tipo destas se destaca como indispensável à boa gestão empresarial. Trata-se do sistema de informações contábeis.

Padoveze (2002, p. 49) enfatiza que:

A ciência contábil traduz-se naturalmente dentro de um sistema de informação. Poderá ser arguido que fazer um sistema de informação contábil com a ciência da contabilidade é um vício de linguagem, já que a própria contabilidade nasceu sob a arquitetura de sistema informacional.

“Definimos sistema de informações contábeis como os sistemas que captam, registram e comunicam todas as informações financeiras e não financeiras relevantes, relativas a importantes atividades empresariais”. (MOSCOVE; SIMKIM; BAGRANOFF, 2002). Prosseguem os autores afirmando que essa perspectiva leva à criação de informações mais úteis e oportunas para fins de planejamento, tomadas de decisão e controle.

A despeito de qualquer importância que se atribua à informação, a sua utilização no âmbito das organizações não ocorre de forma automática. A percepção que cada gestor tem do valor da informação é que irá conduzi-lo, ou não, ao uso da mesma. De outro modo, é necessário que o gestor compreenda de maneira adequada o significado da informação, para optar pelo seu uso.

Pelo que até aqui foi exposto, entende-se que uma possibilidade de explicação para o alto índice de mortalidade das MPEs no Brasil, índice este que pode ser acentuado em momentos de crise, seja a ausência de um sistema de informações, de modo particular da informação contábil, que auxilie os gestores no processo decisório, cada um, dentro de suas percepções.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

A informação contábil revestida de suas características qualitativas pode ser apropriada por usuários diferentes e cujos objetivos podem ser distintos. É nessa perspectiva que Iudícibus (2009, p. 3) afirma que a contabilidade repousa num “arquivo básico de informação contábil” o qual poderá ser utilizado de forma flexível por vários usuários, cada um com ênfase diferente, neste ou naquele tipo de informação.

Assumindo que a contabilidade deve estar à disposição dos diversos usuários para que a utilizem conforme suas necessidades, em seus processos decisórios, bem como a percepção que cada gestor ou usuário tem acerca de sua importância, o presente estudo e pesquisa busca resposta para o seguinte questionamento: **Qual o nível de percepção dos gestores das micro e pequenas empresas de municípios da Grande João Pessoa quanto à utilidade da informação contábil para tomada de decisão?**

1.2 HIPÓTESES DA PESQUISA

“Uma vez formulado o problema, com a certeza de ser suficientemente válido, propõe-se uma resposta suposta, provável e provisória, isto é, uma hipótese”. (MARCONI; LAKATOS, 2009)

Assim, a hipótese é uma resposta provisória que poderá ser confirmada ou rejeitada após a realização dos testes necessários à validação (ou não) da mesma. Gil (2009) orienta para o fato de que o passo seguinte após a colocação do problema solucionável consiste em oferecer uma solução possível mediante uma proposição, ou seja, uma expressão verbal suscetível de ser declarada verdadeira ou falsa. A essa proposição dá-se o nome de hipótese.

“A hipótese é sempre uma afirmação, uma resposta possível ao problema proposto”. (MATIAS-PEREIRA, 2010)

A hipótese será confirmada ou rejeitada por meio da relação entre variáveis abrangidas na questão-problema. Cervo, Bervian e Silva (2007) afirmam que a hipótese, como resposta e explicação provisória, relaciona duas ou mais variáveis do problema levantado.

Há dois tipos de hipóteses, de acordo com Matias-Pereira (2010):

- Hipótese básica: que é a afirmação escolhida pelo pesquisador como a principal resposta ao problema proposto;
- Hipóteses secundárias: que são afirmações complementares e significam outras possibilidades de resposta ao problema.

Portanto, este estudo possui a seguinte hipótese básica:

- Os gestores das MPEs percebem utilidade na informação contábil no contexto do processo de tomada de decisões.

Como hipóteses secundárias, nesta pesquisa foram adotadas as seguintes:

- Os gestores de micro e pequenas empresas tomam decisões respaldadas nos relatórios contábeis legalmente estruturados;
- Os gestores de micro e pequenas empresas tomam decisões mediante consulta ao seu profissional contábil.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Com o propósito de responder ao questionamento estabelecido nesta pesquisa, este trabalho tem como objetivo geral explicar qual é o nível de percepção que os gestores das micro e pequenas empresas localizadas nos municípios que fazem parte da Grande João Pessoa têm quanto à utilidade das informações contábeis no processo de gestão das organizações por eles dirigidas.

1.3.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos, os quais serão necessários para que se atinja ao objetivo geral, têm-se, neste estudo, os seguintes pontos:

- Caracterizar a importância das micro e pequenas empresas no contexto da economia brasileira;
- Discorrer a respeito do papel da informação contábil no processo de gestão das micro e pequenas empresas;
- Discutir o processo de gestão das micro e pequenas empresas;
- Escolher alternativa para mensuração da percepção em relação à utilidade da informação contábil no processo decisório dos gestores das MPes;
- Tratar e analisar as variáveis que servirão para responder à questão de pesquisa.

1.4 JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA

A relevância do presente trabalho pode se respaldar no fato de que a maioria das empresas que formam a economia da Grande João Pessoa é classificada como MPes e que a geração de emprego e renda e o universo destas empresas apresentam significativa participação no processo econômico desta região.

Com base nos dados do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (Ideme), em 2006, dos cinco principais municípios paraibanos na formação do PIB estadual, 4 deles estão localizados na Grande João Pessoa, quais sejam: a própria João Pessoa, Cabedelo, Santa

Rita e Bayeux, ficando fora da área metropolitana apenas a cidade de Campina Grande, sendo a outra cidade que compõe esse bloco.

O Estado da Paraíba possuía, em setembro de 2009, 39.712 MPEs, de acordo com estatística da Junta Comercial do Estado da Paraíba (Jucep) e, desse total, na Grande João Pessoa, composta pelas cidades de João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita e Bayeux, estão localizadas 11.927 MPEs, perfazendo o percentual de 30,03% (praticamente um terço delas). Note-se que, como o Estado da Paraíba possui 223 municípios, restam pouco mais de dois terços de MPEs espalhadas pelos outros 219 municípios.

Nesse aspecto, pode-se considerar que a economia da Grande João Pessoa depende essencialmente da força de geração de emprego e renda que as MPEs desempenham e, neste sentido, levando-se em conta a relevância da informação contábil para o processo de gestão, é importante conhecer como essas empresas estão utilizando a informação contábil para o processo de gestão, considerando que pela gestão das empresas passa necessariamente a administração do seu capital de giro.

Cabe reconhecer que o entendimento do processo de gestão, especialmente das eventuais deficiências desse processo, é fator crucial para que seja reduzido o índice de mortalidade das MPEs, mais ainda quando se considera que, do universo de empresas atuantes na economia paraibana (e também em nível nacional), aproximadamente 98% desse total é composto por MPEs.

Ademais, torna-se fundamental a compreensão de como esses empresários recebem o subsídio informacional dos profissionais da contabilidade. Ou, de outra forma, compreender como o sistema de informações contábeis está operando na realização de sua função, que é o de oferecer suporte para a tomada de decisão junto aos gestores das MPEs.

Assim, na atual e denominada era da informação, é de suma importância poder avaliar como as informações produzidas pelo sistema de contabilidade estão sendo recebidas pelos micro e pequenos empresários, ou seus gestores, para atender suas necessidades no processo gerencial de suas empresas. As formas como elas chegam para esses gestores influenciarão significativamente no desempenho econômico e financeiro da empresa em decorrência das decisões tomadas.

Sendo de conhecimento abrangente que a classe empresarial tem demonstrado ultimamente sua preocupação com relação à retração de demanda em decorrência da crise mundial iniciada em 2008 nos Estados Unidos e espalhada por vários países, a economia paraibana e, no caso particular, a região da Grande João Pessoa, certamente não passaria ileso aos danos causados por uma crise mundial.

Portanto, os empresários, de uma forma geral, passam cada vez mais a ter necessidades de obterem meios eficientes para lidarem com as adversidades de mercados trazidas por esses acontecimentos econômicos não previstos. Nesse sentido, quanto mais confiável e relevante for a informação contábil, melhores serão as tomadas de decisão no processo gerencial da entidade.

Outro fator que contribui para a realização desta pesquisa é o fato que não existem na literatura muitos trabalhos nesse sentido. Há carência de pesquisas empíricas que efetivamente venham contribuir para a descoberta de fatos relacionados com a contabilidade e sua real importância para as empresas.

Estudo semelhante foi realizado por Caneca (2008) com as MPEs e os escritórios de contabilidade da região metropolitana do Recife. Todavia, o objetivo foi procurar compreender a percepção que os gestores das micro e pequenas empresas tinham sobre os serviços contábeis que recebiam e, comparativamente, qual seria a percepção dos contabilistas quando da prestação desses serviços contábeis.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo está voltado para uma pesquisa de campo através da aplicação de um questionário do tipo fechado, no qual só se permite expressar a opinião do que está sendo perguntado a gestores, ou outra pessoa que o substitua, de micro e pequenas empresas localizadas na Grande João Pessoa.

É importante destacar que a classificação de micro e pequena empresa pode ser caracterizada, principalmente, sob dois enfoques: o número de empregados que a empresa possui ou a sua receita bruta anual.

Para esta pesquisa o critério que será adotado para considerar uma empresa como micro ou pequena, é o do Sebrae, que adota o critério do número de empregados, conforme se vê na Tabela 1 seguinte:

Tabela 1 – Classificação de MPE empresa pelo número de empregados

Porte da empresa	Indústria e Construção Civil	Comércio e Serviços
Microempresa	Até 19 empregados	Até 9 empregados
Pequena empresa	De 20 a 99 empregados	De 10 a 49 empregados

Fonte: Adaptado do sítio do Sebrae, 2010.

Outra delimitação quanto às empresas levantadas no questionário, diz respeito àquelas que ainda não tiveram um exercício social completo, tendo em vista que, dessa forma, possivelmente não tenha havido elaboração de demonstrações contábeis que são realizadas ao término do exercício social. Na verdade, trata-se de empresa registrada a partir de 2010, ou então, mesmo que registrada anterior a 2010, não tenha apresentado atividade operacional ou não operacional no seu último exercício social.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O presente estudo possui, além de um capítulo introdutório que levará o leitor a uma contextualização do tema proposto, bem como das referências bibliográficas e um apêndice composto do questionário aplicado na pesquisa, mais quatro capítulos, a saber:

- No segundo capítulo será apresentada a fundamentação teórica para dar embasamento ao tema abordado. Nele se discorrerá sobre os aspectos legais e conceituais da microempresa e empresa de pequeno porte, como também se enfoca o sistema de informação contábil como parte componente do sistema empresa, além de se evidenciar o processo de gestão empresarial como ferramenta útil ao processo de tomada de decisão da empresa.
- No capítulo seguinte, o terceiro, serão demonstrados os procedimentos metodológicos utilizados para fins de alcançar o objetivo geral do trabalho, como a pesquisa se caracteriza quanto ao seu objetivo, sua técnica e sua abordagem. Também discutirá quais os métodos estatísticos aplicados para solução do problema de pesquisa.
- No quarto capítulo tem-se a análise e tratamento dos dados levantados por meio do questionário aplicado aos gestores, ou seus substitutos, cuja finalidade consiste na interpretação desses dados, bem como suas confrontações com a teoria abordada.
- Finalmente, no capítulo 5, serão apresentadas as considerações finais sobre quais resultados a pesquisa alcançou, bem como suas limitações e recomendações para futuros estudos sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo evidencia a fundamentação teórica necessária à compreensão dos elementos que servirão de base para melhor entendimento do assunto abordado pela pesquisa. Discorre-se inicialmente sobre micro e pequenas empresas (MPEs), quanto a um breve histórico à luz da legislação brasileira sobre sua implantação no país; em seguida, descrevem-se algumas definições bem como as classificações de MPEs diante de várias óticas e circunstâncias apresentadas, além de se levantarem algumas estatísticas sobre a importância desse segmento empresarial (MPEs) para a economia brasileira. Na sequência, aborda-se sobre o sistema de informação contábil e sua importância no contexto dessas empresas. Por fim, explana-se sobre o processo de gestão empresarial com ênfase dada para um sistema de informação contábil simplificado possível de aplicação às MPEs.

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

2.1.1 Breve histórico da legislação sobre micro e pequena empresa no Brasil

No Brasil, em termos de regulamentação aplicada à pequena empresa, o início se deu com o Programa Nacional de Desburocratização (PND), criado no ano de 1979, através do Decreto nº 83.740/79, cujo artigo 3º explicitava que o referido programa tinha por objetivo fortalecer o sistema de livre empresa, favorecendo a empresa pequena e média, que constituem a matriz do sistema, e consolidando a grande empresa privada nacional, para que ela se capacite, quando for o caso, a receber encargos e atribuições que se encontram hoje sob a responsabilidade de empresas do Estado.

Entretanto, foi só em 14 de abril de 1980, através do Decreto-lei (DL) nº 1.780/80, que efetivamente nascia a legislação com o intuito de conceder “isenção do imposto de renda e das obrigações acessórias”.

Por esse normativo legal surgiram as primeiras condições e características como forma de classificação, bem como das exigências legais para uso dos referidos benefícios. No referido DL, para ser considerada uma pequena empresa era necessário que a receita bruta total, operacional e não operacional anual fosse igual ou inferior ao montante de 3.000 (três mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Para se ter uma ideia do montante daquele valor, e sendo o valor de uma ORNT, em dezembro/1980, igual a 706,70, essa receita bruta (operacional e não operacional) seria no valor de Cr\$ 2.120.100,00 (dois

milhões, cento e vinte mil e cem cruzeiros), moeda brasileira em vigência em 1980 ($2.120.100/706,70 = 3.000$ ORTNs).

Em termos de moeda atual, ou seja, em real (R\$), tal receita equivaleria, por ano, aproximadamente a R\$ 157.906,42 (cento e cinquenta e sete mil, novecentos e seis reais e quarenta e dois centavos), conforme demonstrado abaixo, com cálculos a partir de informações no sítio do Banco Central do Brasil², como evidencia a Tabela 3 abaixo:

Tabela 2 – Comparação de valores da receita bruta para enquadramento como pequena empresa

Receita bruta total (operacional e não operacional) anual	Valores em Cruzeiro e em Real
Valor nominal (em dezembro de 1980)	Cr\$ 2.120.100,00
Valor corrigido (em maio de 2010)	R\$ 157.906,42

Fonte: Elaboração própria, a partir de informações no sítio do Banco Central do Brasil, 2010.

Pelo DL nº 1.780/80, ainda não havia sido introduzida a expressão de microempresa, mas apenas empresa de pequeno porte.

Em decorrência da própria evolução da economia e diante da realidade de que muitos empresários não dispunham de grande quantidade de recursos para iniciarem seus negócios, estimulando-se, assim, o surgimento da pequena empresa, deu-se que, em 27 de novembro de 1984, foi publicada a Lei nº 7.256/84, sendo o primeiro estatuto da microempresa no Brasil. Aqui cabe diferenciar que, no âmbito da legislação sobre a matéria, estatuto é um normativo mais abrangente, atuando além das exigências simplesmente tributárias e fiscais, tais como os aspectos administrativos, creditícios, tecnológicos etc. Nesse sentido, o estatuto criado em 1984 estabeleceu, em seu artigo 1º, que à microempresa é assegurado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. Estabeleceu, também, um novo limite de 10.000 (dez mil) ORTN como sendo o valor da receita bruta para fins de enquadramento no estatuto.

No decorrer dos anos, entre 1984 – 1996, vários normativos foram publicados, como o Decreto nº 90.414/84, que dispunha sobre a criação e funcionamento de um Conselho de Desenvolvimento da Micro, Pequena e Média Empresa; o Decreto nº 90.573/84, que reduziu a alíquota do IPI de produtos fabricados predominantemente por empresas de pequeno porte; a Lei Complementar nº 48/84, que estabeleceu normas relativas à isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS), bem como do Imposto sobre Prestação de serviços de Qualquer Natureza (ISS); e o Decreto nº 90.880/85, que veio

² Informações disponíveis em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

regulamentar o Estatuto da Microempresa, criado através da Lei nº 7.256/84, já citado anteriormente.

Todavia, o grande avanço, em termos de legislação, para essas empresas ocorreu com a Constituição Federal (CF) promulgada em 05 de outubro de 1988. Ela reservou dispositivo legal para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme seu artigo 179, que dispôs:

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e empresas de pequeno porte assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

Um fato que chamou atenção foi que, desde a promulgação da atual CF/88 até a publicação de um novo dispositivo que pusesse em prática o que fora previsto nessa Constituição, transcorreram-se mais de oito anos, entretanto o segmento não apresentou problema de continuidade. Assim, só em 05 de dezembro de 1996 surge a chamada Lei do Simples Federal, de nº 9.317/96, a qual veio dispor sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte (MPEs) e instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), além do estabelecimento de nova definição para o enquadramento no regime.

Por oportuno, mais uma vez atente-se para o fato de que a referida lei se voltava para os aspectos tributários e fiscais. Assim, só em 1999, por meio da Lei nº 9.841/99, denominada Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, é que efetivamente estaria posto em prática o que previa a CF/88, através de seu artigo 179.

Tanto a Lei nº 9.317/96 (lei do Simples Federal) quanto a Lei nº 9.841/99 (Estatuto do Simples Federal) vigoraram até 30 de junho de 2007, quando entrou em vigor em o atual modelo de tributação e o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Através da LC nº 126/06 foi instituído o Simples Nacional, no qual uma das principais vantagens verificadas pelo segmento foi a unificação de tributos das três esferas governamentais, inclusive a contribuição para formação do Fundo da Previdência e Assistência Social (FPAS) (Contribuição Previdenciária Patronal (CPP)), exceto em alguns casos de prestação de serviços, tendo seu cálculo efetuado num só instante, através de um portal na internet, bem como seu recolhimento através de um único documento, o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS).

Apesar de já terem sido publicadas mais três leis complementares desde 1º de julho de 2007 (as LCs n^{os} 127/07, 128/08 e 133/09), na sua essência, o Simples Nacional continua em pleno vigor, porém com algumas alterações e ajustes trazidos pelas referidas leis, como, por exemplo, aumentar os tipos de atividades permissivas para ingressar nesse sistema de arrecadação de tributos nacionalmente unificados.

2.1.2 Classificação de micro e pequena empresa

A definição de MPE não tem sido algo simples, ou pelo menos unânime. De acordo com o objetivo de cada órgão governamental, entidade de classe, bancos de fomento, entre outros, existem, na literatura e publicações, diversas maneiras para sua classificação. Isso não é diferente quando se trata de países estrangeiros.

Não existe critério único para definir micro ou pequenas empresas, tanto no Brasil quanto em qualquer país do mundo. (LEMES JÚNIOR; PISA, 2010)

Filion (1990, p. 33, apud PINHEIRO, 1996, p. 21) relata que os Estados Unidos da América foram os primeiros a definir pequena empresa em determinação oficial do *Selective Service Act*, de 1948, onde estabeleceu os seguintes critérios:

- Sua posição no comércio ou indústria da qual faz parte não seja dominante;
- O número de empregados não seja superior a 500;
- Seja possuída e operada independentemente.

As pequenas empresas de um modo geral, são definidas como aquelas que, não ocupando uma posição de domínio ou monopólio no mercado, são dirigidas por seus próprios donos que assumem o risco do negócio e não estão vinculadas a outras grandes empresas ou grupos financeiros. (GONÇALVES; KOPROWSKY, 1995)

Sob o ponto de vista de Montañó (1999, p. 13), “a conceituação de MPE requer uma análise de sua estrutura onde são considerados três aspectos fundamentais”:

- Dimensão: apresenta dimensão reduzida principalmente quanto ao número de membros, nível de produção e comercialização, custos de produção e ponto de equilíbrio etc.;
- Complexidade: por seu reduzido número de empregados e pela intensidade nas relações interpessoais, dentro da MPE o poder é altamente centralizado, quase não

há estratificação e a divisão técnica do trabalho é muito pequena – onde todos fazem tudo;

- Formalização: em geral, a MPE não apresenta objetivos e normas explicitamente definidos. A formalização quase não existe. Não planifica suas atividades.

“No Brasil, existem diferentes classificações – conforme a instituição responsável”. (SOUSA, 2009).

Com base nas colocações anteriores é possível afirmar que não há homogeneidade na definição de MPE. Chiavenato (2008) ainda acrescenta que governo, bancos e entidades de classe utilizam critérios variados para classificar as empresas de acordo com o seu tamanho, para efeito de registro, isenções, apoio técnico, obtenção de crédito etc.

Entretanto, o *International Institute for Labour Studies* (IILS), aponta que, para os aspectos socioeconômicos, diversos países e órgãos do mundo classificam micro, pequena, média e grande empresa pelo número de empregados que possuem. Aliás, essa posição, no Brasil, é apresentada pelo Sebrae, conforme se verá adiante.

A Tabela 3 seguinte demonstra alguns desses países e sua classificação pelo número de empregados.

Tabela 3 – Porte da empresa por empregados

País	Micro	Pequena	Média	Grande
Bolívia	–	5 – 49	50 – 99	> 100
Brasil	1 – 19	20 – 99	100 – 499	> 500
Chile	–	1 – 49	50 – 109	> 110
Colômbia	–	5 – 49	50 – 99	> 100
Equador	–	5 – 49	50 – 99	> 100
Peru	–	5 – 19	20 – 199	> 200
EUA	–	< 99	100 – 499	> 500
Japão	1 – 29	30 – 99	100 – 499	> 500
França	< 20	21 – 99	100 – 49	> 500
Alemanha	1 – 10	10 – 100	100 – 499	> 500
Noruega	0 – 49	50 – 99	100 – 199	> 200
Suíça	–	1 – 49	50 – 499	> 500
Itália	< 20	21 – 99	100 – 499	> 500

Fonte: IILS, 2010.

Com relação à Tabela 3 acima, note-se que alguns países não costumam utilizar a classificação para microempresa, mas pequena, média e grande empresa.

Apresentam-se abaixo as principais classificações de MPEs no Brasil e o respectivo órgão ou entidade que as classificaram:

a) Na ótica do Sebrae

Os estudos estatísticos feitos no Brasil sobre as MPEs são, em sua maioria, realizados e publicados pelo Sebrae. Para fins de classificação quanto ao porte da empresa, o Sebrae toma por base a quantidade de empregados existentes, e essa estatística é obtida através dos dados fornecidos ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anualmente, por intermédio das informações enviadas através da Relação Anual de Informações Sociais (Rais)³, sendo esta a classificação⁴, conforme segue:

- Indústria e construção civil:
 - Microempresa: até 19 empregados.
 - Pequena empresa: de 20 a 99 empregados.
- Comércio e serviços:
 - Microempresa: até 09 empregados.
 - Pequena empresa: de 10 a 49 empregados.

O Sebrae tem como missão a realização e divulgação de estudos estatísticos sobre as MPEs, com intuito de desenvolver mecanismos de assessoramento e fomentar essas entidades, tendo em vista a sua importância para a economia do país.

b) Na ótica da Receita Federal do Brasil (RFB)

Atualmente vigora, no Brasil, o Simples Nacional, sistema criado pela LC nº 123/06 e que disciplina o pagamento unificado dos tributos federal, estadual e municipal, além de ser o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

A lei impõe uma série de itens impeditivos para que uma empresa se enquadre nesse sistema. Entretanto, o parâmetro mais comum de todos eles diz respeito ao limite da receita bruta auferida anualmente.

De acordo com a Tabela 4 abaixo, percebe-se a classificação de microempresa e empresa de pequeno porte, pela RFB, obedecendo ao limite da receita bruta anual:

³ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um documento obrigatório entregue anualmente por todas as empresas legalmente constituídas (ativas e inativas) existentes no Brasil. Suas informações dizem respeito basicamente aos empregados que fizeram parte da empresa, durante o ano.

⁴ Para mais detalhes, ver Tabela 2, p. 26.

Tabela 4 – Classificação de MPE pela receita bruta – RFB

Porte empresa	Receita bruta anual (R\$)
Microempresa	Até 240.000,00
Pequena empresa	De 240.000,01 até 2.400.000,00

Fonte: Adaptado do sítio da Receita Federal do Brasil, 2010.

É importante destacar que, para fins de recolhimento dos tributos (fins tributários), esse teto de R\$ 2.400.000,00 não funciona para todos os estados em decorrência de ter sido estabelecido, através da Resolução nº 4/07 do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), um sublimite para diversos estados em razão de suas participações no PIB. No caso da Paraíba, esse limite é de R\$ 1.200.000,00, estendidos aos municípios paraibanos. Na prática, isso significa que uma empresa, neste estado, que ultrapassar a esse valor passará a recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços Intermunicipal e Interestadual de Transporte e Comunicações (ICMS), bem como o Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISS) por fora do sistema do Simples Nacional. Paga o ICMS normalmente como as demais empresas, pela sistemática de imposto não-cumulativo – apurando-se débito e crédito mensalmente e o imposto a recolher ou compensar dessa apuração, e o ISS será recolhido onde forem prestados os serviços de acordo com a alíquota vigente no referido município, exceto nos casos de haver impossibilidade na determinação do local do estabelecimento prestador, caso em que esse ISS será devido no domicílio do contribuinte (art. 3º da LC nº 116/03).

Em outros estados citados na referida resolução, esse sublimite sobe para R\$ 1.800.000,00 e, nos maiores estados do país, o limite é R\$ 2.400.000,00, de acordo com a participação do estado no PIB nacional. Contudo, mesmo a empresa excedendo o seu limite de receita adotado para o estado onde está localizada, continua a recolher os tributos federais pelo sistema de tributação do Simples Nacional, ou seja, unificadamente.

c) Na ótica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Ainda se pode classificar uma MPE sob a ótica do BNDES (2010), cuja finalidade é o fomento para esse segmento de empresas no Brasil, e que também se utiliza do critério da receita bruta anual, sendo a seguinte faixa de receita, conforme apresentada na Tabela 5 abaixo especificada:

Tabela 5 – Classificação MPE pela receita bruta anual – BNDES

Porte empresa	Receita bruta anual (R\$)
Microempresa	Até 2.400.000,00
Pequena empresa	De 2.400.000,00 até 16.000.000,00

Fonte: Adaptado do sítio do BNDES, 2010.

d) Conselho Federal de Contabilidade – Resolução CFC nº 1.255/09

Recentemente, em dezembro de 2009, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução CFC nº 1.255/09 publicou normas de contabilidade a serem aplicadas pelas pequenas e médias empresas em consonância com as normas internacionais de contabilidade para essas entidades – as quais foram normatizadas em julho de 2009 pela *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Pela Resolução CFC nº 1255/09, pequenas e médias empresas são empresas que:

- Não têm obrigação pública de prestação de contas;
- Elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos.

Não obstante a todas as definições já discorridas, todavia, ainda se podem encontrar outras definições de MPE para fins específicos de incentivos fiscais e culturais, créditos, licitações e outros, por parte dos estados da federação e dos municípios brasileiros.

Ercolin (2007, p. 76), quanto a esse entendimento, descreve:

Não há unanimidade sobre a delimitação do segmento das micro e pequenas empresas. Observa-se, na prática, uma variedade de critérios para sua definição tanto por parte da legislação específica, como por parte de instituições financeiras oficiais e órgãos representativos do setor, ora baseando-se no valor do faturamento, ora no número de pessoas ocupadas, ora em ambos. A utilização de conceitos heterogêneos decorre do fato de que a finalidade e o objetivo das instituições que promovem seu enquadramento são distintos (regulamentação, créditos, estudos etc.).

2.1.3 Papel das micro e pequenas empresas no Brasil

Apesar da importância exercida no cenário econômico brasileiro por parte desse segmento de empresas, no Brasil ainda não existe um órgão que cuide exclusivamente de realizar estudos e pesquisas, pelos menos com divulgações atualizadas, sobre números que mostrem as estatísticas das micro e pequenas empresas. Mesmo existindo diversas entidades

que levam em sua denominação o acompanhamento da nomenclatura de micro e pequena empresa, na maioria das vezes se tratam de entidades regionais, locais e setoriais, e que só divulgam dados de seus interesses particulares, como é o caso de associações, sindicatos, federações etc.

Como já colocado, o principal órgão que divulga informações mais abrangentes sobre as estatísticas dessas empresas, atualmente, é o Sebrae. Entretanto, ele tem como metodologia usar, como fonte de pesquisa para suas divulgações, os dados publicados tanto pelo IBGE, com base em dados levantados pelos referidos censos, quanto pelo MTE, relativamente às informações acolhidas através da Rais.

Existem, ainda, os Arranjos Produtivos Locais (APLs), programa criado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, cujo funcionamento consiste na aglomeração de empresas localizadas em um mesmo território, com o objetivo de compartilhar formas de cooperação entre si, na busca de especialização produtiva, porém esse programa é para as empresas em geral, e não somente para as MPEs.

Podem-se apresentar, todavia, outros organismos que visam ajudar a MPE, tais como “incubadoras de empresas”, que são negócios geralmente ligados às universidades, com o objetivo de promover o nascimento, crescimento e fortalecimento, até que elas ganhem sua própria forma de sustentabilidade no mercado. Também foi criado recentemente pelo governo federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Programa Primeira Empresa (Prime), o qual visa apoiar empresas que apresentem alguma forma de inovação, seja em novos produtos ou processos, bem como na forma organizacional e até o próprio marketing. Entretanto, excetuando-se o Sebrae, os demais programas e mecanismos existentes voltados à MPE não têm impacto informacional para a sociedade.

Para se ter ideia da importância dessas empresas na economia nacional, o Sebrae (2006) apresentou dados que indicam que elas representam 98% das empresas do país, ocupam 67% das pessoas em suas atividades, dos quais 56% com carteira de trabalho assinada, são 62% das empresas exportadoras, participam com 2,3% do valor das exportações e correspondem a 20% do PIB.

Mas, apesar dos evidentes números que demonstram essa participação das MPEs na economia brasileira, um aspecto pouco significativo diz respeito às exportações feitas por esse segmento – apenas 2,3% do total das exportações. Feldmann, em entrevista à rádio CBN (2010), enfatiza que, na Itália, as exportações pelas pequenas empresas alcançam o patamar de 50% do total das exportações. “É que no Brasil falta uma associação forte que motive o

caráter empreendedor dessas empresas, a fim de que possam unir esforços para inovar em produtos, processos, gerenciamento etc.”.

Mas parece ficar transparente que, no ponto de vista de Feldmann, não se trata de qualquer limitação de pauta quanto à participação das MPEs nas exportações brasileiras, mas apenas a falta de esforços por parte desses empreendedores.

Segundo Castor (2009, p. 1) “99,2% das empresas nacionais se enquadra na categoria de micro e pequena empresa”.

“E não é diferente no resto do mundo: para ficar apenas no exemplo dos EUA, a pátria por excelência das grandes corporações, 99,7% das empresas são de porte pequeno ou muito pequeno, empregando metade da força de trabalho”. (CASTOR, 2009)

A força da pequena empresa é expressiva nas grandes economias mundiais. Lemes Júnior e Pisa (2010) mostram que as MPEs europeias representam 98,7% do total das empresas europeias, 50,2% dos postos de trabalho do setor privado e mais de 80% em alguns setores industriais, como o de produtos metálicos, da construção e de fabricação de móveis.

O Brasil possuía, em 2006, mais de seis milhões de micro e pequenas empresas. A Tabela 6 abaixo demonstra como elas estão dispostas nas regiões do país.

Tabela 6 – Número de micros e pequenas empresas – Brasil – 2006

Regiões	Com empregados	Sem empregados	Total
Norte	76.554	135.285	211.839
Nordeste	330.149	615.341	945.490
Sudeste	1.166.107	1.911.061	3.077.168
Sul	499.892	915.883	1.415.775
Centro-Oeste	168.369	254.415	422.784
Brasil	2.241.071	3.831.985	6.073.056

Fonte: MTE/Rais (SEBRAE; DIEESE, 2008).

Percebe-se na Tabela 6 acima que, do total de MPE existente em 2006, 63,10% não possuem empregados, ou seja, 3.831.985 estabelecimentos. Isso pode ser explicado por Lemes Júnior e Pisa (2010) ao afirmarem que as empresas familiares predominam no mundo e que, na maioria dos casos, o fundador é quem se responsabiliza por todas as funções (finanças, compras, fornecedores, vendas, administração etc.).

Se, por um lado, as MEPs ocupam importante função na economia brasileira, conforme se discorreu anteriormente, por outro lado existe, e sempre existiu, como se verá mais adiante, um assunto que traz preocupações relativamente a essas empresas. Trata-se da mortalidade das MPEs.

Lima et al. (2010, p. 113) afirmam que “não é de hoje que os pesquisadores se preocupam com a causa da mortalidade precoce da MPE”. Davis (1939, apud Lima et al. 2010), realizou estudos que mostraram que, em algumas cidades dos EUA, na década de 30, a mortalidade dessas empresas atingia 77,6% ao final do terceiro ano.

Estudos realizados pelo Sebrae (2008) dão conta de que, de 1998 a 2007, as taxas de mortalidades caíram em todos os perfis de comparação. A despeito disso, o estudo revela que a taxa das empresas que não sobrevivem ao 3º ano de vida, caiu de 56% para 46%.

No Brasil não há um órgão que se volte para estudos que vão desde a abertura de uma MPE, que acompanhe o seu ciclo de vida e registre as estatísticas quanto aos novos empreendimentos, fracassos, sucessos etc.

Lima et al. (2010, p. 113) também colocam que:

No Brasil há carência de estudo sobre MPE, diferentemente de outros países que realizam pesquisas periódicas sobre a insolvência dessas empresas. A frente dos estudos, com aplicação de metodologia de pesquisa científica, sobre a mortalidade das MPE está os Estados Unidos.

Maximiano (2006) aborda, dentre muitas razões, aquelas principais quanto à mortalidade das MPEs nos primeiros anos de existência, que são: “A falta de políticas públicas que viabilizem a consolidação de novos empreendimentos; a falta de financiamento; as elevadas cargas tributárias; e, por último, a demora e a burocracia para se abrir e legalizar uma empresa”.

Ainda de acordo com o mesmo estudo (SEBRAE, 2008), as principais causas que levam ao fechamento dessas empresas são:

- Ausência do comportamento empreendedor;
- Ausência de planejamento prévio;
- Deficiência na gestão empresarial;
- Insuficiência de políticas de apoio;
- Problemas de conjuntura econômica;
- Problemas pessoais dos proprietários.

Isso vem corroborar com Chiavenato (2008), quando coloca que, nos novos negócios, a mortalidade prematura é elevadíssima, pois os riscos são inúmeros e os perigos não faltam. Assim, ele enfatiza algumas das possíveis causas de mortalidade nas empresas que se apresentam no Quadro 1 abaixo:

Tipos de Causas	Características
Fatores econômicos – 7%	Incompetência do empreendedor Falta de experiência de campo Falta de experiência gerencial Experiência desequilibrada
Inexperiência – 20%	Lucros insuficientes Juros elevados Perda de mercado Mercado consumidor restrito Nenhuma viabilidade futura
Vendas insuficientes – 11%	Fraca competitividade Recessão econômica Vendas insuficientes Dificuldade de estoques Localização inadequada
Despesas excessivas – 8%	Dívidas e cargas demasiadas Despesas operacionais elevadas
Outras causas – 3%	Negligência Capital insuficiente Clientes insatisfeitos Fraudes Ativos insuficientes

Quadro 1 – Causas mais comuns de falha nos negócios

Fonte: Adaptado de Chiavenato, 2008, p 15.

Outro ponto negativo para a sobrevivência das MPEs diz respeito à forma de inovar. Galbraith (1978 apud FELDMANN, 2010, p. 68) diz que “a pequena empresa não tem condições de sustentar as despesas exigidas pela inovação”.

Contudo, em outros estudos do Sebrae (2007) realizados no triênio 2003 – 2005, verificou-se significativa queda na taxa de mortalidade em comparação com o período 2000 – 2002. O levantamento revela uma substancial evolução nas taxas de sobrevivência das empresas e os principais fatores para sua mortalidade. Foi um estudo abrangente, feito nas 26 Unidades da Federação, mais o Distrito Federal. Foram rastreadas, no primeiro semestre de 2007, 14.181 empresas, criadas entre 2003 e 2005, das quais 13.428 ativas e 753 extintas.

A Tabela 7 abaixo demonstra como se apresentou a referida pesquisa:

Tabela 7 – Taxa de mortalidade da MPE – 2000 – 2005

Anos de existência	Ano de constituição formal (2002 – 2000)	Taxa de mortalidade (%) (A)	Ano de constituição formal (2005 – 2003)	Taxa de mortalidade (%) (B)	Varição da taxa de mortalidade (%) (B – A)
Até 2 anos	2002	49,4	2005	22,0	– 27,4
Até 3 anos	2001	56,4	2004	31,3	– 25,1
Até 4 anos	2000	59,9	2003	35,9	– 24,0

Fonte: Sebrae, 2007.

Apesar de a Tabela 7 acima demonstrar uma ligeira diminuição percentual da mortalidade das MPEs de 24,0% em 2003, 25,1% em 2004 e 27,4% em 2005, é de se admitir que a informação contábil útil no processo decisório dos gestores das MPEs poderia atenuar tais índices de mortalidade, haja vista que estudo do Sebrae (2008) apresenta, dentre as principais causas de mortalidade da MPE, a ausência de planejamento prévio e deficiência na gestão empresarial.

2.1.4 Micro e pequena empresa na Paraíba

Com relação à representatividade das micro e pequenas empresas no contexto da economia brasileira, conforme já demonstrado na seção 2.1.3, o estado da Paraíba apresenta a mesma semelhança quanto aos números em termos nacionais. Em matéria publicada no Jornal a União, pelo presidente da Federação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte da Paraíba (Femip), na Paraíba, aproximadamente 98% das empresas são micro e pequenas empresas, com forte impulso na economia. (GOMES, 2009)

Dados do anuário estatístico do Sebrae/Dieese revelam que ,em 2006, o Estado da Paraíba possuía um total de 22.921 empresas e, nesse universo, as MPEs somavam 22.428, perfazendo um total de 97,85%.

Ainda com base no mesmo anuário, a maior parcela das MPEs na Paraíba está ocupada pelas empresas de comércio e serviços, conforme se observa na Tabela 8 a seguir:

Tabela 8 – Distribuição da MPE por segmento de atuação – 2006

Segmento	Quantidade	%
Comércio	9.734	42,46
Serviços	7.263	31,68
Indústria	2.176	9,49
Comércio e serviços	3.348	16,37
Total	22.921	100,00

Fonte: Adaptado de Sebrae, 2008.

Percebe-se uma predominância nas atividades relacionadas ao comércio, com 42,46%, e a prestação de serviços, com 31,68% do total de MPEs existente no estado da Paraíba.

2.1 INFORMAÇÃO CONTÁBIL E SUA IMPORTÂNCIA PARA MPE

2.2.1 Contabilidade como um sistema de informação

Contabilidade é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, controle e registro relativas à administração econômica. (CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILISTAS, 1924).

De acordo com Ferrari (2003, p. 2), “contabilidade é a ciência que tem por objeto o patrimônio das entidades e por objetivo o controle deste patrimônio com a finalidade de fornecer informações a seus usuários”.

Pela definição de Ferrari, fica evidente que a ciência contábil possui um objeto próprio – o patrimônio; uma função – controlar o patrimônio; e um objetivo final – fornecer informação aos usuários da contabilidade.

Como visto, a finalidade principal da contabilidade é prover de informações os diversos usuários da ciência contábil para que possam tomar suas decisões, cada qual dentro dos seus respectivos objetivos.

“O grande objetivo da contabilidade é o de prover seus usuários em geral com o máximo possível de informações sobre o patrimônio de uma entidade e suas mutações”. (IUDÍCIBUS et al., 2010)

A Figura 1 seguinte mostra esquematicamente o objetivo, objeto e finalidade da ciência contábil.

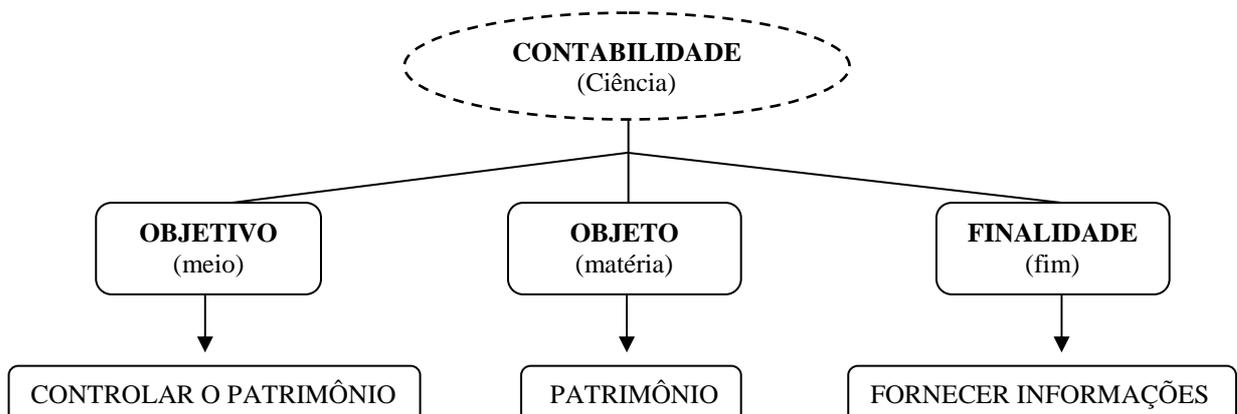


Figura 1 – Conceito, objeto e finalidade da contabilidade

Fonte: Adaptado de Ferrari, 2003.

A Contabilidade, no intuito de alcançar seu objetivo final, que é prover de informações os diversos usuários da mesma, se comporta e atua dentro de conceitos de um sistema.

“Considera-se sistema um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo”. (BIO, 1985)

Está presente na definição anterior a existência de “elementos interdependentes” como componentes de um sistema. De fato, a se imaginar o funcionamento da contabilidade, ver-se-á que a mesma não seria realizada se não existissem recursos humanos (pessoas), financeiros, tecnológicos, materiais, entre outros.

No entendimento de Oliveira (2001, p. 53) “sistema é um conjunto de partes interagentes e interdependente que, conjuntamente, forma um todo unitário com determinado objetivo e efetuam determinada função”.

Dentre as diversas formas de apresentação esquemática de um sistema de informações, a Figura 2 seguinte se converte numa visualização apropriada do funcionamento básico de um sistema.

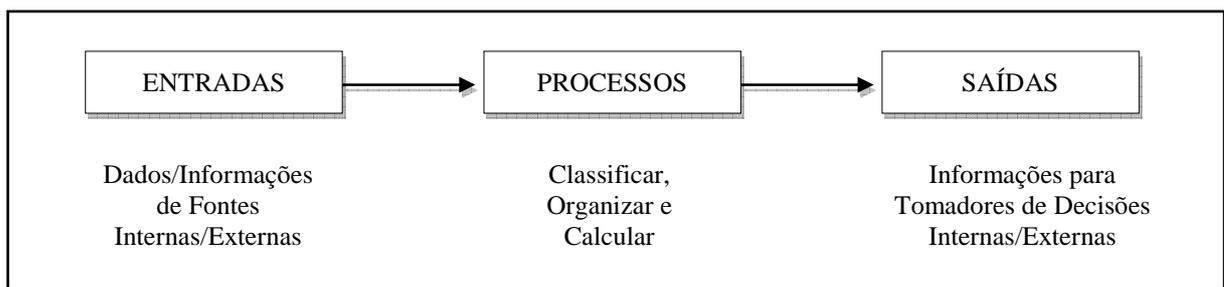


Figura 2 – Componentes de um sistema de informação

Fonte: Adaptado de Moscove, Simkin e Bagranoff, 2002.

Moscove, Simkin, e Bagranoff (2002, p. 23) colocam algo que caracteriza bem o funcionamento e entendimento sobre o que venha ser sistema:

Muitas pessoas pensam em computadores quando ouvem o termo sistema de informações – mas um sistema de informação não tem que ser um sistema computadorizado. Muitas vezes por dia vemos sistemas de informações que não se baseiam em computadores. Por exemplo, você vê um sistema de informação em funcionamento quando vai a um cinema, compra o ingresso e depois entrega ao porteiro que destaca o canhoto. Naturalmente, o computador pode emitir o ingresso e analisar o canhoto para atualizar o sistema de informações. Contudo, um sistema de informação existe com ou sem computador.

A empresa é vista como um sistema que interage com os ambientes interno e externo. Catelli et al. (2001) acrescenta que, na forma de um sistema aberto, a empresa encontra-se permanentemente interagindo com seu ambiente. É a partir de uma visão sistêmica do funcionamento da própria empresa, em que, para atingir sua missão, ela interage com diversos

elementos (do sistema) tanto interna como externamente, que surge o sistema de informação contábil para registrar as suas operações praticadas e apresentar as saídas do sistema – as informações.

Nesse contexto, através da Figura 3 abaixo se pode observar, de forma sintetizada, o ambiente do sistema empresa.

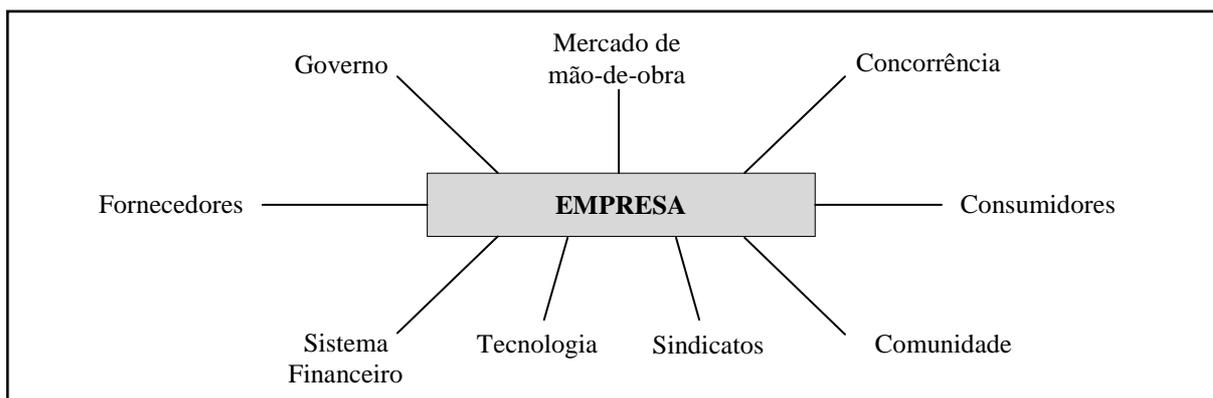


Figura 3 – Ambiente do sistema empresa

Fonte: Adaptado de Oliveira, 2001.

“Sistemas contábeis utilizam eventos e transações econômicas ocorridas e processam esses dados, gerando informações úteis para os administradores e outros usuários, como representante de vendas e supervisores de produção”. (HORNGREN; DATAR; FOSTER, 2004)

A forma de se produzir a contabilidade tem evoluído muito com o próprio avanço tecnológico. A escrituração contábil, que é uma das técnicas utilizadas para que a contabilidade atinja o seu objetivo final, inicialmente foi manual, passando pelo processo mecânico e mecanizado e hoje se encontra no processo eletrônico (computadores). Naturalmente, em qualquer desses métodos, o que se busca é a informação contábil através da geração de relatórios que se referem às saídas do sistema.

A partir da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória (MP) nº 449/08, as quais surgiram, dentre outros objetivos, com o propósito de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade, através de alterações em artigos específicos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a contabilidade no Brasil passa a ser elaborada de forma a atender aos padrões do *International Accounting Standards Board* (Iasb), comitê de normas internacionais de contabilidade.

“Entre as diversas razões para explicar a busca pela padronização, talvez a mais relevante seja a existência de assimetria da informação”. (NIYAMA; SILVA, 2008)

No sentido de se buscar a convergência para os padrões internacionais de contabilidade, foi criado no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)⁵. Como início de suas publicações técnicas, foi emitido, em 11 de janeiro de 2008, o Pronunciamento Técnico sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, o qual foi normatizado pela Resolução nº 1.121/08, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esse Pronunciamento se deu a partir do *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statement*, emanado pelo Iasb.

Assim, a partir de 2008, a Resolução CFC nº 1.121/08, objetivando a convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade, entre outros aspectos, aborda:

- O objetivo das demonstrações contábeis;
- As características qualitativas que determinam a utilidade das informações contidas nas demonstrações contábeis;
- A definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos que compõem as demonstrações contábeis;
- Os conceitos de capital e de manutenção de capital.

De acordo com o Iasb, cujos conceitos foram transpostos para o pronunciamento do CPC, o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisão econômica.

Quanto às características qualitativas, que são os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários, existem quatro tipos principais no que se refere a tais características, que são: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Pela recente Lei nº 11.638/07, o novo conjunto de demonstrações financeiras (que altera a Lei nº 6.404/76) passa a ser: a) balanço patrimonial (BP); b) demonstração do

⁵ O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado em 2005 e tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgação de informações dessa natureza, visando à convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade.

resultado do exercício (DRE); c) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA), a qual pode ser substituída pela demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL); d) demonstração do fluxo de caixa (DFC) que veio substituir a demonstração das origens e aplicação dos recursos (DOAR); e e) demonstração do valor agregado (DVA).

Contudo, sabe-se que estas novas práticas se direcionam para empresas específicas, como é o caso das próprias sociedades anônimas, e, também, pela nova Lei nº 11.638/07, à recém criada figura da empresa de grande porte, aquela sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum e que, independentemente da forma jurídica, possui no exercício anterior ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

2.2.2 Informação contábil e seus usuários

A informação contábil é, entretanto, o produto que se obtém ao término do processo contábil, o qual se inicia com a escrituração dos fatos contábeis, passando pela elaboração dos relatórios contábeis (demonstrações), em seguida se tem a técnica da análise das demonstrações (análise de balanços) e terminando com a auditoria dessas demonstrações.

“Para que as informações contábeis sejam utilizadas no processo de administração é necessário que seja desejável aos responsáveis pela administração da entidade”. (LUNKES; MAGALHÃES, 2000)

Além do mais, como já descrito anteriormente, as informações contábeis possuem características qualitativas que as credenciam para utilização por seus usuários. No caso dos Estados Unidos, essas características da informação contábil são apresentadas pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB, 1980) através do *Statement of Financial Accounting Concepts* (SFAC) nº 2.

Especificamente, o SFAC nº 2 endereçou a questão: Quais características da informação contábil produzem utilidade? (SCHROEDER; CLARK; CATHEY, 2005).

A Figura 4 abaixo demonstra a hierarquia sobre as características qualitativas das informações contábeis emanadas do FASB:

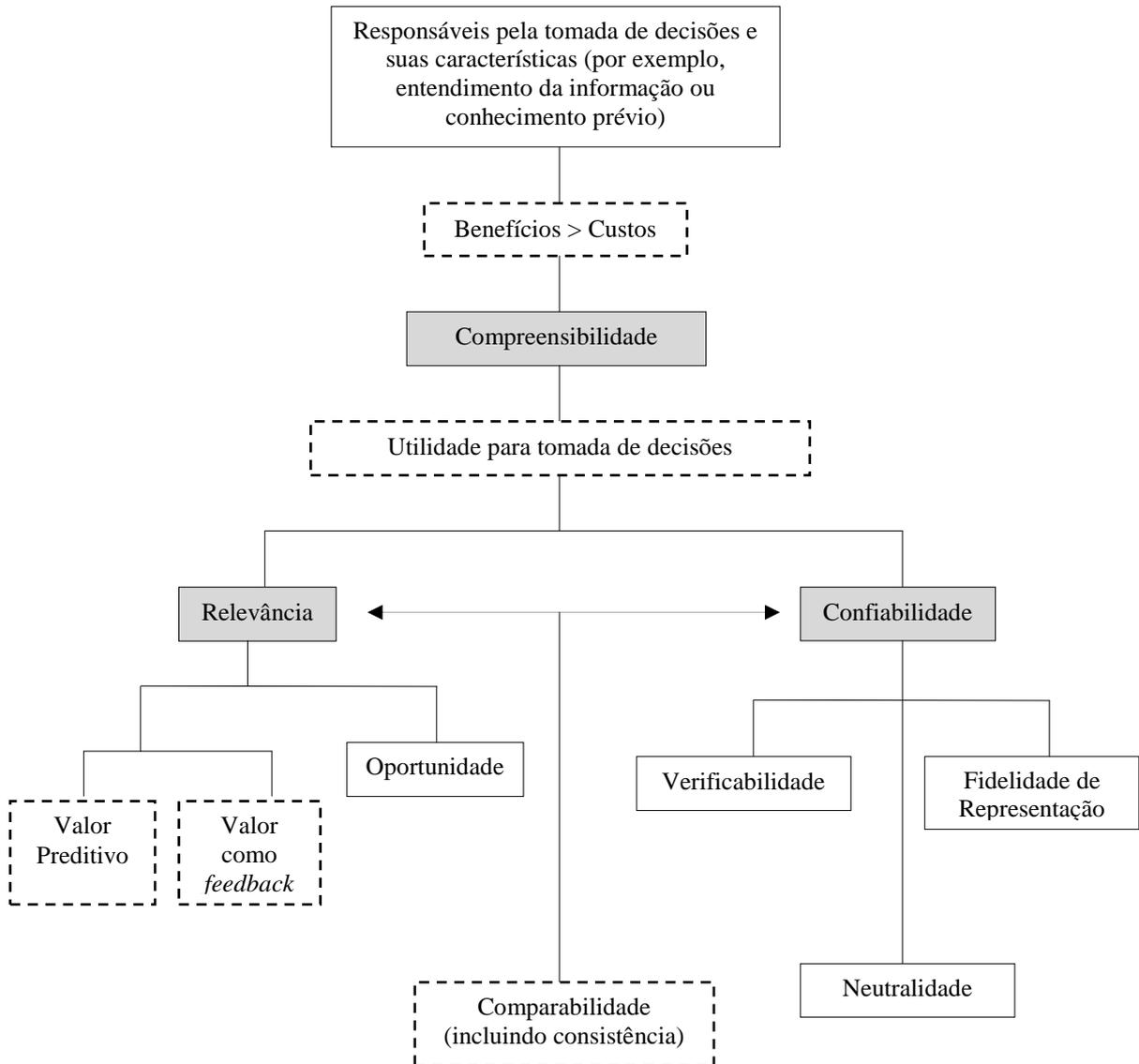


Figura 4 – Hierarquia de qualidades em contabilidade

Fonte: Adaptado de Hendriksen e Van Breda, 1999.

O reconhecimento da relevância das características qualitativas da informação já não é exclusividade do Fasn Americano. O CPC emitiu o Pronunciamento Básico que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, do mesmo modo que o Fasn adotou quatro principais características qualitativas que, como já citadas, são os atributos da informação contábil que revestem nas demonstrações contábeis: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Discorre-se a seguir sobre essas características:

- a) Compreensibilidade: uma qualidade da informação contábil é que ela deve ser preparada para que seja prontamente compreendida por seu usuário. Presume-se,

neste caso, que esse usuário tenha conhecimento dos negócios e possa utilizar tal informação para a consecução de suas atividades econômicas;

- b) Relevância: para uma informação ser relevante ela deverá estar revestida de qualidades que possa dar aos usuários as condições para que este, ao tomar uma decisão, conheça o impacto de decisões passadas, presentes e futuras e possa confirmar ou corrigir suas decisões passadas. A relevância da informação é diretamente afetada por sua “materialidade”. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomada com base nas demonstrações contábeis;
- c) Confiabilidade: neste caso a informação deve estar desprovida de erro, ou seja, possa representar adequadamente aquilo a que se propõe. A confiabilidade repousa em cinco novos atributos, conforme seguem:
- Representação adequada: é necessário que a informação demonstre realmente tudo que se propõe. Por exemplo, o ativo e o passivo demonstrado no balanço patrimonial não sejam diferentes da realidade da entidade;
 - Primazia da essência sobre a forma: neste caso as informações devem representar os eventos econômicos da entidade e não a forma legal imposta por órgãos reguladores da contabilidade;
 - Neutralidade: as informações contidas nas demonstrações contábeis devem ser neutras, isto é, imparciais. Não podem tender pra qualquer parte interessada que possa ser beneficiada;
 - Prudência: essa característica tem por conceito o princípio da prudência e consiste no fato de que não se devem superestimar os ativos e as receitas, bem como não subestimar o passivo e as despesas. Isso provocaria um patrimônio líquido irreal;
 - Integridade: dentro dos limites da materialidade e custo, a informação só será confiável se as informações contidas das demonstrações contábeis estiverem completas;
- d) Comparabilidade: é o atributo contido na informação contábil que pode permitir ao usuário comparar a evolução patrimonial da entidade ao longo do tempo, com base nas demonstrações contábeis.

O CPC ainda emitiu, dentro do mesmo Pronunciamento Conceitual Básico, limitações da informação contábil quanto à relevância e a confiabilidade, que são:

- **Tempestividade:** se houver demora indevida na divulgação da informação contábil, esta perde sua relevância. Para fornecer a informação na época oportuna, pode ser necessário divulgá-la antes que todos os aspectos de uma transação ou evento sejam conhecidos, prejudicando assim a sua confiabilidade;
- **Equilíbrio entre custo e benefício:** aqui se refere mais a uma limitação de ordem prática do que uma característica da informação contábil. Os benefícios esperados decorrentes de uma informação contábil devem exceder o custo de produzir tal informação. Isto é, em sua essência, um julgamento de valor (subjetivo);
- **Equilíbrio entre características qualitativas:** é necessário se fazer um balanceamento entre as características (atributos) das informações contábeis a fim de que possam expressar adequadamente o teor das demonstrações contábeis. Em muitos casos, isso é um exercício de julgamento profissional.

“O objetivo básico da informação contábil é ajudar alguém a tomar decisões. Esse alguém pode ser o presidente de uma empresa, o gestor de produção, o administrador de um hospital ou de uma escola ou um investidor”. (HORNGREM; SUNDEM; STRATTON, 2004)

Nesse sentido, o papel dos usuários da informação contábil é fundamental, porque a contabilidade tem que se voltar para as suas reais necessidades. Nessa perspectiva, Niyama e Silva (2008, p. 1) afirmam que, “na verdade, o usuário tem um papel importante, de modo que é impossível ignorar suas participações na determinação das escolhas realizadas pela contabilidade e nas próprias opções feitas pelo contador”.

“Conceitua-se usuário qualquer pessoa física ou jurídica que tenha interesse na avaliação da situação e do progresso de determinada entidade, seja tal entidade empresa, ente de finalidades não lucrativas, ou mesmo o patrimônio familiar”. (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2003)

A Estrutura Conceitual Básica para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, oriunda do CPC, classificou os seguintes usuários da contabilidade:

- Investidores;
- Empregados;
- Credores por empréstimos;
- Fornecedores e outros credores comerciais;
- Clientes;

- Governo e suas agências;
- Público.

A contabilidade possui um conjunto de usuários que tem interesse em seus relatórios financeiros. Solomon, Vargo e Walther (1990) relacionam alguns deles como os proprietários e investidores, os administradores, os analistas financeiros, os credores, as agências governamentais e os empregados e sindicatos de trabalhadores, além de outros.

Conforme os mesmos autores, a contabilidade possui um processo de comunicação que se apresenta em conformidade com a Figura 5 seguinte:

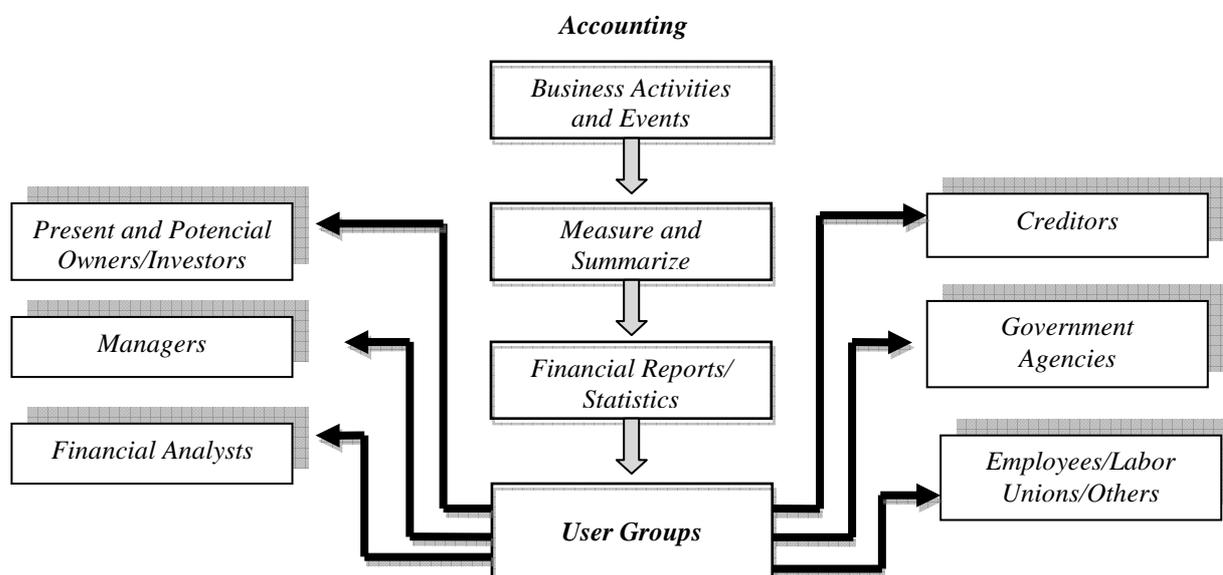


Figura 5 – Contabilidade e processo de comunicação

Fonte: Adaptado de Solomon, Vargo e Walther, 1990.

Mas, necessariamente, os usuários da informação contábil não precisam de informações padronizadas, ou seja, o mesmo tipo de informação para todos. Hendriksen e Van Breda (1999), nesse sentido, colocam que cada um dos grupos de usuários poderia ter objetivos muito diversos, para fins de divulgação financeira.

Nesse contexto, os usuários da informação contábil tanto podem ser internos como externos. Por exemplo, um gerente de banco que dispõe de recursos financeiros para emprestar a uma determinada empresa, não pode prescindir dos relatórios contábeis para conhecer a capacidade de pagamento dessa empresa. Por outro lado, empregados e sindicatos de classe também podem se utilizar de relatórios contábeis com vistas a conhecer a participação nos lucros da empresa, como, também, analistas financeiros, com base nas

informações contábeis, podem emitir diagnósticos de rentabilidade, de índices financeiros, de crescimento etc.

2.2.3 Contabilidade para micro e pequena empresa

“O Brasil vive um momento de ebulição contábil, migrando dos procedimentos que vinham sendo adotados desde a vigência da Lei nº 6.404/76, para buscar a convergência com os padrões internacionais de contabilidade”. (SILVA, 2010)

Considerando que se está vivenciando o início de um novo marco e, por parte de muitos, até um novo desafio na contabilidade brasileira, a partir da Lei nº 11.638/07, uma pergunta que pode ser feita é: como fica a contabilidade para as MPEs considerando que, por suas características, não se assemelham às empresas elencadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei das S/A)?

Relativamente às MPEs no Brasil, criou-se um falso entendimento de que elas não precisariam de uma contabilidade por ter suas operações reduzidas. Isso se reveste num equívoco, porque, sem contabilidade, não há registro dos fatos por elas praticados nem suas interpretações posteriores para tomada de decisão. O falso entendimento tem origem no fato de a RFB dispensar, em certas circunstâncias, tanto a MPE quanto a empresa tributada pelo sistema do lucro presumido, de apresentarem sua contabilidade, obrigando-se, assim, apenas ao uso do Livro Caixa. A partir daí, considerando-se o entendimento equivocado existente no Brasil de que a contabilidade atua para prestar informações ao fisco, ganhou força a ideia de que, se a RFB não exige a contabilidade da empresa, então esta não precisa de contabilidade.

Iudícibus e Marion (2009, p. 49), nesse aspecto expõem:

O maior interessado na contabilidade deveria ser o proprietário da microempresa com o objetivo de constatar se o negócio apresenta lucro compatível com alternativas de investimentos ou não. Daí a necessidade de preparar um plano de contas simples e objetivo que indique o resultado do período, podendo englobar algumas despesas (sem a necessidade de destacá-las individualmente para apurar o lucro).

No entanto, já é comum se falar em “uma contabilidade simplificada” para essa categoria de empresas. Esse aspecto se refere à LC nº 123/06 (que instituiu o Simples Nacional no Brasil), em vigor desde 1º de julho de 2007, que enfatiza:

Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do comitê gestor.

Ainda assim o legislador cometeu equívoco em sua redação quando usa o termo “poderão opcionalmente”. (poderão opcionalmente é diferente de “deverão”). O opcionalmente a que a matéria se referiu é a que tipo de contabilidade, se simplificada ou complexa.

Por outro lado, saliente-se que o novo Código Civil Brasileiro (CCB)⁶ obriga toda empresa a ter um sistema de contabilidade:

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Nessa perspectiva, o CFC emitiu em 14 de dezembro de 2007 a Resolução CFC nº 1.115/07, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T) nº 19.13 intitulada de Escrituração Contábil Simplificada para Micro e Pequena Empresa, com o objetivo de orientação da prática contábil. Assim, fica legalmente evidente que a MPE está obrigada a adotar um sistema de contabilidade, cuja maior importância está em prover os usuários da informação contábil.

Por oportuno, outro fato inovador quanto à contabilidade desse segmento de empresas se refere a publicação recente (julho de 2009) pelo *International Financial Reporting Standard for Small and Medium-Sized Entities (IFRS for SMEs)*. É a norma internacional de relatórios financeiros para pequenas e médias entidades (aqui a norma não denominou de micro e pequena empresa, mas pequena e média empresa), a qual tem por objetivo fixar os procedimentos contábeis, tanto em nível de contabilização quanto na posição e apresentação dos relatórios financeiros em padrões internacionais.

Essa IFRS versa sobre muitos aspectos característicos a essas empresas, entre eles:

- A definição de uma pequena e média empresa;
- Seus conceitos e princípios universais;
- A apresentação das demonstrações financeiras;

⁶ Novo Código Civil Brasileiro (CCB), Lei nº 10.406/2002 em vigor desde 10 de Janeiro de 2003.

- A posição das demonstrações financeiras;
- O conjunto dessas demonstrações financeiras;
- As diversas particularidades na forma de contabilização dos fatos contábeis tendo em vista suas características etc.

Por conseguinte, em 4 de dezembro de 2009, foi emitido o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, correspondente à citada norma internacional. Tal pronunciamento foi normatizado pela Resolução CFC nº 1.255/09 e sua vigência se iniciou em 1º de janeiro de 2010.

Conforme se observa na Resolução CFC nº 1.255/09, desaparece a figura denominada de microempresa para fins de aplicação dessa norma. Entretanto, pela sua abrangência quanto ao alcance da referida resolução, em sua seção 1, encontram-se especificadas as entidades passíveis da referida escrituração contábil.

Portanto, o item 1.2 da referida seção descreve que pequenas e médias empresas, para fins dessa norma, são empresas que:

Não têm obrigação pública de prestação de contas; e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

Muito embora não esteja explícita na Resolução CFC nº 1.255/09, recentemente divulgada, a revogação tácita da matéria anterior que versava sobre contabilidade para micro e pequenas empresas contidas na Resolução CFC nº 1.115/07, entende-se que aquela perde sua eficácia, pois, diante das regras gerais dessa nova norma, em nível de contabilidade em padrões internacionais, encontram-se, conforme descritos no item 1.2 acima referido, reais condições para aplicação à micro, pequena e média empresa, qualquer que seja a definição adotada, conforme demonstrado na seção 2.1.2 (classificação de micro e pequena empresa).

Aliás, esse novo dispositivo legal abrange muito mais do que aquelas empresas as quais se está habituado a se ter no conceito cotidiano de micro e pequenas empresas. Como se vê abaixo, a seção 1.3 da citada resolução elenca um número bem abrangente de entidades que se submeterão às suas determinações para fins de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, quando enfatiza:

Portanto, no Brasil as sociedades por ações, fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos patrimoniais ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas, para fins desta Norma, como pequenas e médias empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte. As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº 11.638/07 como sociedades de grande porte, também são tidas, para fins desta Norma, como pequenas e médias empresas.

Pelo visto pode-se arguir que, a partir de janeiro/2010, para fins de escrituração contábil, exceto as sociedades anônimas de capital aberto e as sociedades de grande porte, as demais serão englobadas na Resolução CFC nº 1.255/09, cujo grande objetivo dessas práticas é verificado pela disposição de convergência às normas internacionais de contabilidade.

De fato, ao se observar cuidadosamente, verifica-se a consonância entre a resolução em comento e a Estrutura Conceitual Básica para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, como também com muitos outros pronunciamentos técnicos que versam sobre vários temas contábeis já divulgados e aprovados.

Nesse sentido, cabe destacar que a resolução não se apresenta como proponente de uma “contabilidade simplificada” para essas empresas, conforme comentado no início desta seção, onde a LC nº 123/06, que criou o Simples Nacional, assim considerava e que, no ano seguinte, o CFC ratificava por meio da Resolução CFC nº 1.115/07 (Escrituração Contábil Simplificada para Micro e Pequena Empresa).

Para se ter uma ideia, a resolução está composta de 35 seções versando sobre definição de pequenas e médias empresas; conceitos e princípios gerais; apresentação das demonstrações contábeis; notas explicativas; demonstrações consolidadas; políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificações de erros; instrumentos financeiros etc. Como já colocado, trata-se de um apanhado de vários pronunciamentos técnicos já aprovados e em vigor, exceto aqueles que só se apresentam para as S/A de capital aberto e as empresas de grande porte como, por exemplo: Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Título e Valores Mobiliários (CPC 08); Demonstração do Valor Agregado (CPC 09); Informações por Segmentos (CPC 22).

Depois de acurado levantamento, é notório que, na média, cada pronunciamento técnico emitido pelo CPC corresponde a uma seção elaborada no Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Até a data de 3 de abril de 2010, já foram emitidos 42 pronunciamentos e, como já mencionado, o Pronunciamento Técnico PME

– Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas possui 35 seções que tratam de diferentes matérias contábeis.

Portanto, após tudo acima discorrido, entende-se que a função da contabilidade é no sentido de que qualquer entidade dela necessita, inclusive a MPE, em razão do entendimento de que a informação contábil tem utilidade na tomada de decisão.

2.3 GESTÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

2.3.1 Importância do modelo de gestão

“Existe sempre um modelo de gestão na empresa, embora nem sempre definido formalmente. Esse modelo de gestão insere os aspectos culturais dos gestores”. (MOSIMANN; FISCH, 2009)

Relativamente à gestão econômica, aquela direcionada para obtenção dos resultados das entidades, Mosimann et al. (1993 apud PADOVEZE, 2002) colocam que a controladoria surge como um conjunto de princípios, procedimentos e métodos oriundo de várias ciências e, principalmente, da contabilidade, que se ocupa dessa gestão, visando orientá-las para a eficácia.

Garcia (2010, p. 2) coloca que:

Conclui-se, por conseguinte, que a controladoria, através da função do *controller*, é responsável pela elaboração e implementação de um sistema integrado de informações operacionais e financeiras para, a partir das demonstrações contábeis geradas e baseadas em uma estrutura sólida de controles internos, suprir os gestores com ferramentas de análise e controle gerencial, possibilitando o alcance das metas organizacionais estabelecidas pela alta administração.

É possível a atuação de uma controladoria em empresa de pequeno e médio porte? Sim. Não é só possível como necessário e, até mesmo, em algumas dessas empresas, suas funções serem ampliadas com atividades de responsabilidade do tesoureiro ou gerente financeiro. (GARCIA, 2010)

E, nesse processo de gerir, pressupõe-se a indagação acerca de qual será a missão da empresa. Figueiredo e Caggiano (2006) escrevem que missão é finalidade, objetivo ou pressuposto básico e permanente da existência de uma empresa.

“Uma empresa de pequeno porte deverá, por conta de sua proximidade com o público (interno e externo), preocupar-se em divulgar e fazer assimilar a sua missão”. (SOUSA, 2009)

Da mesma forma que as demais empresas, as MPEs estão vulneráveis a todo tipo de mudanças provocadas no ambiente em que atuam decorrentes de acontecimentos político, econômico e social. Desse modo, são os gestores de qualquer empresa os responsáveis pela continuidade delas no cenário econômico em que atuam.

Uma MPE pode se apropriar de diversas funções da controladoria visando uma melhor desenvoltura econômica. Garcia (2010) explana no sentido de uma função principal do *controller* na pequena e média empresa ser a análise de custo e o auxílio para formação do preço de venda dos produtos e serviços.

“O modelo de gestão, que, de forma explícita ou não, sempre existe numa empresa, é constituído de princípios permanentes que orientam a atuação dos gestores, procurando potencializá-la”. (TELES; VARTANIAN, 1998). Os autores ainda afirmam que o ponto de partida do modelo de gestão é, logicamente, o conjunto de crenças e valores dos donos ou dos principais executivos da empresa.

Na concepção de Figueiredo e Caggiano (2006, p. 30):

Um modelo de gestão poderia ser definido como um conjunto de princípios e definições que decorrem de crenças específicas e traduzem o conjunto de idéias, crenças e valores dos principais executivos, impactando assim os demais subsistemas empresariais; é, em síntese, um grande modelo de controle, pois nele são definidas as diretrizes de como os gestores vão ser avaliados e os princípios de como a empresa vai ser administrada.

Portanto, não importa o tipo de organização com o qual se esteja lidando. Nela existe sempre alguém conduzindo os negócios empresariais, e esta gestão implica em expressar o que pensa e quais são os ideais e crenças que os gestores têm consigo.

Na visão de Mosimann e Fisch (2009) existem três vertentes que subdividem a gestão empresarial: gestão operacional, gestão financeira e gestão econômica.

Corroborando como os autores acima, Catelli et al. (2001) vem colocar que a gestão caracteriza-se pela atuação em nível interno da empresa que procura aperfeiçoar as relações recursos-operações-produtos-serviços, considerando as variáveis dos ambientes externo e interno que impactam as atividades da empresa, em seus aspectos operacionais, financeiros, econômicos e patrimoniais.

Nota-se, evidentemente, pelas colocações dos autores aqui citados, que não se trata de certo seguimento de empresas, pelo seu tamanho, sua localização, seu tempo de vida etc. A gestão se faz necessária em toda empresa, inclusive nas MPEs.

Gestão é o ato de gerir, gerenciar, administrar. Em seu sentido gramatical, trata-se de uma ação. Contudo, esse processo necessita que a empresa defina qual será o seu modelo de gestão.

“Cada empresa tem sua forma de ser, resultando num modelo de gestão com características particulares, que podem ou não promover as melhores condições de atuações para os gestores”. (CATELLI et al., 2001)

De acordo com Padoveze (2002, p. 78) “o processo de gestão, também denominado de processo decisório, caracteriza-se pelo ciclo planejamento, execução e controle”.

Em sentido semelhante ao que expõe Padoveze, Perez Júnior et al. (2008, p. 138) explicitam que “o modelo de gestão representa os princípios básicos que norteiam uma organização e servem como referencial para orientar os gestores nos processos de planejamento, tomada de decisões e controle”.

Assim, pode-se sintetizar que o modelo de gestão abrange as influências das crenças e valores dos principais executivos ou gestores que conduzem a empresa. Enquanto que o processo de gestão se configura com base no que foi definido no modelo de gestão, assumindo, essencialmente, o que ele pretende com base na realidade da empresa.

“O processo de gestão serve de suporte ao processo de tomada de decisão e realiza-se por meio dos seguintes passos: planejamento estratégico, planejamento operacional, programação, execução e controle”. (FIGUEIREDO; CAGIANNI, 2006)

Discorridas essas assertivas, é possível que a MPE possa vir a adotar um modelo de gestão para auxiliar suas tomadas de decisão, mesmo que não possa atender a todos os requisitos conceituais, mas ao menos assim, ela teria como desenvolver funções básicas de administração, como o planejamento e o controle.

2.3.2 Planejamento e controle

Foi observado, no decorrer da seção anterior, que o planejamento e o controle estão presentes em diversas afirmações e definições dos autores citados.

“Indiscutivelmente, o planejamento e o controle, como funções administrativas mais amplas, abrangem o contexto em que os orçamentos são utilizados numa empresa”. (SANVINCENTE, 1995)

A respeito do entendimento sobre planejamento, Acroff (1980, p. 2) coloca: “O planejamento é algo que fazemos antes de agir; isto é, tomada antecipada de decisões. É um processo de decidir o que fazer e como fazê-lo antes que se requeira uma ação”.

Em nível empresarial, o planejamento se apresenta em três tipos: estratégico, tático e operacional. De acordo com Oliveira (2001, p. 47), eles podem ser assim definidos:

- Planejamento estratégico: é o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa visando ao otimizado grau de integração com o ambiente e atuando de forma inovadora e diferenciada;
- Planejamento tático: tem por objetivo otimizar determinada área de resultado, e não a empresa como um todo. Portanto, trabalha com decomposições dos objetivos, estratégias e políticas estabelecidas no planejamento estratégico;
- Planejamento operacional: pode ser considerado como a formalização, principalmente através de documentos escritos, das metodologias de desenvolvimento e implantação estabelecidas. Portanto, nesta situação, se tem basicamente os planos de ação ou planos operacionais.

Outra atividade administrativa que está diretamente ligada ao planejamento diz respeito ao processo de controle. Uma vez que o planejamento passe a ser executado em suas mais distintas áreas, o acompanhamento deste é vital para que se adotem as medidas corretivas em relação aos planos orçados e sua efetiva realização.

Consoante Castor (2009, p. 163):

Controle empresarial é o nome genérico que se dá ao conjunto de processos mediante os quais uma empresa reúne, trata, analisa, armazena e distribui informações que lhe permitem avaliar os resultados de suas decisões e de suas ações, bem como as modificações relevantes no ambiente externo.

No curso do processo de planejamento empresarial, para implementação dos planos operacionais uma ferramenta será indispensável à sua execução: trata-se da elaboração dos orçamentos.

2.3.3 Orçamento empresarial

Afirmam Perez Júnior et al. (2008, p. 119) “que o orçamento é a expressão quantitativa e formal dos planos de administração e é utilizado para apoiar a coordenação e implementação desses planos”.

No propósito de realizar os orçamentos empresariais, Perez Júnior et al. (2008) enfatizam que o planejamento inicial pode ser de três tipos: planejamento econômico, planejamento financeiro e planejamento de capital.

Cada um desses planejamentos é que define os respectivos orçamentos a serem realizados como instrumento de execução.

Assim, o planejamento econômico será operacionalizado através dos seguintes orçamentos, os quais podem ser por períodos de curto prazo (anual, semestral, trimestral etc.):

- Orçamento de vendas: consiste na elaboração das metas de vendas no período abrangido, abordando todos os aspectos envolvidos, tais como: tipos de produtos, de clientes, de regiões etc.;
- Orçamento de produção: uma vez estimadas as quantidades dos diversos tipos de produtos que deverão ser vendidos e, considerando a política de estoques que se deseja manter, será definido no orçamento o quanto deverá ser produzido para atender às necessidades de vendas e as variações desses estoques;
- Orçamento de matérias-primas: já com base no plano de produção o qual determinará as quantidades de unidades a serem produzidas, como também na política que irá determinar o quanto de matérias-primas se deseja nos estoques, este orçamento definirá a quantidade e os tipos de matérias que serão adquiridas;
- Orçamento de mão de obra direta: também com base na produção é preciso o estabelecimento da quantidade de mão de obra necessária a essa produção. Geralmente essa fixação se dá pela quantidade de horas de trabalhos diretos (mais respectivos encargos) que será consumida para fabricar os produtos necessários às vendas e compor os estoques;
- Orçamento de custos indiretos de fabricação: sabe-se que diversos outros custos serão incorporados no processo de produção, além de matérias-primas e mão de obra direta. Trata de gastos, como: supervisão, manutenção, depreciação das máquinas e prédio, entre outros;
- Orçamento de despesas: neste orçamento será planejado o quanto se deverá gastar com as despesas administrativas, comerciais e outras necessárias para o período que compreende o plano. Nele estão contidos todos os salários e encargos, consumos de bens e serviços que não pertencem à produção, impostos que não os incidentes sobre receita e lucro, entre outros tantos existentes;

Paralelamente ao planejamento econômico, a entidade elabora o planejamento financeiro o qual se toma por base o regime de caixa, isto é, efetivamente o que irá ser pago e recebido no período, e que se realiza através dos orçamentos a seguir:

- Orçamento de contas a pagar: consiste no conhecimento de todos os desembolsos para realização dos diversos orçamentos em decorrência de matérias-primas, mão de obra, custos indiretos e despesas gerais;
- Orçamento de contas a receber: consiste em converter em receitas o plano de vendas e outras entradas de disponibilidades que estejam na previsão do período planejado;
- Orçamento de aplicação e/ou empréstimos: neste caso, pelo período abrangido no plano, é possível a verificação de alguma sobra ou insuficiência de recursos financeiros. Dessa forma, a administração deverá praticar alguma atividade conforme o caso, aplicando o excesso no mercado financeiro ou indo à busca de recursos;
- Orçamento de caixa: consiste na elaboração do planejamento de todos os fluxos previstos para entradas e saídas com base no conhecimento dos diversos orçamentos já realizados com contas a pagar, a receber, aplicações, empréstimos etc.

Por fim, o planejamento de capital terá como ferramenta de execução um orçamento de capital. Nele serão definidos os critérios e necessidades de aquisição de bens de produção, como: máquinas, equipamentos e outros ativos imobilizados ou intangíveis. Ressalte-se que a parte financeira desse orçamento será contemplada no orçamento de caixa.

Mesmo existindo todos esses tipos de orçamentos numa empresa e ainda considerando que na sua elaboração estão envolvidas pessoas das mais diversas áreas da empresa, em razão delas serem detentoras de conhecimentos das áreas envolvidas nesse processo, o orçamento será apresentado em documento único e de forma integrada. Com isso, aglutinará todos os orçamentos num só orçamento global.

Elaborado o orçamento, a execução quase sempre não ocorre como o planejado, o que requer que sejam realizadas algumas correções ao longo do caminho.

Sobre este aspecto, Welsch (1983) explica que o orçamento é de aplicação flexível e esse princípio reconhece que um programa de planejamento e controle de resultado (ou

qualquer outra técnica de administração) não poderá dominar a empresa. Prossegue o autor citando que o uso de flexibilidade na execução de planos deve ser uma política definida para impedir a criação de “camisa de força” e permitir o aproveitamento de oportunidades favoráveis, mesmo que não incluídas no orçamento.

Mas, afinal, o que tem a ver a contabilidade com os orçamentos da empresa? Ou melhor, com a informação contábil?

No momento em que uma empresa não tem um sistema contábil, não há outra fonte de registros confiáveis que englobe todos os elementos indispensáveis na elaboração desses planos, ou, se existir, algumas características qualitativas das informações contábeis não serão observadas, como: tempestividade, relação custo-benefício, prudência, relevância etc.

Obviamente, no decurso da montagem dos orçamentos na entidade, vários elementos patrimoniais estarão inevitavelmente envolvidos no processo.

Ao imaginar um balanço patrimonial de uma entidade que passa pela elaboração de seu orçamento, esse demonstrativo poderá ser projetado para períodos futuros, tendo em vista que, nos orçamentos, serão conhecidas (estimativas) as posições dos elementos do patrimônio, principalmente os listados abaixo:

- Capital de giro: está envolvido no orçamento no momento em que se planejam as disponibilidades, aplicações de curto prazo, estoques, vendas a prazo, compras a prazo, contas a pagar e a receber, obtenção de empréstimos etc.;
- Capital fixo: em decorrência do orçamento de capital, a entidade planeja os novos equipamentos imobilizados que serão necessários à implementação dos planos;
- Patrimônio líquido: um primeiro conceito sobre este item diz respeito ao capital próprio inicialmente aportado pelos sócios e se estes sócios o aumentarão como forma de prover fontes de recursos nos planos de fluxos de caixa. Quanto ao resultado, o orçamento econômico irá apontar qual será o lucro (já que não há sentido em se planejar prejuízo) no fim de cada período do planejamento (semestre, ano etc.).

Nota-se, sobretudo, que qualquer empresa dispõe, em sua estrutura patrimonial, desses elementos acima ou, pelo menos, grande parte deles. Porém, quem fará a diferença quanto ao uso dessas técnicas serão os gestores e os proprietários das organizações, através de suas habilidades de gerenciar, bem como das informações que disponham para tanto.

Então, pode-se afirmar que uma MPE pode implantar um sistema orçamentário como peça chave na realização de seu planejamento?

A esse respeito nos coloca Castor (2009, p. 7):

Ora, todas essas capacidades podem existir tanto nas pequenas empresas como nas grandes, e, portanto, o pensamento, o planejamento, a execução e controles estratégicos estão plenamente ao alcance de qualquer uma delas. Serão alterados apenas o tipo de complexidade dos instrumentos empregados.

De uma forma geral, os gestores planejam as suas ações. O processo de planejamento pode ser sistemático e institucionalizado, como nas grandes empresas, ou pode ser simples, como nas pequenas empresas. Independente da forma do planejamento, para que ele tenha sucesso, a informação se constitui em fator crucial, particularmente a informação contábil.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo principal deste capítulo é apresentar a metodologia científica que foi empregada neste estudo. Discorre-se, aqui, quanto à tipologia da pesquisa, universo da pesquisa e dados amostrais, instrumento de coleta de dados, bem como os procedimentos estatísticos aplicados no estudo.

Segundo Beuren et al. (2009, p. 76), “no rol dos procedimentos metodológicos estão os delineamentos que possuem um importante papel na pesquisa científica, no sentido de articular plano e estrutura a fim de obter resposta para os problemas do estudo”. Portanto, pode-se compreender metodologia como sendo os meios necessários que serão utilizados, bem como todos os procedimentos empregados com o objetivo de responder ao problema formulado na pesquisa.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

3.1.1 Quanto ao objetivo da pesquisa

Quanto a este estudo, o objetivo da pesquisa se caracteriza tanto como exploratória, quanto explicativa e descritiva. Em relação à pesquisa exploratória, Andrade (2008, p. 5) escreve:

São finalidades da pesquisa exploratória proporcionar maiores informações sobre o assunto que se vai investigar; facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto.

Assim, no caso deste estudo, o mesmo se utiliza de pesquisa exploratória pelo fato de se propor a aprofundar o referido estudo, cujo tema não se encontra bastante difundido.

Ainda quanto a esse tipo de pesquisa, Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 63) escrevem:

A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes. Esse tipo de pesquisa requer planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação.

Também quanto ao objetivo, esta pesquisa se caracteriza como explicativa por ter a finalidade de identificar fatos que contribuem para caracterização dos resultados obtidos.

Na concepção de Gil (2009, p. 42), “a pesquisa explicativa tem como preocupação central identificar os fatores que contribuem para ocorrência dos fenômenos”.

Por fim, ainda quanto ao objetivo, a pesquisa também se delinea como descritiva. Marion, Dias e Traldi (2002) reforçam que neste tipo de pesquisa não se manipulam as variáveis do estudo. Na realidade se objetiva descrever as características de determinada população ou fenômeno.

“Neste tipo de pesquisa os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles”. (ANDRADE, 2010)

3.1.2 Quanto às técnicas da pesquisa

Neste estudo, quanto à técnica empregada para atingir o seu objetivo, utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa de campo.

A pesquisa bibliográfica tem como finalidade contribuir com o que já fora pesquisado e publicado nos livros, trabalhos acadêmicos, periódicos, revistas, documentos e outros.

A esse respeito Fachin (2006, p. 119) faz menção da seguinte maneira: “A pesquisa bibliográfica é, por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas do saber”.

Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 60) expõem que “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses”.

Para a obtenção dos dados necessários à realização do estudo aqui proposto, foi realizada uma pesquisa de campo ou empírica.

Para Marconi e Lakatos, (2009, p. 188):

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Consiste, portanto, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes, diretamente da realidade, para ulteriores análises. (RUIZ, 1996 apud OLIVEIRA et al., 2003) “Pesquisa de campo quantitativo-descritivo: pesquisas empíricas cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas ou isolamentos de variáveis principais ou chaves.” (OLIVEIRA et al., 2003, p. 65)

3.1.3 Quanto ao método de abordagem

Esta pesquisa se utilizou de dois métodos de abordagem: o qualitativo e o quantitativo. Silva e Meneses (2005 apud MATIAS-PEREIRA, 2010, p. 71) demonstram que “a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo da pesquisa qualitativa”.

Na pesquisa qualitativa o que se pretende é conhecer as características e atributos de certos indivíduos.

“A pesquisa qualitativa mostra as opiniões, as atitudes e os hábitos de pequenos grupos, selecionados de acordo com perfis determinados”. (VIEIRA, 2009)

Então, é pressuposto neste estudo a descrição de entendimento, de características e de opiniões dos indivíduos pesquisados.

Finalmente, quanto aos aspectos de abordagem, no estudo em tela também se adotará o método quantitativo, cuja base teórica se refere à utilização de fórmulas estatísticas para buscar solução do(s) problema(s) proposto(s).

“Diferente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados”. (BEUREN et al., 2009)

“Na pesquisa quantitativa, as informações são de natureza numérica. O pesquisador busca classificar, ordenar ou medir as variáveis para apresentar estatísticas, comparar grupos ou estabelecer associações”. (VIEIRA, 2009)

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

3.2.1 Universo da pesquisa

Na definição de Matias-Pereira (2010, p. 75), “população (ou universo da pesquisa) é a totalidade dos indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado assunto”.

“O universo ou população é o conjunto de todos os elementos sob investigação; é o total de seres que apresentam alguma característica em comum”. (MORETTIN, 2002 apud OLIVEIRA et al., 2003).

O universo que compõem esta pesquisa se refere ao total das micro e pequenas empresas localizadas na Grande João Pessoa, que se compõe das cidades de Santa Rita,

Cabedelo, Bayeux e a própria João Pessoa. Como já visto na seção sobre a justificativa deste estudo, elas totalizam 11.927 MPEs. A Tabela 9 a seguir demonstra as MPEs, tanto da Grande João Pessoa como a sua totalidade no Estado da Paraíba.

Tabela 9 – Quantidade de MPEs no Estado da Paraíba – 2009

Descrição	MPE	%
João Pessoa	9.819	24,7
Bayeux	983	2,5
Cabedelo	844	2,1
Santa Rita	281	0,7
Grande João Pessoa	11.927	30,0
Outros Municípios	27.785	70,0
Total	39.712	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Junta Comercial do Estado da PB (JUCEP, 2010).

Nota-se que a Grande João Pessoa possui 30% do total das MPEs existentes na Paraíba, perfazendo a soma de 11.927 MPEs. Os outros 70%, que correspondem a 27.785 MPEs, estão distribuídos entre os 219 municípios restantes.

3.2.2 Amostra da pesquisa

Uma amostra se refere a uma parcela retirada da população (universo) objeto do estudo. Marconi e Lakatos (2009, p. 165) escrevem que “a amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

“A amostra pode ser definida como um subconjunto, uma parte selecionada da totalidade de observações abrangidas pela população, através da qual se faz um juízo ou inferência sobre as características da população”. (TOLEDO; OVALLE, 1994)

Este estudo foi realizado através dos dados obtidos em uma amostra do tipo por conveniência (ou intencional). Oliveira et al. (2003) expõe que a amostra por conveniência (ou intencional) é a mais comum das amostras e os elementos são mais acessíveis, articulados ou mais fáceis de serem avaliados.

Portanto, a amostra do presente estudo foi do tipo intencional, por facilidade de acesso, seja pessoal seja geográfico. Entende-se, todavia, que ela representa adequadamente a realidade das MPEs que operam na Grande João Pessoa, dado a homogeneidade do segmento que compõe essas empresas.

A amostra foi composta de 103 micro e pequenas empresas (conforme descrito na Tabela 10 abaixo) que, na pessoa do seu gestor ou responsável, respondeu a um questionário,

sobre o qual se discorrerá na seção 3.3 adiante, sendo que 10 questionários foram respondidos por internet e 93 foram respondidos pessoalmente pelos gestores das MPEs.

Tabela 10 – Quantidade de questionários enviados, recebidos e validados

Questionários	João Pessoa	Bayeux	Cabedelo	Santa Rita	Totais
Enviados	60	29	20	13	122
Coletados	52	28	15	13	108
(Invalidados)	(03)	(01)	(01)	00	(05)
Total válido	49	27	14	13	103

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Os questionários considerados invalidados, no total de cinco, ocorreram por dois motivos: duas empresas respondentes não se enquadraram nos critérios de classificação de uma MPE, quanto ao número de seus empregados, adotados pelo Sebrae, como, também, três respondentes invalidaram várias respostas fornecidas em razão de não terem boa percepção quanto ao que lhe foi perguntado.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para a coleta dos dados da referida pesquisa de campo foi o questionário. Vieira (2009, p. 15) vem afirmar que “o questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre determinado tema”.

Segundo Andrade (2008, p. 23):

Constitui-se de técnicas empregadas, principalmente, na coleta de dados das pesquisas de campo: formulários, questionários, testes, história de vida etc. O questionário é o conjunto de perguntas que são respondidas pelo informante, sem a presença do pesquisador.

No caso desta pesquisa, foi usado predominantemente o tipo de questionário fechado, permitindo, assim, que o respondente, em cada pergunta, assinale uma ou mais alternativas para informar a sua preferência sobre a pergunta que lhe foi feita. Entretanto, algumas perguntas foram do tipo aberta, onde o respondente tem a opção de manifestar outra resposta, dentro do que melhor lhe convier.

O questionário aplicado para a obtenção de dados neste estudo está dividido em três categorias de informações, conforme segue:

3.3.1 Informações gerais sobre a empresa e o gestor

Neste tópico foram levantadas informações acerca das características, tanto da empresa questionada quanto dos seus gestores, principalmente quanto a:

- Segmento da empresa, tempo de existência, faturamento anual, número de empregados e fator considerado prejudicial à empresa;
- Função do respondente, experiência anterior, grau de instrução e formação acadêmica.

3.3.2 Informações sobre o sistema de informação na empresa

Aqui aconteceram os questionamentos sobre a utilização de sistema de informação por parte da empresa, especialmente quanto ao sistema que usa (ou se não usa) voltado ao:

- Uso de computadores, internet, planilhas Excel e outros semelhantes;
- Controle de contas a pagar, a receber, de estoques, de saldos bancários, de disponibilidades;
- Conhecimento da posição real de venda, custos e despesas, lucro (ou prejuízo).

3.3.3 Informações sobre o responsável pelos serviços contábeis

Por fim, esta terceira etapa do questionário foi no intento de obter informações referentes ao perfil dos serviços contábeis prestados às MPEs, basicamente:

- Se o contabilista é profissional liberal ou empregado da MPE;
- Quanto à categoria do contabilista;
- Quanto ao tempo de serviço do contabilista à MPE;
- Quanto aos relatórios contábeis estruturados que o contabilista elabora para a MPE;
- Quanto aos relatórios contábeis não estruturados que o contabilista elabora para a MPE etc.

3.4 MENSURAÇÕES DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES

Na definição de Ferreira (2004), percepção é o ato, efeito ou faculdade de perceber.

Ribeiro Filho, Pereira e Fragoso (2005), em estudo comparativo do nível de percepção de usuários da informação contábil em Florianópolis e em Recife, sobre a utilidade das representações gráficas no processo de evidenciação, mediram esse nível de percepção a partir da apresentação do balanço patrimonial e da demonstração de resultado em forma gráfica aos questionados, tendo por conclusão que a apresentação gráfica melhora muito o entendimento dos fatos. Nesse caso, o fator percepção foi caracterizado por meio de simples observações do comportamento dos respondentes em relação ao que foi apresentado aos mesmos.

Para aferir qual o nível de percepção quanto à utilidade da informação contábil no processo de tomada de decisões pelos gestores das MPEs dessa pesquisa, foram pré-estabelecidas sete variáveis, conforme se discorre abaixo, como possíveis de se correlacionarem (ou não), ou de influenciarem (ou não), o processo de tomada de decisões dos respectivos gestores. Ou, de outra forma, parte-se do pressuposto de que a interação (ou não) dessas variáveis no dia-a-dia do gestor possibilitará que haja (ou não) influência na tomada de decisão.

a) Variável 1: Informação contábil – demonstrativos contábeis

Como saída final do processo contábil, através dos relatórios contábeis fornecidos e, como se constitui num importante instrumento para orientar a tomada de decisão, a falta de informação contábil deverá enfraquecer o processo decisório.

Conforme o Pronunciamento CPC Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (item 12), o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e na tomada de decisão econômica.

Neste estudo os demonstrativos contábeis assumidos como portadores da informação contábil foram o balancete de verificação (BV), o balanço patrimonial (BP) e a demonstração do resultado do exercício (DRE). Tal escolha se deu em razão desses três demonstrativos serem os mais abordados na literatura de formação básica do profissional da contabilidade, como também, serem os mais solicitados por instituições, como: bancos comerciais, fornecedores, órgãos do governo etc.

b) Variável 2: Nível de escolaridade do gestor

Diante do atual estágio da economia globalizada e na chamada “era da informação”, a forma de como o gestor concebe as informações se constitui em fator importante no seu processo de gestão. Dias Filho (2000, apud MIRANDA et al., 2008) diz que existe relação entre o tipo da linguagem utilizada para apresentar as demonstrações contábeis e a forma de como seus usuários têm a percepção dessas informações. Conclui o autor que o usuário médio da informação contábil não consegue compreender perfeitamente o significado de muitos termos usados na contabilidade.

Neste sentido, o nível de escolaridade do gestor pode ser fator diferencial na sua capacidade de perceber as informações e o seu devido uso da melhor forma.

c) Variável 3: Experiência do gestor

Como descrito na literatura apresentada, principalmente nos estudos realizados pelo Sebrae (2008), de que a pouca experiência dos empreendedores tem trazido problemas de sobrevivência às MPEs, é de se admitir que gestores menos experientes não utilizem em potencial as informações contábeis.

d) Variável 4: Tempo de existência da empresa:

Aliando-se à variável anterior, a qual trata da experiência do gestor, é possível afirmar que o tempo de existência de uma empresa pode ser um fator diferencial no relacionamento da mesma com o processo de tomada de decisões.

e) Variável 5: Segmento da empresa – Indústria, comércio, serviços e comércio/serviços

Considerando que a maior parcela das MPEs paraibanas é formada de empresas pertencentes ao segmento⁷ do comércio (42,46%), seguido de prestação de serviços, pode-se procurar entender em que nível essas empresas se utilizam da informação contábil.

⁷ Para mais detalhes, ver Tabela 8, p. 37.

f) Variável 6: Sistemas de informação operacional e gerencial da empresa

Haja vista que os sistemas têm, como uma de suas premissas, a interação dos diversos elementos que os constituem, faz-se necessário entender em que níveis a interação destes elementos pode contribuir nas tomadas de decisão dos gestores, particularmente as decisões referentes ao uso da informação contábil. Conforme destaca Bio (1985), sistemas operacionais são tipicamente processadores de transações ou procedimentos rotineiros, enquanto que os sistemas de apoio à gestão são “pacotes” para processamentos eletrônicos que podem desenvolver atividades, como: previsão de vendas, análises financeiras, orçamentos etc.

g) Variável 7: Nível de qualificação do contabilista:

Niyama (2005, p. 4) coloca que “a qualidade da educação na área contábil tem um significativo impacto na qualidade e no tipo de informação, bem como no sistema contábil capaz de gerar informações”.

Visando melhor capacitar os profissionais de contabilidade para que estes prestem um melhor serviço à sociedade, o CFC, com apoio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) implantou, desde 2002, o Programa de Educação Continuada dos Profissionais de Contabilidade (PECPC). Nesse sentido, se faz oportuno considerar que profissional melhor capacitado deverá prestar serviços mais qualificados. No caso em tela, pode-se considerar que esse melhor serviço seja o fornecimento de informações contábeis relevantes para que os gestores possam usar em seus processos decisórios.

Quanto às tomadas de decisão dos gestores das MPEs aqui assumidas, admitiu-se que os mesmos, na consecução dos negócios da MPE, estão sempre tomando decisões administrativas e/ou gerenciais, conforme abaixo, com consulta ou sem consulta ao seu contabilista, relativas à:

- Empréstimos (fontes) para capital de giro;
- Aquisição de ativos imobilizados, tais como: comprar maquinário, móveis e utensílios, veículos, computadores etc.;
- Planejar recursos financeiros para pagar obrigações futuras;
- Compras em montantes além do habitual visando lucrar mais com estoques;
- Fazer promoção de vendas por várias razões.

Então, o que se pretende mensurar é qual o nível de percepção que esses gestores têm, uma vez que estão sempre gerenciando essas atividades e têm (ou não) à sua disposição as variáveis acima comentadas.

3.5 ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados obtidos por meio da pesquisa de campo foram tratados e analisados com o uso da estatística descritiva, como também da inferência estatística ou estatística indutiva. Para isso, se fez uso do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) na versão 15.0 (programa estatístico)

3.5.1 Estatística descritiva

Conforme Toledo e Ovalle (1994, p. 15), principalmente em pesquisa social, o analista defronta-se amiúde com a situação de dispor de tantos dados que se torna difícil absorver completamente a informação que está procurando investigar.

Assim, a partir da coleta de dados, a estatística descritiva se utiliza de um conjunto de técnicas com o fim de alcançar o objetivo desejado pelo pesquisador.

Como os dados obtidos virão naturalmente de forma desorganizada, os mesmos serão levados à formação de tabelas para que seja apresentado organizadamente. São as chamadas distribuições de frequência que procuram alocar melhor os dados por determinadas classes e suas respectivas ocorrências.

Uma distribuição de frequência é um agrupamento de dados em classes, exibindo o número ou percentagem de observação em cada classe. Uma distribuição de frequência pode ser apresentada sob a forma de gráfico ou tabular. (STEVENSON, 1981)

Neste estudo se utilizou como estatística descritiva apenas das análises de frequências absolutas e relativas, para quantificar as respostas dadas pelos gestores das MPEs.

3.5.2 Estatística inferencial

Por fim, no propósito de alcançar o objetivo traçado neste estudo, foi utilizada parte da estatística indutiva ou inferência estatística.

A estatística inferencial ou analítica estuda os meios de coleta de dados, sua análise e interpretação. Aqui os métodos estatísticos permitem a elaboração de inferências estatísticas,

isto é, fazer afirmações gerais com escassa margem de erro, também medida estatisticamente a partir de informações incompletas sobre o grupo (população) em estudo. (SANDRONI, 1999).

Nesta perspectiva, Toledo e Ovalle (1994, p. 14) afirmam que:

A inferência estatística refere-se a um processo de generalização, a partir de resultados particulares. Consiste em obter e generalizar conclusões, ou seja, inferir propriedade para o todo com base na parte, no particular. A indução estatística implica, pois, um raciocínio muito mais complexo do que o que preside a estatística descritiva. Entretanto, bem compreendida, e utilizada, pode converter-se em um instrumento muito importante para o desenvolvimento de uma disciplina científica.

Enquanto a estatística descritiva trata de resumir e apresentar os dados coletados por meio das técnicas de medidas de tendência central e medidas de dispersão, a indutiva se utiliza dos testes de significância, bem como da estimação de parâmetros para produzir sua inferência estatística.

Este trabalho se utilizou dos testes de significância para inferir conclusões gerais acerca do objeto central de pesquisa.

Em linhas gerais, teste de significância é um procedimento pelo qual os resultados da amostra são usados para verificar a validade ou falsidade de uma hipótese nula. (GUJARATI, 2000).

Os testes estatísticos utilizados neste trabalho para responder à questão de pesquisa são os denominados testes não paramétricos.

Quanto à estatística não paramétrica, Fonseca e Martins (1996, p. 225) se expressam da seguinte forma:

As técnicas da estatística não paramétrica são, particularmente, adaptáveis aos dados da ciência do comportamento. A aplicação dessas técnicas não exige suposição quanto à distribuição da população da qual se tenha tirado amostras para análises. Podem ser aplicadas a dados que se disponham simplesmente em ordem, ou mesmo para estudos de variáveis nominais. Os testes não paramétricos são extremamente interessantes para análise de dados qualitativos.

Discorre-se abaixo sobre cada um dos testes que serão utilizados na análise da estatística inferencial.

a) Teste Qui-quadrado de Pearson

Um dos testes estatísticos não paramétricos mais conhecidos e utilizados, o teste Qui-quadrado (χ^2) estuda a associação ou independência entre duas ou mais variáveis qualitativas. Usado em tabelas de tipo 2x2 (tabelas cruzadas ou de contingências), ocupa-se essencialmente em comparar as frequências esperadas com frequências obtidas da respectiva população.

b) Teste Qui-quadrado (com correção de Yates)

Levin (1987) explica que, se as frequências esperadas numa tabela 2x2 forem muito pequenas (menores que 10 em cada casela), o teste do χ^2 apresenta um “Qui-quadrado” inflado, ou seja, um valor maior do que o real. Neste caso, para corrigir esse problema, usa-se o Qui-quadrado com a correção de Yates. Essa correção consiste em diminuir meia unidade em todas as diferenças entre cada frequência observada e a teórica esperada.

c) Teste exato de Fisher (bicaudal)

O teste exato de Fisher também se utiliza, a despeito dos dois anteriores, em tabelas de contingência (tipo tabela cruzada 2x2).

A prova de Fisher constitui uma técnica não paramétrica extremamente útil para analisar dados discretos (nominais ou ordinais), quando o tamanho de duas amostras independentes é pequeno. (SIEGEL, 1975)

Levin (1987) coloca que há situações em que fica difícil observar um $\sum f_o \geq 30$ e simultaneamente, que todas as $f_e \geq 5$. Quando isso ocorre numa tabela 2x2, a prova exata de Fisher permite resolver o problema.

Consoante Siegel (1975), se as frequências estão colocadas numa tabela de contingência (de cruzamento tipo 2x2), antes de se decidir sobre a prova do χ^2 , deve-se proceder as seguintes considerações:

- Quando $N > 40$ (N é o número de observações), utilizar χ^2 , com correção de continuidade (com correção de Yates);
- Quando $20 \leq N \leq 40$, o teste do χ^2 , pode ser aplicado desde que nenhuma das frequências esperadas seja inferior a 5. Se a menor frequência esperada for inferior a 5, utilizar o teste de Fisher;

- Quando $N < 20$, utilizar o teste de Fisher em qualquer caso.

d) Teste H Kruskal-Wallis

Na visão de Fonseca e Martins (1996) esse teste não paramétrico é extremamente útil para decidir se K amostras independentes têm sua origem de população com médias iguais e pode ser aplicado para variáveis intervalares ou ordinais.

O processo do teste consiste em converter cada observação em um posto. Consegue-se isso se tratando todas as observações como se pertencessem a uma só amostra. (STEVENSON, 1981)

A grande virtude desse teste consiste em descobrir que, como os valores amostrais quase sempre diferem entre si, o problema está em confirmar essas diferenças amostrais significam efetivas diferenças entre as populações.

e) Teste binomial

O teste binomial pode ser aplicado nos casos de qualquer população dicotomizada, do tipo em que a resposta obtida pode ser simplesmente sim ou não. Levin (1987) expõe que o mesmo pode ser utilizado quando um experimento apresenta resultado que seja mutuamente excludente, ou seja, quando ocorre o resultado A, não ocorre o resultado B.

4 TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo os dados obtidos na pesquisa serão submetidos a uma organização e tratamento, do ponto de vista da estatística descritiva e inferencial, bem como as interpretações necessárias, compatíveis, quando possível, com as teorias apresentadas no estudo. A análise descritiva será importante em razão de dar subsídio para que se proceda à análise de variáveis que levem à resposta da questão e à hipótese básica da pesquisa.

4.1 ANÁLISES DESCRITIVAS DOS DADOS

Apresentam-se, a seguir, através da elaboração de tabelas, os dados levantados no questionário quanto às frequências absolutas e relativas das 103 MPEs levantadas na pesquisa de campo.

4.1.1 Dados referentes às micro e pequenas empresas

a) Segmento ao qual pertence a MPE

Por meio da Tabela 11, verifica-se uma predominância na MPE da Grande João Pessoa nas atividades de comércio, por representar 41,8% do total das empresas pesquisadas; seguidas das atividades de serviços, com 40,8%. Tanto o segmento industrial, quanto aquele formado por empresas que desenvolvem, ao mesmo tempo, atividade de comércio e serviços apresentam um percentual de 8,7% em relação ao total das empresas. Conforme se discorreu na seção 2.1.4, percebe-se que os resultados obtidos na pesquisa apontam no mesmo sentido do que foi levantado pelo anuário estatístico do Sebre/Dieese⁸.

Tabela 11 – Quantidade MPE por segmento de atividade – Grande João Pessoa

Segmento	Quantidade	%
Indústria	09	8,7
Comércio	43	41,8
Serviços	42	40,8
Comércio e serviços	09	8,7
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

⁸ Para mais detalhes, ver Tabela 8, p. 37.

b) Tempo de existência das MPEs

No tocante ao tempo de existência, verificou-se que o maior percentual se deu para as MPEs acima de 10 anos de existência, ou seja, 42,7%. A menor frequência se deu quanto à empresa que tem até 2 anos de fundação, com 9,7%. As MPEs de 2 a 5 anos de existência representam 19,4% e as com mais de 5 até 10 anos representam 28,2%. Quanto a estes dados, estudo realizado por Caneca (2008) com MPE da região metropolitana de Recife apontou que a média de vida das empresas pesquisadas era de 11 anos.

A Tabela 12 demonstra o tempo de existência das MPEs pesquisadas.

Tabela 12 – Tempo de existência da MPE – Grande João Pessoa

Existência da MPE	Quantidade	%
Menos de 2 anos	10	9,7
De 2 a 5 anos	20	19,4
Mais de 5 até 10 ano	29	28,2
Acima de 10 anos	44	42,7
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

c) Faixa de faturamento das MPEs

Percebeu-se que 61,2% das empresas apresentam receita bruta anual inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por ano (média de R\$ 20.000 por mês). Enquanto que 38,8% delas têm receita bruta anual superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) por ano. Por este critério da receita bruta anual, nota-se que, do total das 103 MPEs, 61,2% é microempresa e 38,8% é pequena empresa, conforme se vê na Tabela 13.

Tabela 13 – Receita bruta da MPE – Grande João Pessoa

Receita anual: ME e PE	Quantidade	%
Até R\$ 240.000,00	63	61,2
Acima de R\$ 240.000,00 até R\$ 2.400.000,00	40	38,8
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

d) Número de empregados

As empresas consideradas na pesquisa foram apenas aquelas que satisfizeram aos critérios de uma MPE, com base no número de empregados, a partir da classificação adotada pelo Sebrae, ou seja, pelo número de empregados que possuem.

Observa-se, a partir da Tabela 14, que a maioria das MPEs (84) possui até 9 empregados (81,6%). Em seguida, as MPEs que possuem de 10 a 19 empregados representam 10,7% e as que têm de 20 a 49 empregados só representam 7,7%.

Tabela 14 – Número de empregados da MPE – Grande João Pessoa

Empregados	Quantidade	%
Até 9 empregados	84	81,6
De 10 a 19 empregados	11	10,7
De 20 a 49 empregados	08	7,7
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

e) Fator mais prejudicial à MPE

Problemas de conjuntura econômica foram diagnosticados pelo Sebrae como uma das causas que levam uma MPE ao insucesso. Em sentido idêntico, Chiavenato (2008) coloca que os riscos não faltam para a mortalidade das MPEs, entre muitos desses riscos estão as dívidas e a carga tributária pesada.

Nesse raciocínio, dos respondentes pesquisados, e diante das alternativas lhes apresentadas, 82,5% afirmaram que a carga tributária do país é o fator mais prejudicial à sua MPE e 17% alegaram ser a falta de capital de giro. As respostas apresentadas se encontram na Tabela 15 seguinte.

Tabela 15 – Fator mais prejudicial à MPE – Grande João Pessoa

Fator	Quantidade	%
Carga tributária	85	82,5
Falta de capital de giro	17	16,5
Burocracia governamental	01	1,0
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

4.1.2 Dados referentes aos respondentes

a) Função dos respondentes na MPE

Foi observado, nesta pesquisa, que 92,2% dos gestores da MPE são o próprio dono do negócio, seguido de 6,8% que afirmaram ser parente/familiar dos proprietários. Nessa ótica,

estudos do Dieese⁹ realizados em 2006 demonstraram que, do total das MPEs, 63,10% não possuíam empregados. Lemes Júnior e Pisa (2010) afirmaram que há predominância no mundo quanto às empresas familiares e que, na maioria dos casos, o fundador é quem se responsabiliza por todas as funções (finanças, compras, fornecedores, vendas, administração etc.). Com base na Tabela 16, apresenta-se como são geridas essas MPEs.

Tabela 16 – Função dos gestores da MPE – Grande João Pessoa

Função	Quantidade	%
Gerente-proprietário	95	92,2
Gerente (funcionário)	01	1,0
Parente-familiar	07	6,8
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

b) Experiência anterior do gestor da MPE

Neste questionamento procurou-se saber se aqueles gestores que responderam ao questionário já tinham desenvolvido tais atividades em outra empresa anteriormente. Em resposta, 60,2% declararam nunca ter dirigido outra empresa antes, enquanto que 39,8% já exerceram cargos semelhantes. No estudo publicado pelo Sebrae, em 2008, uma das principais causas que levam ao fechamento dessas empresas é a deficiência na gestão empresarial. Nesse entendimento, a Tabela 17, apresenta informações condizentes àquele estudo.

Tabela 17 – Experiência gerencial dos gestores da MPE – Grande João Pessoa

Dirigiu outra empresa?	Quantidade	%
Sim	41	39,8
Não	62	60,2
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

c) Grau de instrução dos respondentes na MPE

Amparado na premissa de que a instrução é atualmente um fator importante para o sucesso de qualquer atividade no mundo dos negócios, neste questionamento se teve a intenção de conhecer o grau de instrução dos dirigentes dessas MPEs pesquisadas. O maior percentual deles (50,5%) só possui até o ensino médio. Com o curso superior completo

⁹ Para maiores detalhes, ver Tabela 6, p. 34.

verificou-se 35% dos perguntados, com pós-graduação em nível de especialização houve 11,7% e, com mestrado/doutorado, apenas 2,8%, como se pode ver na Tabela 18.

Tabela 18 – Grau de escolaridade dos gestores da MPE – Grande João Pessoa

Escolaridade	Quantidade	%
Nível médio	52	50,5
Com superior completo	36	35,0
Com especialização	12	11,7
Com mestrado/doutorado	03	2,8
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

d) Formação acadêmica dos gestores da MPE

Este questionamento é, na verdade, uma complementaridade da questão anterior. Conhecendo-se quantos gestores de MPE possuem formação acadêmica, achou-se por bem conhecer em que áreas são essas formações. Aqui foi definido um grupo de cursos relacionados com a área de negócios (Contabilidade, Administração, Economia) e demais cursos para as formações fora dessa área, como, por exemplo, Direito, Engenharia, Psicologia etc.

Depois de aplicado o questionário, averiguou-se que a maior parte dos respondentes (58,8%) tem formação superior noutros cursos, que não Contabilidade, Administração e Economia, enquanto que 5,9% são formados em Economia, 13,7% em Contabilidade e, 21,6% em Administração de Empresas. Por meio da Tabela 19 observam-se esses percentuais.

Tabela 19 – Formação superior dos gestores da MPE – Grande João Pessoa

Curso superior	Quantidade	%
Contabilidade	07	13,7
Administração	11	21,6
Economia	03	5,9
Outros cursos	30	58,8
Total	51	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

4.1.3 Dados referentes ao sistema de informação na empresa

a) Sistema operacional e eventos utilizados como fonte de informação na MPE

As questões dispostas na Tabela 20, colocada abaixo, foram elaboradas no sentido de conhecer se os gestores das MPEs costumam se utilizar de algum sistema ou outro meio

qualquer, sempre informatizado, na busca de informações para sua utilização. Conforme se vê, o maior percentual nos quesitos perguntados ficou com relação às MPEs quanto ao uso de computador, com 93,2% dos respondentes, seguido do uso da internet, por 86,4%. Entretanto, verificou-se que apenas 41,7% têm algum controle de compras, vendas, contas a pagar/receber etc., 13,6% possuem algum tipo de sistema gerencial, 21,4% acompanham algum noticiário referente ao seu negócio e 36,9% participam de alguma palestra, reunião ou evento semelhante relacionado com o negócio da empresa. Então, apesar de a maioria dos gestores possuírem computadores e terem acesso à internet, quando se trata de uso de sistemas para fins de auxílio na gestão, esses percentuais caem para menos da metade daqueles.

Tabela 20 – Informações (meios) internas para utilização da MPE – Grande João Pessoa

Questionamentos	Sim	%	Não	%	Total MPE	%
Utiliza computador?	96	93,2	07	6,8	103	100,0
Usa internet?	89	86,4	14	13,6	103	100,0
Usa algum sistema operacional (computador) que controle compras, vendas, contas a pagar/receber, controle de estoques etc.?	43	41,7	60	58,3	103	100,0
Usa algum sistema gerencial (computador) que interligue as informações de vários setores (compras, vendas, contas a pagar/receber etc.)?	14	13,6	89	86,4	103	100,0
Acompanha algum noticiário relativo ao negócio da empresa?	22	21,4	81	78,6	103	100,0
Participa de palestras, reuniões, encontros relacionados com o negócio da empresa?	38	36,9	65	63,1	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

b) Controles internos utilizados na MPE

Em sequência às questões anteriormente citadas, foi procurado compreender se os gestores das MPEs possuíam outro tipo de controle de suas atividades, mesmo que não informatizado, ou outro qualquer, que lhes permitissem um acompanhamento de suas práticas comerciais. Verificou-se que uma parcela de 79,6% deles controla suas contas de fornecedores, 84,5% têm controle sobre seus valores a receber de clientes, 35,9% controlam os estoques, 12,6% possuem controle sobre os custos do seu negócio, 53,4% têm controle dos saldos bancários, 47,6% acompanham e controlam suas dívidas de impostos (contas de água, luz, telefones etc.), 6,8% fazem alguma previsão de caixa e, por fim, 13,6% estabelecem alguma meta para suas vendas. Veja-se na Tabela 21 como se deram esses controles.

Tabela 21 – Controle de atividades e itens na MPE – Grande João Pessoa

Descrição	Sim	%	Não	%	Total MPE	%
Controle de conta a pagar aos fornecedores	82	79,6	21	10,4	103	100,0
Controle de contas a receber de clientes	87	84,5	16	15,5	103	100,0
Controle e acompanhamento dos estoques	37	35,9	66	64,1	103	100,0
Controle e acompanhamento dos custos	13	12,6	90	87,4	103	100,0
Controle de saldos bancários	55	53,4	48	46,6	103	100,0
Controle de dívidas com impostos, contas de consumo etc.	49	47,6	54	52,4	103	100,0
Controle (previsão) de caixa	07	6,8	96	93,2	103	100,0
Estabelecimento de meta de vendas	14	13,6	89	86,4	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

c) Conhecimento exato de vendas, custos, despesas, lucro (ou prejuízo) na MPE

Foi perguntado, também, se os gestores conheciam de forma exata, ou seja, a realidade, do seu negócio quanto aos aspectos das vendas, custos, despesas e resultado (lucro ou prejuízo). Como resposta, concluiu-se que 85,4% dos gestores conhecem suas vendas reais na empresa, 45,6% conhecem os custos e despesas reais, só 26,2% afirmaram ter conhecimento do lucro ou prejuízo do seu negócio e apenas 13,6% atestaram que não tem esse conhecimento dentro da sua MPE. Por meio da Tabela 22 se evidencia que o controle de atividades básicas, como as descritas a seguir, ainda precisa ser mais praticado pelos gestores da MPEs.

Tabela 22 – Acompanhamento mensal das operações na MPE – Grande João Pessoa

Conhecimento exato do gestor	Sim	%	Não	%	Total MPE	%
Total das vendas	88	85,4	15	14,6	103	100,0
Total dos custos e despesas	47	45,6	56	54,4	103	100,0
Total do resultado (lucro ou prejuízo)	27	26,2	76	73,8	103	100,0
Não tem acompanhamento sobre quaisquer dos itens acima	14	13,6	89	86,4	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

4.1.4 Dados referentes aos serviços contábeis

a) Responsável pela contabilidade da MPE

Neste quesito pretendeu-se descobrir se o responsável pelos serviços contábeis da MPE é profissional liberal ou se trabalha internamente e faz parte do quadro de pessoal da empresa. Constatou-se que, das 103 MPEs do estudo, apenas uma tem seu profissional de

contabilidade como funcionário da empresa. As outras 102 MPEs, praticamente 100%, se utilizam de serviços de contabilidade prestados por um profissional liberal, de acordo com a Tabela 23 abaixo.

Tabela 23 – Vínculo do profissional contábil com a MPE – Grande João Pessoa

Contabilista	Quantidade	%
Funcionário da MPE	1	1,0
Profissional liberal	102	99,0
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

b) Categoria do profissional contábil da MPE

Uma vez verificado quem são os profissionais que prestam serviços à MPE, conforme discorrido na Tabela 23 acima, existiu a necessidade de se descobrir qual é a categoria e nível de formação desse profissional. Vendo a Tabela 24, constatou-se que 49,5% desses profissionais contábeis possuem pós-graduação em nível de especialização, 32% possuem apenas o curso superior e 18,5% pertencem à categoria de técnico em contabilidade. É presumível que profissional mais qualificado apresente serviços também mais qualificados para os gestores das MPEs.

Tabela 24 – Nível do profissional contábil da MPE – Grande João Pessoa

Categoria	Quantidade	%
Técnico em contabilidade	19	18,5
Curso superior (bacharel)	33	32,0
Especialista	51	49,5
Mestrado/doutorado	–	–
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

c) Tempo do contabilista na MPE

Foi perguntado aos respondentes se o contabilista de sua MPE ainda é o mesmo desde a constituição da empresa. Foi respondido por 64,1% dos gestores que sim, isto é, que o contabilista ainda é o mesmo desde a fundação da entidade. Entretanto, 35,9% deles já mudaram de contabilista. Assim, fica visto que a maior parte dos gestores não tem por hábito trocar o profissional da contabilidade, como demonstrado na Tabela 25.

Tabela 25 – Contabilista atual da MPE – Grande João Pessoa

O contabilista é o mesmo?	Quantidade	%
Sim	66	64,1
Não	37	35,9
Total	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

d) Tempo do novo contabilista da MPE

Para os gestores de MPE que mudaram de contabilista, foi procurado saber na pesquisa há quanto tempo eles estão com o novo profissional contábil. Dos 37 gestores que mudaram o profissional da contabilidade, 45,9% mudaram há menos de 5 anos, 43,2% entre 5 e 10 anos e, apenas 10,9% trocaram de contabilista há mais de 10 anos. Observam-se esses percentuais na Tabela 26.

Tabela 26 – Tempo do novo contabilista na MPE – Grande João Pessoa

Mudou o contabilista	Quantidade	%
Há menos de 5 anos	17	45,9
Há mais de 5 até 10 anos	16	43,2
Há mais de 10 anos	04	10,9
Total	37	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

e) Demonstrações contábeis estruturadas recebidas pelo gestor da MPE

Como demonstra a Tabela 27 a seguir, foram obtidas dos respondentes as informações sobre quais e com qual frequência eles costumam receber demonstrações contábeis estruturadas, ou seja, aquelas elaboradas em conformidade com a legislação comercial e fiscal, para fins da contabilidade financeira. Neste aspecto foi verificado que tais demonstrações não são habitualmente entregues aos proprietários das MPEs. A maior frequência entre elas diz respeito ao recebimento do BP e a DRE por 42,7% dos gestores. Em seguida, surge a DLPA com percentual de recebimento de 28,2 % por parte dos gestores.

Foi informado pelos pesquisados que o BV é recebido por 25,2% dos micro e pequenos empresários. Com um percentual de recebimento bem aquém das demonstrações anteriormente citadas, estão a demonstração das origens e a aplicação dos recursos, a demonstração do valor agregado, a demonstração do fluxo de caixa e as notas explicativas, as quais são recebidas por uma parcela de 4,9%, 2,9%, 2,9% e 1,9%, respectivamente.

Tabela 27 – Demonstração contábil recebida pelo gestor da MPE – Grande João Pessoa

Demonstração	Sim	%	Periodicidade						Não	%	Total MPE	%
			Dia	Mês	Sem	Trim	Semt	Ano				
Balancete de verificação	26	25,2	–	12	–	1	2	11	77	74,8	103	100
Balanço patrimonial	44	42,7	–	1	–	–	1	42	59	57,3	103	100
Demonstração do resultado do exercício	44	42,7	–	6	1	–	–	37	59	57,3	103	100
Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados	29	28,2	–	2	2	–	–	25	74	71,8	103	100
Demonstração do valor agregado	3	2,9	–	–	1	–	–	2	100	97,1	103	100
Demonstração das origens e aplicação dos recursos	5	4,9	–	–	–	–	1	4	98	95,1	103	100
Demonstração do fluxo de caixa	3	2,9	–	–	–	–	1	2	100	97,1	103	100
Notas explicativas	2	1,9	–	–	–	–	1	1	101	98,1	103	100
Outros	2	1,9	–	–	–	–	1	1	101	98,1	103	100

Fonte: Elaboração própria, 2010.

- f) Demonstrações contábeis não estruturadas (relatórios especiais) recebidas pelo gestor da MPE

A intenção neste questionamento recaiu sobre a possibilidade de, em não havendo disponibilidade satisfatória de demonstrações estruturadas para os gestores de micro e pequenas empresas, poder-se-ia admitir a existência de qualquer outro relatório, preparado de forma personalizada ou não, que contivesse informação a esse respeito.

As respostas obtidas evidenciam que o percentual maior quanto a essas informações não estruturadas se deu quanto ao recebimento, pelos gestores, relativamente ao planejamento tributário no que se refere à melhor forma para pagar os tributos da MPE, cujo percentual foi de 72,8%. O percentual menor foi verificado com relação a algum tipo de informação gerencial referente à lucratividade por produto, ponto de equilíbrio e margem de contribuição, como também quanto aos índices de eficiência operacional: prazos médios de renovação dos estoques, de recebimento das vendas e de pagamento das compras, com 1,9%.

Na sequência, foi afirmado pelos gestores que 16,5% recebem informações sobre a situação financeira, cujo percentual também se mantém para posição de endividamento e, por fim, apenas 10,7% têm informação não estruturada que aponte a posição de lucratividade da MPE.

Na Tabela 28 que se apresenta abaixo podem ser visualizadas essas respostas.

Tabela 28 – Informação não estruturada recebida pelo gestor da MPE – Grande João Pessoa

Descrição	Sim	%	Não	%	Total MPE	%
Situação financeira: posição de contas a pagar ou receber; falta ou sobra de recursos	17	16,5	86	83,5	103	100,0
Situação econômica: posição de lucratividade (receitas, custos, despesas)	11	10,7	92	89,3	103	100,0
Situação de endividamento: dívidas com bancos, impostos, fornecedores etc.	17	16,5	86	83,5	103	100,0
Situação de eficiência operacional: prazos médios de renovação dos estoques, recebimentos das vendas, pagamentos das compras	02	1,9	101	98,1	103	100,0
Situação gerencial: produtos mais lucrativos, ponto de equilíbrio, margem de contribuição	02	1,9	101	98,1	103	100,0
Planejamento tributário: melhor posição quanto ao pagamento legal dos impostos	75	72,8	28	27,2	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

g) Os gestores costumam consultar seu contabilista antes de tomar decisões?

Considerando que os gestores, no seu dia-a-dia, defrontam-se sempre com a necessidade de tomar decisões no seu negócio, foi perguntado a eles se é costume recorrer ao responsável pelos serviços contábeis antes de tomar alguma decisão. Em suas afirmações, a maior parcela de respondentes para a mesma alternativa foi com relação ao levantamento de capital de giro, onde 40,8% dos respondentes afirmaram consultar seu contabilista quanto a esse item questionado. Também foi colocado pelos gestores que 11,6% costumam consultar seu contabilista quando precisam fazer aquisição de ativos imobilizados e 14,6% para planejar recursos financeiros para pagar obrigações futuras. Por fim, com inexpressiva relatividade frente ao fato de consultar o responsável pela contabilidade, aparece a realização de promoção de vendas, com 1,9%, decidir em fazer compras diferentes do montante habitual, bem como outras tomadas de decisão, ambos com 1%. Por intermédio da Tabela 29 seguinte se tem esses percentuais.

Tabela 29 – Consulta ao contabilista para tomada de decisão pelo gestor da MPE – Grande João Pessoa

Descrição	Sim	%	Não	%	Total MPE	%
Levantamento (fonte) de empréstimos para capital de giro	42	40,8	61	57,3	103	100,0
Aquisição de ativos imobilizados (máq./móveis/veíc./computadores)	12	11,6	91	88,4	103	100,0
Planejar recursos financeiros para pagar obrigações futuras	15	14,6	88	85,4	103	100,0
Fazer compras em montante superior ao habitual para ganhar no estoque	01	1,0	102	99,0	103	100,0
Realizar alguma promoção de vendas por razões diversas	02	1,9	101	98,1	103	100,0
Outras tomadas de decisão	01	1,0	102	99,0	103	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

- h) Como os gestores das MPEs, se não apoiado pelo profissional da contabilidade, costumam tomar decisões nos seus negócios?

Foi indagado aos gestores da MPEs se eles costumam consultar o responsável da contabilidade antes de tomar decisões relacionadas às suas práticas de gerenciamento e, se acaso não costumam, como fazem pra tomar suas decisões. Foi respondido por 52,4% deles que recorrem ao seu profissional contábil antes de tomar alguma decisão. Todavia, 47,6% não costumam se utilizar de seu contabilista. Nesse caso, desses 47,6%, 39,8% decidem sozinho baseado na experiência que possuem do negócio, 5,8% decidem sozinhos consultando o pessoal interno e 1% costuma consultar outro profissional, como também contratar uma consultoria. Na Tabela 30 que se apresenta abaixo, denotam-se esses comportamentos.

Tabela 30 – Quando o gestor da MPE não decide com ajuda do contabilista – Grande João Pessoa

Decisão	Sim	%	Não	%	Total MPE	%
Costuma consultar seu contabilista nas tomadas de decisão?	54	52,4	49	47,6	103	100,0
Decide sozinho, pela própria experiência	–	–	41	39,8	–	–
Decide sozinho, com apoio do pessoal interno	–	–	6	5,8	–	–
Decide com apoio de outro profissional	–	–	1	1,0	–	–
Decide contratando consultoria	–	–	1	1,0	–	–

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Dias Filho (2000 apud RIBEIRO FILHO; PEREIRA; FRAGOSO, 2005, p. 3) coloca que a informação contábil não pode atestar sua validade se não for colocada em nível de incerteza do usuário entre dois momentos: antes e depois de receber a mensagem.

4.2 ANÁLISES DA ESTATÍSTICA INFERENCIAL

A seguir são apresentadas as inter-relações entre as variáveis¹⁰ já definidas, com o objetivo de averiguar se há ou não significância estatística a um nível de 5%, como recomendado por autores como Stevenson (1981) e Spiegel (1993), implicando afirmar que se, por exemplo, é escolhido um nível de confiança de 5%, há então cerca de 5 chances em 100 de a hipótese ser rejeitada. De outra maneira, há uma confiança de cerca de 95% de se tomar a decisão acertada.

¹⁰ Para mais detalhe, ver seção 3.4.

4.2.1 Analisando a hipótese básica

A hipótese principal deste trabalho foi a afirmação de que os gestores das MPEs da Grande João Pessoa percebem utilidade na informação contábil no contexto do processo de tomada de decisões.

a) Nível de escolaridade *versus* recebimento de informação (relatórios) contábil

Inicialmente, como se vê na Tabela 31 e Figura 6 dispostas abaixo, buscou-se comparar o nível de escolaridade dos gestores das MPEs com o recebimento dos relatórios contábeis (informação contábil), ou seja, se há certa sobrepostura quanto ao recebimento desses demonstrativos em relação ao nível de escolaridade do gestor. Verificou-se estatisticamente que não há significância entre o nível de escolaridade do gestor e o recebimento do BV, porém apresentou-se estatisticamente significativa o nível de escolaridade do gestor com o recebimento do BP, como também da DRE. Assim, pode-se afirmar que o nível de escolaridade do gestor tem influência quanto ao recebimento das informações contábeis por eles.

Pelo que se pode observar na referida Tabela, os 52 gestores com nível médio, quando indagados sobre o balancete de verificação (BV), 12 (23,1%) afirmaram recebê-lo, enquanto que 40 (76,9%) não recebem. Relativamente quanto ao balanço patrimonial (BP) e a demonstração do resultado do exercício (DRE), 16 (30,8%) afirmam recebê-los e 36 (69,2%) afirmam não recebê-los, respectivamente.

Dos 36 gestores com curso superior completo, quando observados em relação ao BV, 8 (22,2%) recebem-no, porém 28 (77,8%) não recebem. Quando relacionados com o BP e a DRE, 21 (58,3%) os recebem e 15 (41,7%) não os recebem, respectivamente.

Quanto aos 12 gestores com pós-graduação em nível de especialização, observou-se que, tanto em relação ao BV, quanto ao BP e a DRE, 4 gestores (33,3%) recebem estes relatórios enquanto que os outros 8 gestores (66,7%) não os recebem.

Finalizando o estudo dessa relação, existiram apenas 3 gestores que afirmaram possuir mestrado/doutorado. Destes, 2 (66,7%) recebem o BV e 1 (33,3%) não recebe e, quanto ao BP e a DRE, os 3 (100,0%) recebem ambas.

Tabela 31 – Nível de escolaridade do gestor *versus* recebimento de informação contábil – Grande João Pessoa

Grau de instrução	Balancete de verificação		Balanco patrimonial		Demonstração do resultado do exercício		Total
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	
Nível médio	12	40	16	36	16	36	52
Superior completo	8	28	21	15	21	15	36
Especialização	4	8	4	8	4	8	12
Mestrado/doutorado	2	1	3	0	3	0	3
Total	26	77	44	59	44	59	103

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Test Statistics^{a,b}

	Balancete de verificação	Balanco patrimonial	Demonstração resultado exercício
Chi-Square	3,414	10,969	10,969
df	3	3	3
Asymp. Sig.	,332	,012	,012

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Grau de instrução

Figura 6 – Teste estatístico gerado no SPSS 15.0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

- b) Nível de escolaridade versus tomada de decisão com ou sem consulta ao contabilista

Quando comparado o nível de escolaridade dos gestores das MPEs com a tomada de decisão com ou sem consulta ao profissional contábil, não se verificou a existência de relação estatisticamente significativa entre as variáveis, permitindo-se afirmar que o nível de escolaridade do gestor não se relaciona quanto a este consultar ou não seu contabilista antes de tomar alguma decisão das estabelecidas neste estudo.

Na Tabela 32 e Figura 7 é possível se notar que, dos 52 gestores com nível médio, 24 (46,1%) consultam o contabilista para capital de giro e 28 (53,9%) não consultam. Quando se trata de aquisição de ativo imobilizado, 6 (11,6%) consultam e 46 (88,4%) não consultam; para fins de planejar recursos financeiros, 8 (15,4%) consultam e 44 (84,6%) não consultam; comprar para ganhar com estoques, os mesmos 52 (100,0%) não consultam; e fazer alguma promoção de vendas, 2 (3,9%) consultam e 50 (96,1%) não consultam ao contabilista.

Com curso superior completo são 36 gestores de MPE. Desse total, quando se refere ao capital de giro, 13 (36,1%) decidem consultando ao contabilista e 23 (63,9%) decidem sem consultá-lo. Quanto à aquisição de imobilizado, 3 (8,3%) decidem consultando ao contabilista

e 33 (91,7%) não consultam; diante de planejar recursos financeiros, 2 (5,6%) consultam e 34 (94,4%) não consultam; comprar para estoques, os 52 (100,0%) não consultam e; promoção de venda, 2 (5,6%) consultam e 34 (94,4%) não consultam.

Com especialização são 12 gestores de MPE. Quanto ao capital de giro e planejar recursos financeiros, coincidentemente 4 (33,3%) fazem essa consulta e 8 (66,7%) não fazem. Para aquisição de imobilizado, 3 (25,0%) decidem mediante consulta e 9 (75,0%) decidem sem consultá-lo; ao se observar compras para estoques, apenas 1 (8,3%) realiza a consulta, enquanto que 11 (91,7%) não realizam; e, dos 12 gestores em referência, todos (100,0%), sobre promoção de vendas, não consultam ao seu contabilista.

Existem apenas 3 gestores de MPE com mestrado/doutorado. Com relação ao capital de giro e planejar recursos financeiros, 1 (33,3%) faz consulta ao contabilista e 2 (66,7%) não fazem e; quando perguntados sobre aquisição de imobilizado, compras para estocar e fazer promoção de vendas, todos 3 (100,0%) afirmaram que não fazem qualquer consulta ao seu profissional da contabilidade.

Tabela 32 – Nível de escolaridade do gestor versus tomada de decisão com ou sem consulta ao contador – Grande João Pessoa

Grau de instrução do gestor	Capital de giro		Aquisição de ativo imobilizado		Planejar recursos financeiros		Compras para estocar		Promoção de vendas	
	Com consulta	Sem consulta	Com consulta	Sem consulta	Com consulta	Sem consulta	Com consulta	Sem consulta	Com consulta	Sem consulta
Nível médio	24	28	6	46	8	44	–	52	2	50
Superior completo	13	23	3	33	2	34	–	36	–	36
Especialização	4	8	3	9	4	8	1	11	–	12
Mestrado/doutorado	1	2	–	3	1	2	–	3	–	3
Total	42	61	12	91	15	88	1	102	2	101

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Test Statistics^{a,b}

	Capital de giro	Aquisição de ativo imobilizado	Planejar recursos financeiros	Compras p/estocar	Promoção de vendas
Chi-Square	1,279	2,831	6,559	7,583	1,981
df	3	3	3	3	3
Asymp. Sig.	,734	,418	,087	,055	,576

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Grau de instrução

Figura 7 – Teste estatístico gerado no SPSS 15.0

Fonte: Elaboração própria, 2010.

c) Experiência do gestor versus tomadas de decisão com ou sem consulta ao contabilista

Quando relacionada a experiência do gestor com as decisões que tomam na MPE, com ou sem consulta ao seu profissional de contabilidade, pode-se verificar a não existência de associação estatisticamente significativa entre essas variáveis, com exceção da tomada de decisão quanto a planejar recursos financeiros. Isso aponta que há associação entre a experiência do gestor e tomar decisões de planejar recursos financeiros, consultado ou não ao contabilista, mas não há associação entre essa experiência e tomar as demais decisões, como: capital de giro, aquisição de imobilizados, comprar para estocar e realizar promoção de vendas.

Na Tabela 33 seguinte é possível ver que 41 gestores já dirigiram outra empresa antes, enquanto que 62 não dirigiram. Destes 41 gestores, 20 (48,7%) decidem sobre capital de giro consultando o contabilista e 21 (51,3%) também decidem sobre capital de giro, mas sem consultar ao contabilista. Quando observados, na sequência, os 41 gestores, 7 (17,1%) decidem sobre aquisição de imobilizado com consulta ao contabilista e 34 (82,9%) sem consulta; 10 (23,4%), ao decidir sobre planejar recursos financeiros, também consulta ao seu responsável pelos serviços contábeis e 31 (76,6%) não; apenas 1 (2,4%) realiza a referida consulta quanto a compras para estocar, enquanto que 40 (97,6%) não realiza; e todos os 41 (100,0%), diante do ato de fazer promoção de vendas, o fazem sem qualquer consulta junto a quem cuida de sua contabilidade.

Pelo lado dos 62 gestores que não apresentaram experiência de gerenciamento, 22 (35,5%) consultam o contabilista sobre capital de giro e 40 (64,5%) não consultam. Quando analisados em relação à aquisição de imobilizados, tem-se 5 (8,1%) que consultam e 57 (91,9%) que não consultam. Note-se que esses números também são idênticos para a decisão de planejar recursos financeiros. Se observadas as decisões de comprar para estocar, todos os 62 (100,0%) decidem sem consultar seu profissional contábil. Já para decidir sobre fazer promoção de vendas, percebe-se que, dos 62 gestores, só 2 (3,2%) dizem consultar e 60 (96,8%) afirmam não consultar.

Tabela 33 – Experiência do gestor *versus* tomada de decisões com ou sem consulta ao contabilista – Grande João Pessoa

Tomada de decisão	Já dirigiu outra empresa antes?		Total	Sig (α)	
	Com consulta	Sem consulta			
Capital de giro	Sim	20	22	42	0,255*
	Não	21	40	61	
	Total	41	62	103	
Aquisição de ativo imobilizado	Sim	7	5	12	0,280*
	Não	34	57	91	
	Total	41	62	103	
Planejar recursos financeiros	Sim	10	5	15	0,044*
	Não	31	57	88	
	Total	41	62	103	
Compras para estocagem	Sim	1	0	1	0,398**
	Não	40	62	102	
	Total	41	62	103	
Promoção de vendas	Sim	0	2	2	0,516*
	Não	41	60	101	
	Total	41	62	103	

* Teste Qui-quadrado (com correção de Yates).

** Teste exato de Fisher (bicaudal).

Fonte: Elaboração própria, 2010.

d) Tempo de existência da empresa *versus* recebimento da informação contábil

Aqui se teve a intenção de analisar se existe associação significativa entre o tempo de existência da MPE com a informação contábil recebida, e foi constatado que estatisticamente não existe correlação significativa entre essas duas variáveis. De outra forma, o tempo de existência das MPEs não influencia quanto aos gestores receberem as informações contábeis.

Existiram na pesquisa 10 gestores de MPE com menos de 2 anos de existência. Destes, 3 (30,0%) recebem o BV e 7 (70,0%) não recebem. Quando novamente questionados sobre as demais informações, foi visto que 4 (40,0%) recebem o BP e 6 (60,0%) não recebem, e 2(20,0%) recebem a DRE, mas 8 (80,0%) não recebem esse demonstrativo.

Com mais de 2 e até 5 anos de existência foram 20 gestores das MPEs. Eles responderam que recebem ou não, respectivamente, quanto ao BV, 4 (20,0%) e 16 (80,0%), e, quanto ao BP, bem como a DRE, 8 (40,0%) e 12 (60,0%).

Observou-se que as MPEs com mais de 5 e até 10 anos de existência somaram 29. Analisando quem recebe e quem não recebe as informações contábeis, respectivamente, se vê, com relação ao BV, 8 (27,6%) e 21 (72,4%), com relação ao BP 12 (41,4%) e 17 (58,6) e, quanto a DRE 14 (48,3%) 15 (51,7%).

Por fim, 44 gestores são de MPE com mais de 10 anos de existência. Quando olhado para quem recebe e quem não recebe as informações contábeis, verificou-se, respectivamente,

que, em relação ao BV, são 11 (25,0%) e 33 (75,0%), em relação tanto ao BP quanto a DRE são 20 (45,5%) e 24 (54,5%).

Tabela 34 – Tempo de existência da empresa *versus* recebimento de informação contábil – Grande João Pessoa

Existência da MPE	Balancete de verificação		Balanco patrimonial		Demonstração do resultado do exercício	
	Recebe	Não recebe	Recebe	Não recebe	Recebe	Não recebe
Tempo						
Menos de 2 anos	3	7	4	6	2	8
Mais de 2 até 5 anos	4	16	8	12	8	12
Mais de 5 até 10 anos	8	21	12	17	14	15
Mais de 10 anos	11	33	20	24	20	24
Total	26	77	44	59	44	59
<i>Pearson Chi-square</i>	0,920		0,970		0,445	

Fonte: Elaboração própria, 2010.

e) Segmento da empresa *versus* informação contábil

Foi buscado compreender se o segmento da MPE possui alguma associação com a informação contábil recebida pelo gestor através dos relatórios contábeis, e não foi constatado haver associação entre essas variáveis. Portanto, não se pode alegar que o segmento ao qual pertence a MPE influencia o recebimento desses relatórios por parte do gestor.

Explicando a Tabela 35 que se apresenta abaixo, veja-se, por exemplo, que o segmento industrial apresentou 9 MPEs, das quais 3 (33,3%) recebem o BV e 6 (66,7%) não recebem. Quando se olha para este mesmo segmento com relação ao BP e a DRE, percebe-se que 2 (22,2%) dessas MPEs recebem as duas demonstrações e 7 (77,8%) não recebem.

Tomando-se o segmento comercial com 43 MPEs, vê-se que 9 (20,9%) recebem o BV, mas 34 (79,1%) não o recebem. Prosseguindo com a análise desse segmento, quanto ao BP, 20 (46,5%) o recebem, porém 23 (53,5%) não. E, quanto à DRE, foram 19 gestores (44,2%) que receberam e 24 gestores (55,8%) que não receberam.

O segmento de serviços apresentou 42 MPEs e, quando observado, constatou-se que 11 (26,2%) receberam o BV e 31 (73,8%) não o receberam. Quando compreendido o que ocorreu com esse segmento com relação ao BP e à DRE, viu-se que 20 (47,6%) receberam as duas demonstrações e 22 (52,4%) não as receberam.

No segmento de comércio e serviços verificou-se haver 9 MPEs, coincidindo com o segmento de indústria. Houve a mesma proporção com relação a quem recebeu o BV e a DRE, sendo 3 (33,3%) que receberam e 6 (66,7%) que não receberam. Ao se reportar ao BP, notou-se que 2 (22,2%) o receberam, porém 7 (77,8%) não.

Tabela 35 – Segmento da empresa versus informação contábil – Grande João Pessoa

Acesso à informação		Segmento da Empresa				Total	Sig (α) *
		Indústria	Comércio	Serviços	Com. e Serviços		
Balancete de verificação	Sim	3	9	11	3	26	0,787
	Não	6	34	31	6	77	
	Total	9	43	42	9	103	
Balanço patrimonial	Sim	2	20	20	2	44	0,293
	Não	7	23	22	7	59	
	Total	9	43	42	9	103	
Demonstração do resultado do exercício	Sim	2	19	20	3	44	0,513
	Não	7	24	22	6	59	
	Total	9	43	42	9	103	

*Teste de Kruskal-Wallis.

Fonte: Elaboração própria, 2010.

f) Sistema de informação operacional e gerencial versus tomada de decisão

Foram confrontados os sistemas que as MPEs afirmaram utilizar em nível operacional e gerencial face às tomadas de decisão dos gestores com ou sem consulta ao contabilista. Foi verificado que existiu associação estatisticamente significativa apenas com relação ao sistema gerencial, tanto com a tomada de decisão de planejar recursos financeiros quanto com a decisão de fazer promoção de vendas.

Ao decidir sobre capital de giro, dos 103 gestores, 42 consultaram ao contabilista e 61 não consultaram. Dos 42 que decidem mediante consulta ao contabilista, 16 (38,1%) usam o sistema operacional e 26 (61,9%) não usam. Quando isso é olhado em relação ao sistema gerencial, apenas 6 (14,3%) o utilizam, enquanto que 36 (85,7%) não se utilizam do sistema gerencial. Porém, vindo pelo lado dos 61 gestores que decidem sobre capital de giro, mas sem realizar consulta ao contabilista, quando se referem ao sistema operacional, 27 (44,3%) declararam utilizá-lo e 34 (55,7%) não. Já na observação do sistema gerencial, apenas 8 (13,1%) disseram utilizá-los e 53 (86,9%) não.

Para a decisão de adquirir ativo imobilizado, dos 103 gestores, 12 fazem consulta ao contabilista e 91 não fazem. Analisando o sistema operacional, dos 12 gestores, 7 (58,3%) atestaram utilizá-lo e 5 (41,7%) atestaram não utilizá-lo. Mas, analisando sistema gerencial, 3 (25,0%) fazem uso dele e 9 (75,0%) não fazem. Agora, pelo lado dos 91 gestores que não consultam ao contabilista, 36 (39,6%) usam o sistema operacional, mas 55 (60,4%) não usam. Se comparado com o sistema gerencial, 11 (12,1%) fazem essa utilização e 80 (87,9%) não fazem.

Existem 15 gestores que planejam recursos financeiros e fazem consulta ao contabilista pra isso, e 88 também planejam, mas não fazem. Dos 15 gestores (que consultam), 7 (46,7%) usam o sistema operacional e 8 (53,3%) não usam. Ao se voltar para o sistema gerencial, são 5 (33,3%) os que usam e 10 (66,7%) os que não usam. Entretanto, dos 88 gestores que decidem sobre planejar recursos financeiros sem fazer qualquer consulta ao contabilista, 36 (40,9%) adotam sistema operacional e 52 (59,1%) não adotam. E 9 (10,3%) adotam sistema gerencial e 79 (89,7%) não adotam.

Quando a decisão é de comprar para estocar, dos 103 gestores, apenas 1 consultou ao contabilista e 102 não. Exatamente esse gestor afirmou utilizar o sistema operacional, mas, quando reportado ao sistema gerencial, este mesmo gestor afirmou não utilizá-lo. Vendo agora pelo lado dos 102 que não consultam ao contabilista, 42 (41,2%) usam e 60 (58,8%) não usam o sistema operacional e 14 (13,7%) usam e 88 (86,3%) não usam o sistema gerencial.

Diante da decisão de fazer promoção de vendas, foram 2 os gestores que disseram consultar ao contabilista e 101 os que disseram não consultá-lo. Dos 2, nas duas respostas quanto aos sistemas, ambos afirmaram sim, tanto para o operacional quanto para o gerencial. Mas, pelo lado dos outros 101 gestores, 41 (40,6%) disseram sim para o sistema operacional e 60 (59,4%) disseram não. Contudo, 12 (11,8%) disseram que utilizam o sistema gerencial e 89 (88,4%) disseram que não utilizam.

Os comentários desses seis parágrafos anteriores podem ser observados por meio da Tabela 36 abaixo.

Tabela 36 – Sistema de informação da empresa *versus* tomadas de decisão com ou sem consulta ao contabilista – Grande João Pessoa

Sistemas de informação	Capital de giro		Aquisição de ativo imobilizado		Planejar recursos financeiros		Compras para estocar		Promoção de vendas		Total
	Com consulta	Sem consulta	Com consulta	Sem consulta	Com consulta	Sem consulta	Com consulta	Sem consulta	Com consulta	Sem consulta	
Operacional	16	27	7	36	7	36	1	42	2	41	43
Não	26	34	5	55	8	52	0	60	0	60	60
Total	42	61	12	91	15	88	1	102	2	101	103
Sig (α)	0,674*		0,353*		0,893*		0,417**		0,172**		
Gerencial	6	8	3	11	5	9	0	14	2	12	14
Não	36	53	9	80	10	79	1	88	0	89	89
Total	42	61	12	91	15	88	1	102	2	101	103
Sig (α)	1,000*		0,208**		0,030**		1,000**		0,017**		

* Teste Qui-quadrado (com correção de Yates).

** Teste exato de Fisher (bicaudal).

Fonte: Elaboração própria, 2010.

g) Categoria do contabilista *versus* informação contábil

Ao se comparar os relatórios contábeis entregues aos gestores e a categoria do contabilista, chegou-se à constatação de que existe uma associação estatisticamente significativa entre essas variáveis, exceto com relação ao balancete de verificação.

Nesse contexto, na verdade, os contadores e contadores com pós-graduação fornecem balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício em nível superior aos fornecidos pelos técnicos em contabilidade. Foi alegado pelos gestores das MPEs que, dos 33 contadores, 18 (54,5%) fornecem o balanço patrimonial. Quando se trata de o contador entregar ao gestor a demonstração do resultado do exercício, dos 33, 15 (45,55) afirmam ter recebido tal demonstração (mas trata-se de nova pergunta, para não se pensar que essa totalidade tenha que ser 100%, conforme Tabela 37). Com relação os contadores com pós-graduação, dos 51 existentes, 24 (47,1%) entregam o balanço patrimonial. Quando se questiona sobre a demonstração do resultado do exercício, dos 51, 26 (51%) também entregam a demonstração ao gestor.

É bom deixar claro que os cruzamentos da referida tabela se tratam muito mais de uma verificação acerca do compromisso do contabilista em cumprir sua função entregando os relatórios ao gestor da MPE do que, propriamente, qualquer averiguação sobre esse gestor.

Tabela 37 – Categoria do contabilista *versus* informação contábil – Grande João Pessoa

Acesso à informação	Categoria do contabilista			Total	Sig (α) *
	Técnico em contabilidade	Contador	Contador com pós-graduação		
Balancete de verificação	Sim	1	9	16	0,078
	Não	18	24	35	
	Total	19	33	51	
Balanço patrimonial	Sim	2	18	24	0,006
	Não	17	15	27	
	Total	19	33	51	
Demonstração do resultado do exercício	Sim	3	15	26	0,028
	Não	16	18	25	
	Total	19	33	51	

*Qui-quadrado de Pearson.

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Conclusão da hipótese em discussão:

Analisando as relações entre as variáveis pré-determinadas com o objetivo de medir o nível de percepção dos gestores das MPEs da Grande João Pessoa, quanto à utilidade da

informação contábil recebida para tomada de decisões, constatou-se que não há associação estatisticamente significativa entre o processo de tomada de decisão dos gestores das MPEs e a utilização da informação contábil.

À exceção do último teste estatístico acima realizado (letra “g”), os seis primeiros (letras “a” até “f”) envolveram tanto a tomada de decisão pelo gestor quanto a utilização da informação contábil, ora associando as duas variáveis, simultaneamente, ora associando apenas uma delas e outra(s) variável(is).

Os testes (seis primeiros) foram em número de 28, conforme apresentados na Tabela 31 (3), Tabela 32 (4), Tabela 33 (5), Tabela 34 (3), Tabela 35 (3) e Tabela 36 (10).

Dos 28 testes realizados, apenas cinco se apresentaram estatisticamente significantes a um nível de 5% (0,05). E, destes, dois testes se referiram ao nível de escolaridade do gestor *versus* recebimento da informação contábil = 0,012 ambos (Tabela 31 e Figura 6), um se referiu a planejar recursos financeiros *versus* experiência do gestor = 0,044 (Tabela 33), um se referiu a planejar recursos financeiros *versus* uso do sistema gerencial = 0,030 (Tabela 36) e, o último, foi fazer promoção de vendas *versus* uso do sistema gerencial = 0,017 (Tabela 36).

Ainda que os 5 testes ora citados tenham apresentado nível de significância, mesmo assim não decorreram propriamente de uma relação entre tomada de decisão e uso da informação contábil a disposição do gestor, que são o BV, o BP e DRE.

Portanto, como a hipótese básica foi a afirmação de que os gestores das MPEs da Grande João Pessoa percebem utilidade na informação contábil no contexto do processo de tomada de decisões, a hipótese não se valida.

4.2.2 Analisando as hipóteses secundárias

As duas hipóteses secundárias da pesquisa foram:

- Os gestores das MPEs tomam decisões respaldados nos relatórios contábeis estruturados;
- Os gestores das MPEs tomam decisões mediante consulta ao profissional contábil.

Quanto à primeira dessas duas hipóteses acima, com o objetivo de confirmá-la ou não, foram feitas as correlações estatísticas entre os cinco tipos de tomadas de decisão assumidas neste estudo, com ou sem consulta ao contador (conforme Tabelas 38 a 43), relacionando-as com a informação contábil (relatórios contábeis), conforme se discorre a seguir.

a) Tomada de decisão sobre capital de giro *versus* informação contábil

Ao se relacionar a decisão sobre capital de giro, com ou sem consulta ao contabilista, com a informação contábil, não foi encontrada relação estatisticamente significativa. Assim, entende-se que o gestor é indiferente à informação contábil quando decide sobre capital de giro.

Como apresentado na Tabela 38 seguinte, do total dos 103 gestores, 42 decidem sobre capital de giro consultado ao contabilista e 61 decidem, mas não consultam.

Dos 42 gestores que consultam ao contabilista, 11 (26,2%) se utilizam do BV e 31 (73,8%) não se utilizam. Noutra leva de respostas quanto ao BP, dos 42 que consultam ao contabilista, 17 (40,5%) usam o a referida demonstração e 25 (59,5%) não usam. Já quando observado em relação à DRE, dos 42 gestores, 14 (33,3%) a utilizam e 28 (66,7%) não.

Por outro lado, procedem-se as estatísticas quanto aos 61 gestores que não consultam ao seu contabilista para decidir sobre capital de giro. No primeiro caso, 15 (24,6%) usam o BV e 46 (75,4%) não usam; no segundo, 27 (44,3%) usam o BP e 34 (55,7%) não usam; por último, 30 (49,2%) usam a DRE 31 (50,8%) não usam.

Tabela 38 – Tomada de decisão sobre capital de giro, com ou sem consulta ao contabilista *versus* informação contábil – Grande João Pessoa

Acesso à informação	Decisão de capital de giro		Total	Sig (α) *	
	Com consulta	Sem consulta			
Balancete de verificação	Sim	11	15	26	1,000
	Não	31	46	77	
	Total	42	61	103	
Balanço patrimonial	Sim	17	27	44	0,858
	Não	25	34	59	
	Total	42	61	103	
Demonstração do resultado do exercício	Sim	14	30	44	0,163
	Não	28	31	59	
	Total	42	61	103	

*Teste Qui-quadrado (com correção de Yates).

Fonte: Elaboração própria, 2010.

b) Tomada de decisão sobre aquisição de imobilizado *versus* informação contábil

Neste item se busca relacionar a variável aquisição de ativo imobilizado, consultando ao contabilista ou não, com a informação contábil. Verificou-se que há associação estatisticamente significativa apenas entre essa tomada de decisão e o balancete de verificação, mas não há relação significativa do ponto de vista estatístico entre essa tomada de decisão e as demais informações contábeis, o BP e a DRE.

A Tabela 39 a seguir demonstra que, dos 103 gestores, 12 consultam seu contabilista e 91 não o consultam para fins de decisão quanto ao imobilizado. Analisando-se mais amiúde, descobre-se que, dos 12 que consultam ao contabilista, 8 (66,67%) usam o BV e 4 (33,33%) não usam. Quanto ao BP, desses 12 gestores, 7 (58,33%) usam essa demonstração e 5 (41,67%) não a utilizam. Ao se reportar a DRE, dos 12 gestores em discussão, só 4 (33,33%) a utilizam e 8 (66,67%) não a utilizam.

Olhando para os 91 gestores que decidem sem consultar ao seu contabilista, quanto ao BV, 18 (19,9%) usam e 72 (80,1%) não usam; quanto ao BP, 37 (40,7%) usam e 54 (59,3%) não usam; e, quanto à DRE, 40 (44,0%) usam e 51 (56%) não usam.

A Tabela 39 seguinte deixa transparecer os dados aqui comentados.

Tabela 39 – Tomada de decisão sobre aquisição de ativo imobilizado, com ou sem consulta ao contabilista *versus* informação contábil – Grande João Pessoa

Acesso à informação	Decisão sobre aquisição de ativo imobilizado		Total	Sig (α)
	Com consulta	Sem consulta		
Balancete de verificação	Sim	8	18	0,002*
	Não	4	73	
	Total	12	91	
Balanço patrimonial	Sim	7	37	0,394**
	Não	5	54	
	Total	12	91	
Demonstração do resultado do exercício	Sim	4	40	0,487**
	Não	8	51	
	Total	12	91	

*Teste exato de Fisher (bicaudal).

**Teste Qui-quadrado (com correção de Yates).

Fonte: Elaboração própria, 2010.

c) Tomada de decisão sobre planejar recursos financeiros *versus* informação contábil

Depois de feita a correlação quanto à decisão de planejar recursos financeiros, com ou sem consulta ao contabilista, com a informação contábil, obteve-se o resultado estatisticamente que não há associação significativa entre essas variáveis.

Pelo que se vê na Tabela 40, 15 gestores decidem sobre planejar recursos financeiros consultado ao contabilista e 88 não consultam, totalizando os 103 gestores. Quanto aos 15 que decidem consultando seu contabilista, 7 (46,67%) usam o BV e 8 (53,33%) não o usam. Quando se olha tanto para o BP quanto para a DRE, 10 (66,7%) usam e 5 (33,3%) não usam, respectivamente.

Analisando pelo lado dos que afirmam decidir sobre ativo imobilizado, mas sem consultar ao contabilista, ou seja, 88 gestores, quanto ao BV, 19 (21,6%) usam e 69 (78,4%) não usam, quanto ao BP e DRE, 34 (38,7%) e 54 (61,3%) não os utilizam, respectivamente.

Tabela 40 – Tomada de decisão sobre planejar recursos financeiros *versus* informação contábil – Grande João Pessoa

Acesso à informação	Decisão de planejar recursos financeiros		Total	Sig (α) *	
	Com consulta	Sem consulta			
Balancete de verificação	Sim	7	19	26	0,081
	Não	8	69	77	
	Total	15	88	103	
Balanço patrimonial	Sim	10	34	44	0,081
	Não	5	54	59	
	Total	15	88	103	
Demonstração do resultado do exercício	Sim	10	34	44	0,081
	Não	5	54	59	
	Total	15	88	103	

* Teste Qui-quadrado (com correção de Yates).

Fonte: Elaboração própria, 2010.

d) Tomada de decisão sobre comprar para estocar *versus* informação contábil

Neste questionamento foi procurado entender se há associação entre o gestor comprar em quantidade diferente do habitual com vistas a ganhar com estoques, consultando ou não ao seu contabilista, com a informação contábil. Foi verificado não existir correlação estatisticamente significativa entre essas variáveis.

Apenas um gestor consultou ao seu contabilista para decidir sobre tal prática. Os demais 102 não consultam ao seu contabilista. O comentário aqui recai sobre os 102 gestores. A Tabela 41 abaixo mostra, quanto ao BV, que o mesmo é utilizado por 26 (25,5%) e não utilizado por 76 (74,5%). Já o BP é utilizado por 43 (42,2%) e não utilizado por 59 (57,8%). Finalmente, a DRE é utilizada por 44 (43,2%) e não utilizada por 58 (56,8%).

Tabela 41 – Tomada de decisão sobre comprar para estocar *versus* informação contábil – Grande João Pessoa

Acesso à informação	Decisão de comprar para estocar		Total	Sig (α) *	
	Com consulta	Sem consulta			
Balancete de verificação	Sim	0	26	26	1,000
	Não	1	76	77	
	Total	1	102	103	
Balanço patrimonial	Sim	1	43	44	0,427
	Não	0	59	59	
	Total	1	102	103	
Demonstração do resultado do exercício	Sim	0	44	44	1,000
	Não	1	58	59	
	Total	1	102	103	

* Teste exato de Fisher (bicaudal).

Fonte: Elaboração própria, 2010.

e) Tomada de decisão promoção de venda *versus* informação contábil

Com números semelhantes ao item anterior, aqui se procurou verificar se há associação entre o gestor decidir fazer alguma promoção de venda, consultado ou não ao seu contabilista, e a informação contábil. Foi visto, também, que não existe estatisticamente alguma associação entre essas variáveis.

Aqui se observa que, dos 103 gestores, 2 consultam ao contabilista e 101 não consulta. A propósito do item anterior, fazem-se os comentários, aqui, apenas sobre os 101 gestores. Assim, com relação ao BV, 24 (23,8%) afirmam utilizá-lo e 77 (76,2%) não. Quanto ao BP e à DRE, 42 (41,6%) afirmam utilizá-lo e 59 (58,4%) não, respectivamente.

Tabela 42 – Tomada de decisão sobre fazer promoção de vendas, com ou sem consulta ao contabilista *versus* informação contábil – Grande João Pessoa

Acesso à informação	Decisão de fazer promoção de vendas		Total	Sig (α) *	
	Com consulta	Sem consulta			
Balancete de verificação	Sim	2	24	26	0,062
	Não	0	77	77	
	Total	2	101	103	
Balanço patrimonial	Sim	2	42	44	0,180
	Não	0	59	59	
	Total	2	101	103	
Demonstração do resultado do exercício	Sim	2	42	44	0,180
	Não	0	59	59	
	Total	2	101	103	

* Teste exato de Fisher (bicaudal).

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Conclusão da hipótese em discussão:

Pela verificação dos testes estatísticos constantes das Tabelas 38 a 42 acima, no total de 15 (5 tabelas x 3 testes), foi verificado haver apenas 1 teste que apresentou associação estatisticamente significativa. Foi com relação à aquisição de ativo imobilizado diante do uso do BV (Tabela 39). Os demais testes (14) se mostraram insignificantes do ponto de vista estatístico. Portanto, a hipótese 2 não se valida.

Relativamente à outra hipótese secundária, onde o gestor da MPE toma decisão com consulta ou sem consulta ao profissional contábil, conforme se vê na Tabela 43, não se tem relação estatisticamente significativa entre a variável tomar decisão *versus* a variável consulta ao contabilista.

Tabela 43 – Tomada de decisão com ou sem consulta ao contabilista – Grande João Pessoa

Tomada de decisão	MPE	%	Sig (α) *
Sem consulta	49	47,57	0,693
Com consulta	54	52,43	
Total	103	100	

* Teste binomial

Fonte: Elaboração própria, 2010.

Conclusão da hipótese em discussão:

O teste acima demonstrou que não há relação estatisticamente significativa entre a tomada de decisão do gestor, com consulta ou sem consulta ao profissional contábil. Desta forma, a hipótese 3 também não se valida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES

O presente estudo teve como objetivo principal explicar qual é o nível de percepção que os gestores das micro e pequenas empresas localizadas na Grande João Pessoa têm quanto à utilidade das informações contábeis no processo decisório.

Com o intuito de mensurar o nível de percepção dos gestores das MPEs, quanto à utilidade da informação contábil no processo de decisão, foram convenientemente categorizadas sete variáveis e cinco tomadas de decisão inerentes ao dia-a-dia dos gestores empresariais, a partir das quais foi possível se proceder a testes estatísticos fazendo-se sucessivas correlações com as referidas variáveis.

Alguns fatos relacionados com o gestor da MPE foram verificados na pesquisa, os quais estão suportados na fundamentação teórica apresentada e contribuíram para a resposta a ser dada ao questionamento desta pesquisa. Neste sentido, foram observados os aspectos que vão desde os atributos indispensáveis a um gestor – como experiência, onde a pesquisa apontou que 62% deles nunca gerenciaram outro empreendimento além do seu –, como também o fato de ser o gestor o próprio dono da MPE (95%) e, assim, centralizar quase tudo em seu poder, conforme evidenciado por Lemes Júnior e Pisa (2010), ao afirmarem que as empresas familiares predominam no mundo e que, na maioria dos casos, o fundador é quem se responsabiliza por todas as funções (finanças, compras, fornecedores, vendas, administração etc.), passando até pela formação não compatível do gestor, onde, apesar de aproximadamente 50% terem curso superior (Tabela 18, p. 76), destes, 58,8% têm formação fora da área de negócios.

Enquanto o parágrafo anterior mostrou algumas ocorrências inerentes ao perfil do gestor, aqui se pode discorrer sobre aspectos voltados para MPE. Pode se começar pela estrutura de sistemas utilizados pela MPE. Em sua maioria, 96% e 89% (Tabela 20, p. 77), respectivamente, possuem computador e acessam internet. Entretanto, pela mesma tabela se pode ver que, quando se indaga sobre algum sistema operacional ou gerencial, o percentual dos que fazem utilização deles desce para 43% e 14%, respectivamente.

Como as informações contábeis estão presentes nas demonstrações contábeis elaboradas pela contabilidade, ficou evidenciado (Tabela 27, p. 81) que há deficiência quanto ao repasse delas para os gestores das MPEs, onde só 26% dos referidos gestores têm acesso ao balancete de verificação e 44% acessam o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício. Dessa forma, por mais que o gestor se empenhasse, não haveria como utilizar essa informação em níveis relevantes. Veja-se que isso, aliado aos fatores já discorridos

acima, constituem-se em motivos evidentes para que exista, também, deficiência na utilização da informação contábil no processo decisório desses gestores.

Kassai (1997) afirmou que o contador é uma das principais fontes de informação para os empreendedores das pequenas empresas, no entanto o seu papel desempenhado junto a elas está geralmente associado ao cumprimento de obrigações legais e poucos são os gestores que ressaltam a importância das informações contábeis para fins gerenciais. Corroborando com isso, Stroehrer e Freitas (2008) colocam que as relações profissionais entre contadores e proprietários de pequenas empresas estão muito distanciadas, no que se refere ao fornecimento de informações para o processo de gestão dessas empresas.

A presente pesquisa discorreu, em sua fundamentação teórica, que essas empresas apresentam problemas de sobrevivência, apesar de haver sinais positivos de diminuição dos índices de mortalidade das MPEs, de acordo com estudo do Sebrae (2007). As causas mais apontadas por esse e por autores como Chiavenato (2008) e Maximiano (2006), são: falta de capacidade empreendedora, falha no processo de gestão, falta de políticas de apoio, altas cargas tributárias, causas econômicas conjunturais etc. Essas causas puderem ser confirmadas neste estudo. Quanto à carga tributária (Tabela 15, p. 74), observa-se que 85% dos gestores elegeram-na como o maior fator prejudicial.

Pelos testes estatísticos realizados neste estudo, com objetivo de responder ao questionamento da pesquisa, é possível afirmar que os gestores não utilizam a informação contábil, em nível significativo, no processo decisório das MPEs em decorrência de fatos, como: a não existência da própria informação contábil à disposição dos gestores, cujos percentuais de recepção podem ser considerados baixo, conforme se discorreu acima; falta de atributos ao gestor quanto à sua capacidade de gerir, como, por exemplo, utilizar sistemas de controles operacionais e gerenciais; além da existência de fatos relacionados ao ambiente externo, como carga tributária.

Assim, nesta pesquisa foi possível verificar que o nível de percepção dos gestores das micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa, quanto à utilidade da informação contábil no processo de tomada de decisão, é indiferente, ou seja, para a consecução do empreendimento, o gestor continua a tomar suas decisões, com ou sem essa informação contábil, nos níveis apresentados neste estudo.

Com base no já se discorreu nestas considerações finais, a pesquisa concluiu que os gestores das micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa possuem um nível de percepção indiferente em relação à utilidade da informação contábil no seu processo de tomadas de decisão.

Em relação às limitações, como todos os trabalhos científicos, este também apresentou as suas. Uma dessas limitações pode ser entendida como a falta de um banco de dados mais

consistente e atualizado em termos de variáveis que pudessem caracterizar melhor esse segmento empresarial. No caso do Brasil, quando se pensa em estudo sobre micro e pequena empresa, vem logo na cabeça o Sebrae, como se o mesmo fosse capaz de desenvolver tudo em termos de estudo desse segmento empresarial.

Uma outra limitação pode estar nas estatísticas obtidas em órgãos oficiais. Por exemplo, a Junta Comercial do Estado da Paraíba informou que, em 2009, havia 11.927 MPEs na Grande João Pessoa. Porém, sabe-se que muitos empresários abandonam o negócio, no entanto não procuram os referidos órgãos para proceder suas baixas legais.

Ainda em termos de limitação, pode-se alegar certa desconfiança dos empresários quando se está diante de uma pesquisa de campo. Muitos deles não contribuem na medida do esperado pelo pesquisador, o que dificulta o processo. Isso pode ser um problema de cultura.

Quanto às recomendações, é possível a realização de novas pesquisas de campo onde se possam comparar estudos referentes a essas empresas por região demográfica, com empresas de outros portes, por segmento de atividade etc. Ainda para os próximos estudos, recomenda-se a ampliação da amostra, bem como a definição de novas variáveis que visem demonstrar outros aspectos ligados a esse segmento de grande importância na economia brasileira, aproximadamente 98% das empresas no Brasil.

Recomenda-se, ainda, para pesquisas futuras, estudos que objetivem investigar o porquê dos números obtidos neste trabalho, principalmente quanto ao(à):

- Índice de relatórios contábeis (informações) recebidos pelos gestores (Tabela 27, p. 81), onde apenas 25,2% recebem o balancete de verificação e 42,7% recebem simultaneamente o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício;
- Elaboração de relatórios contábeis, onde os entregues pelos técnicos em contabilidade se apresentaram insignificantes, do ponto de vista estatístico (Tabela 37, p. 92), enquanto que os apresentados pelos contadores (e contadores com pós-graduação) se apresentaram significantes;
- Razão pela qual apenas 54% dos gestores (Tabela 43, p. 98) consultam seu contabilista nas tomadas de decisão.

Finalmente, espera-se que este estudo tenha atingido ao seu objetivo proposto ao instante em que possa dar uma contribuição, como fonte de consulta, para novas publicações e pesquisas científicas.

REFERÊNCIAS

ACROFF, Russel L. **Planejamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 1980.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para curso de pós-graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Atualização de moedas**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

BEUREN, Ilse Maria et al. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIO, Sérgio Rodrigues. **Sistema de informação gerencial**. São Paulo: Atlas, 1985.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. **Classificação do porte da empresa**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Navegacao_Suplementar/Perfil/porte.html>. Acesso em: 20 mar. 2010.

BRASIL. **Código civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. **Decreto nº 90.414, 7 de novembro de 1984**. Dispõe sobre a criação e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1984-11-07;90414>>. Acesso em: 10 set. 2009.

_____. **Decreto nº 90.573, de 28 de novembro de 1984**. Reduz Alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados dos produtos que indica, fabricados predominantemente por empresas de pequeno porte. Disponível em: <<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1984-11-28;90573>>. Acesso em: 5 set. 2009.

_____. **Decreto nº 90.880, de 30 de janeiro de 1985**. Regulamenta a Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/114555/decreto-90880-85>>. Acesso em: 5 set. 2009.

_____. **Lei nº 11.638, de 10 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações

financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/Lei/Lei11638.htm>. Acesso em: 15 set. 2009.

_____. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404Consol.htm>. Acesso em: 10 set. 2009.

_____. **Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9317.htm>. Acesso em: 5 set. 2009.

_____. **Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999.** Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispendo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal. Brasília 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9841.htm>. Acesso em: 05 set. 2009.

_____. **Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.** Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LCP/Lcp116.htm>>. Acesso em 20 set. 2009.

_____. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LCP/Lcp123.htm>>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____. **Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008.** Altera Legislação Tributária Federal. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/mpv/449.htm>. Acesso em 23 set. 2009. Acesso em: 15 set. 2009.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **Classificação de MPE pela receita bruta.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em 10 jul. 2010.

CANECA, Roberta Lira. **Oferta e procura de serviços contábeis:** um estudo comparativo das percepções dos empresários e contadores. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UNB/UFBP/UFRN. Recife, 2008.

CASTOR. Belmiro Valverde Jobim. **Estratégia para a pequena e média empresa.** São Paulo: Atlas, 2009.

CATELLI, Armando et al. **Controladoria:** uma abordagem da gestão econômica GECON. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Escrituração contábil simplificada para micro e pequena empresa**. SCHNORR, Paulo Walter (Coord.) Brasília: CFC, 2008.

_____. **Resolução nº 1.121/08**. Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2007/00115>. Acesso em 28 set. 2009.

_____. **Resolução nº 1.255/09**. Contabilidade para pequenas e médias empresas. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255>. Acesso em: 28 set. 2009.

CGSN. Comitê Gestor do Simples Nacional. **Resolução nº 4, de 30 de maio de 2007**. Dispõe sobre a opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Resolucao/2007/CGSN/Resol04.htm>>. Acesso em: 20 set. 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILISTAS, 1., 1924. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1924.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Estrutura conceitual para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em 20 set. 2009.

ERCOLIN, Carlos Alberto. **Fatores financeiros determinantes da mortalidade de micro e pequenas empresas. 2007**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP. São Paulo, 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FELDMANN, Paulo Roberto. **Empresas latino-americanas**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Oportunidades e ameaças no mundo globalizado. **Rádio CBN**. Disponível em: <<http://www.cbn.com.br>>. Acesso em: 11 nov. 2009.

FENABRAVE. Federação Nacional dos Distribuidores de Veículos Automotores. **Anuário 2008**. Disponível em: <http://www.fenabreve.com.br/principal/home/?sistema=conteudo/conte-udo&id_conteudo=2#conteudo>. Acesso em: 30 ser. 2009.

FERRARI, Ed Luiz. **Contabilidade geral: série provas e concursos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário – século XXI**. 28. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GARCIA, Alexandre Sanches. **Introdução à controladoria: instrumentos básicos de controle de gestão das empresas**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Antonio. Microempresas têm crescimento de 34%. **A União**. João Pessoa, 13 set. 2009. Disponível em: <www.paraiba.gov.br/index.php?option=com._content&task=view&id=26334&Itemid=2>. Acesso em: 13 set. 2009.

GONÇALVES, Antonio; KOPROWSKY, Sido Otto. **Pequena empresa no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2000.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O. **Contabilidade gerencial**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas nacionais trimestrais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em: 2 mar. 2010.

IDEME. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba. **Anuário Estatístico do Estado da Paraíba**. v. 1, João Pessoa: Departamento de Estatística Estadual, 2008.

IFRS. International Financial Reporting Standard. **IFRS for Small and Medium-Sized Entities (SMEs)**. 2009. Disponível em: <<http://www.rmahq.org/NR/rdonlyres/43DEAFA7-84FC-46F3-BD9A-CDD088D89D2F/0/IFRSforSMEs2009.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2009.

IILS. International Institute For Labour Studies. **Definition of very small and small enterprise**. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/>>. Acesso em: 6 mar. 2010.

- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. (coord.). **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade comercial**: atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- JUCEP. Junta Comercial do Estado da Paraíba. **Quantidade de MPEs no Estado da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.jucep.pb.gov.br>>. Acesso em: 23 ago. 2010.
- KASSAI, Sílvia. **As empresas de pequeno porte e a contabilidade**. Caderno de Estudos da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras – FIPECAFI. v. 9, n. 15, p. 60-74, São Paulo, 1997.
- LEMES JÚNIOR, Antonio Barbosa; PISA, Beatriz Jackiu. **Administrando micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
- LEVIN, Jack. Estatística aplicada as ciências humanas. 2. ed. São Pualo: Harbra, 1987.
- LIMA, Marcos Vinícius A. de et al. **Avaliação multicritério do risco percebido de falências de micro e pequenas empresas brasileiras**. Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista, São Paulo. V.3, n.3, p. 111-126, 2010.
- LUNKES, Irtes Cristina; MAGALHÃES, Antonio de Deus F. **Sistemas contábeis**. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia**. São Paulo: Atlas, 2002.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MAXIMIANO. Antonio Cesar Amaru. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. São Paulo: Pretice Hall, 2006.
- MIRANDA, Luiz Carlos et al. Uma análise sobre a compreensibilidade das informações contábeis governamentais comunicadas pelo balanço orçamentário. **Brazilian Business Review**. v. 5, n. 3, p. 209-228, Vitória-ES, 2008.

MONTAÑO, Carlos E. **Micro empresa na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1999.

MOSCOVE, Stephen A.; SINKIM, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva et al. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e prática**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez et al. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2008.

PINHEIRO, Maurício. **Gestão e desempenho das empresas de pequeno porte: uma abordagem conceitual e empírica**. 1996. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP. São Paulo, 1996.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; PEREIRA, Claudia Catarina; FRAGOSO, Adriana Rodrigues. **Comunicação em Contabilidade: estudo comparativo do nível de percepção de usuários da informação contábil em Florianópolis e Recife sobre a utilidade das representações gráficas no processo de evidenciação**. Revista Brasileira de Contabilidade, v. 33, n°. 156 – Brasília, dez/2005.

SÁ, Antonio Lopes de. **Tudo sobre a micro empresa**. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1985.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SCHROEDR, Richard G.; CLARK, Myrtle W.; CATHEY, Jack M. **Financial accounting theory and analysis**. 8. ed. Carolina do Norte: Wiley, 2005.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. Disponível em: <<http://www.sebrae.org.br>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

_____. **10 anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade das empresas.** São Paulo: Sebrae, 2008.

_____. **Fatores condicionantes e taxas de sobrevivência e mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil 2003-2005.** Brasília: Sebrae, 2007.

_____. **Onde estão as micro e as pequenas empresas no Brasil.** Observatório das MPEs. São Paulo: Sebrae, 2006.

_____; DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios econômicos. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa.** Brasília, DF: Dieese, 2008.

SIEGEL, Sidney. **Estatística não-paramétrica:** para as ciências do comportamento. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SOLOMON, Lanny M.; VARGO, Richard J.; WALTHER, Larry M. **Accounting principles.** 3rd ed. Nova York: West Publishing Company, 1990.

SOUSA, José Meireles de. **Gestão: técnicas e estratégias no contexto brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2009.

SPIEGEL, Murray R. **Estatística.** 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1993.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração.** São Paulo: Harbra, 1981.

STROEHER, Ângela Maria; FREITAS, Henrique. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração Eletrônica.** v. 1, n. 1, p. 25, São Paulo, 2008.

TELES, Egberto L.; VANTANIAN, G. H. **Sistemas de informações e controladoria.** São Paulo: Atlas, 1998.

TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. **Estatística básica.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

VIERA, Sônia. **Como elaborar questionários.** São Paulo: Atlas, 2009.

WELSCH, Glenn A. **Orçamento empresarial.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1983.

APÊNDICE



UnB
Universidade
de Brasília



UFPB
Universidade Federal
da Paraíba



UFRN
Universidade Federal
do Rio Grande do Norte

Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

João Pessoa, PB, 5 de janeiro de 2010.

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos o mestrando MANUEL SOARES DA SILVA, aluno regularmente inscrito no Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação das Universidades Federais de Brasília (UnB), da Paraíba (UFPB) e do Rio Grande do Norte (UFRN), o qual se encontra atualmente em processo de coleta de dados para elaboração da dissertação de mestrado.

A dissertação tem como tema “Utilidade da informação contábil para tomada de decisões: um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa” e como objetivo geral verificar a percepção dos gestores das empresas especificadas a respeito da informação contábil no processo de gestão do negócio.

Por se tratar de um trabalho acadêmico, fica completamente garantido o sigilo das suas respostas e nenhum gestor/empresa será identificado(a) na pesquisa. Os resultados serão analisados de forma consolidada.

Na qualidade de coordenador do Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação das Universidades Federais de Brasília (UnB), da Paraíba (UFPB) e do Rio Grande do Norte (UFRN), peço a especial gentileza de atendê-lo.

Agradeço antecipadamente a valiosa colaboração.

Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante

E-mail: prncavalcante@ccsa.ufpb.br



UnB
Universidade
de Brasília



UFPB
Universidade Federal
da Paraíba



UFRN
Universidade Federal
do Rio Grande do Norte

Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

QUESTIONÁRIO

1 – DADOS REFERENTES À EMPRESA

01. A qual ramo pertence a empresa?

(assinalar apenas uma alternativa)

Indústria. Comércio. Serviços. Comércio e serviços.

02. Qual é o tempo de existência da empresa?

(assinalar apenas uma alternativa)

Menos de 2 anos. De 2 a 5 anos. Mais de 5 até 10 anos. Mais de 10 anos.

03. Com base no faturamento anual, qual é o porte da empresa?

(assinalar apenas uma alternativa)

Microempresa: faturamento anual até R\$ 240.000,00 (média de até R\$ 20.000,00 por mês).

Empresa de pequeno porte: faturamento anual acima de R\$ 240.000,00 até R\$ 2.400.000,00 (média acima de R\$ 20.000,00 e até R\$ 200.000,00 por mês).

Outros: faturamento anual acima de R\$ 2.400.000,00 (média acima de R\$ 200.000,00 por mês).

04. Quantos empregados a empresa possui?

(assinalar apenas uma alternativa)

Até 09 empregados.

De 10 a 19 empregados.

Acima de 20 até 49 empregados.

05. Em sua opinião, qual dos fatores abaixo é considerado mais prejudicial à sua empresa?

(assinalar apenas uma alternativa)

- A carga tributária do país.
- A falta de capital de giro.
- A burocracia excessiva dos órgãos e autoridades governamentais.
- Outros: _____

2 – DADOS REFERENTES AO RESPONDENTE

06. Qual é a sua função na empresa?

(assinalar apenas uma alternativa)

- Gerente-proprietário.
- Gerente do quadro de funcionários.
- Parente/familiar dos proprietários.

07. O(a) Senhor(a) já desenvolveu as atividades de gerência, gestão ou dirigiu outra empresa antes?

(assinalar apenas uma alternativa)

- Sim. Não.

08. Qual é o seu grau de instrução?

(assinalar apenas uma alternativa)

- Até o nível médio (antigo 2º grau).
- Superior completo.
- Pós-graduado com especialização.
- Mestrado/doutorado.

09. Se o(a) Senhor(a) concluiu o curso superior, sua formação acadêmica foi em:

(assinalar apenas uma alternativa)

- Contabilidade.
- Administração.
- Economia.
- Outro curso: _____

3 – DADOS REFERENTES AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EMPRESA

10. A sua empresa (internamente) se utiliza:

(assinalar quantas achar necessárias, conforme o caso)

- De equipamentos de processamento de dados (computador).
- De acesso a internet.
- De algum sistema operacional: tais como registro de compras, de vendas, contas a pagar, contas a receber, de controle de estoques (mesmo que por meio de planilhas de excel).
- De algum sistema de informação gerencial do tipo: um sistema que interligue todas as atividades de sua empresa, tais como: controle financeiro, controle de compras, vendas, contas a pagar, a receber, custos, despesas, estoques, clientes, fornecedores etc.
- De noticiários ligados ao negócio de sua empresa.
- De palestras, reuniões, encontros, simpósios (e outros) a respeito do seu negócio.

11. Dentro da empresa existe, ainda que de forma manuscrito, ou qualquer outro sistema:

(assinalar quantas achar necessárias, conforme o caso)

- Controle de contas a pagar aos fornecedores.
- Controle de contas a receber dos clientes.
- Controle e acompanhamento dos estoques.
- Controle e acompanhamento de custos.
- Controle de saldos bancários.
- Controle de dívidas com impostos/água/luz/telefone/etc.
- Controle da necessidade ou sobra de dinheiro em período vindouro.
- Estabelecimento de uma meta de vendas, controle e acompanhamentos das mesmas.

12. Qual dos itens abaixo o(a) Senhor(a) tem controle e conhecimento exatamente como ocorre na sua empresa?

(assinalar quantas achar necessárias, conforme o caso)

- Quanto vende no mês.
- Quanto foram os custos e despesas no mês.
- Quanto foi o lucro/prejuízo no mês.
- Não tenho nenhum destes acompanhamentos mensal.

4 – DADOS REFERENTES AOS SERVIÇOS CONTÁBEIS

13. O responsável pela contabilidade da sua empresa é:

(assinalar apenas uma alternativa)

- Funcionário/empregado do quadro de pessoal de sua empresa.
 Profissional liberal – proprietário de escritório de contabilidade.

14. Qual é a categoria do responsável pela contabilidade da sua empresa?

(assinalar apenas uma alternativa)

- Técnico em contabilidade.
 Contador (nível superior).
 Contador com pós-graduação (especialista).
 Contador com mestrado ou doutorado).

15. O seu contabilista hoje é o mesmo desde a abertura de sua empresa?

(assinalar apenas uma alternativa)

- Sim. Não.

16. Se o(a) Senhor(a) respondeu não, na questão anterior, há quanto tempo está com o seu atual contabilista?

(assinalar apenas uma alternativa)

- Menos de 5 anos.
 Mais de 5 até 10 anos.
 Mais de 10 anos.

Quais relatórios contábeis o(a) Senhor(a) costuma receber do responsável pela contabilidade da sua empresa? Em caso afirmativo, por gentileza marque na frente com que frequência costuma recebê-lo.

(assinalar quantas achar necessárias, conforme o caso)

NOME DO RELATÓRIO CONTÁBIL	PERIODICIDADE					
	diário	semanal	mensal	trimest.	semest.	anual
17. () Balancete de verificação						
18. () Balanço patrimonial						
19. () Demonstração do resultado do exercício						
20. () Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados						
21. () Demonstração do valor agregado						
22. () Demonstração das origens e aplicação dos recursos						
23. () Demonstração do fluxo de caixa						
24. () Notas explicativas						
25. () Outros:						

26. Quais informações descritas abaixo o(a) Senhor(a) costuma receber do responsável pela contabilidade da empresa em algum tipo de relatório contábil especial diferente dos relatórios constantes das perguntas anteriores (n^{os} 17 – 25) acima?

(assinalar quantas achar necessárias, conforme o caso)

- () Informações sobre a situação financeira: posição de dinheiro quanto as contas a pagar e a receber, falta ou sobras de recursos.
- () Informações sobre a situação econômica: posição de lucratividade quanto as receitas, custos, despesas e lucros (ou prejuízos).
- () Informações sobre endividamentos: posição de dívidas junto aos bancos, de tributos juntos ao governo, de duplicatas juntos aos fornecedores etc.
- () Informações sobre eficiências operacionais: posição sobre prazos médios de renovação dos estoques, de recebimentos de vendas e de pagamentos de compras.
- () Informações de contabilidade gerencial: posição sobre produtos mais lucrativos e produtos que dão prejuízos, sobre ponto de equilíbrio geral (quando custos + despesas = receitas), sobre margem de contribuição (quanto cada produto deixa de lucro após cobrir seus custos variáveis) etc.
- () Informações de planejamento tributário: posição legalmente escolhida para pagar menos imposto dentro das várias formas de tributação existentes.

27. Admitindo que no processo de gestão do dia-a-dia, o(a) Senhor(a) está sempre tomando as decisões abaixo, marque aquela(s) em que costuma consultar o responsável pela contabilidade da sua empresa antes de tomar a decisão.

(assinalar quantas achar necessárias, conforme o caso)

- Levantar empréstimos bancários (recursos) para capital de giro (pagar contas, comprar mercadorias).
- Aquisição de ativo imobilizado como comprar máquinas/moveis/veículos/computadores.
- Planejar recursos financeiros pagar quitar obrigações futuras, optar por pagar alguma obrigação e adiar outra(s) quando os recursos não são suficientes.
- Fazer compras em montante diferente do habitual para proteger os estoques.
- Realizar alguma promoção de vendas por razões diversas.

28. Caso o(a) Senhor(a) **não tenha marcado nenhuma opção da questão anterior**, como decide ao realizar quaisquer dos atos acima descritos?

(assinalar apenas uma alternativa)

- Sozinho, com a experiência e intuição do negócio.
- Sozinho, mas com apoio do pessoal interno.
- Com a ajuda de outro profissional que não seja meu contador.
- Contratando consultoria quando o caso é mais necessário.